

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



BALTASAR PENA ABAL

A CONSTRUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE EM DISCURSOS PRODUZIDOS
PELA MÍDIA ELETRÔNICA ESPANHOLA

RIO DE JANEIRO

2007

BALTASAR PENA ABAL

A CONSTRUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE EM DISCURSOS PRODUZIDOS
PELA MÍDIA ELETRÔNICA ESPANHOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras – Área de concentração em Lingüística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Práticas de linguagem e discursividade: caminhos da Lingüística Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Maria del Carmen Fátima González Daher

RIO DE JANEIRO

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

A117 Abal, Baltasar Pena.
A construção da homossexualidade em discurso produzidos pela
mídia eletrônica espanhola / Baltasar Pena Abal . – 2007.
177 f.

Orientador : Maria del Carmen Fátima González Daher.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1.Análise do discurso narrativo – Teses. 2. Casamento de
homossexuais - Espanha – Teses. 3. Mídia digital - Espanha - Teses.
I. González Daher, Maria del Carmen Fátima. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras – Área de concentração em Lingüística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Banca examinadora:

Maria del Carmen Fátima González Daher – Orientadora
Doutora em Lingüística Aplicada
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Profa. Dra. Vera Lucia de A. Sant'Anna
Doutora em Lingüística
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Profa. Dra. Bethânia Mariani
Doutora em Lingüística Aplicada
Universidade Federal Fluminense – UFF

Suplentes:

Prof. Dr. Décio Rocha
Doutor em Lingüística Aplicada
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Profa. Dra. Márcia Paraquett
Doutora em Lingüística Aplicada
Universidade Federal Fluminense - UFF

*Dedico esta dissertação a todos os familiares e amigos
que souberam compreender minhas ausências nestes
dois anos de trabalho
e*

*a todos os homossexuais que dia-a-dia contribuem
para que diminua o preconceito e para que algum dia
todos tenhamos os mesmos direitos.*

AGRADECIMENTOS

A Maria del Carmen Daher, pela orientação competente, pela relação amiga, pelas palavras de ânimo, minha imensa gratidão.

A Erivaldo, pela paciência, pelo apoio, por tudo.

Aos amigos, próximos, queridos.

A todos os professores do Mestrado em Lingüística e, em especial, a Décio Rocha, Vera Lúcia Sant'Anna e a Vanise Medeiros.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo participar das discussões sobre o modo como a imprensa espanhola, particularmente os jornais eletrônicos *El País* e *elmundo.es*, tratou da mudança provocada pela divulgação da lei do casamento homossexual, inserindo-a no processo de lutas pela igualdade de direitos sem discriminação sexual. Objetivamos também refletir sobre os lugares de sentido instaurados nesses jornais e sobre efeitos gerados no que se refere à homossexualidade. A partir desse novo acontecimento, a divulgação por parte do governo espanhol da aprovação da lei do casamento homossexual, é permitido ao homossexual um espaço para se dizer. Apresentamos um breve panorama sobre a homossexualidade e os direitos os homossexuais no mundo e traçamos um pequeno histórico da lei espanhola do casamento homossexual. Tecemos breves considerações sobre questões de ordem teórica como o sujeito, o poder e a mídia (FOUCAULT, 1979), focalizando neste último aspecto a imprensa escrita. Abordamos outros aspectos relevantes na nossa pesquisa como a circulação da informação e a tensão que se estabelece nas notícias entre opinar e informar (SANT'ANNA, 2004). No capítulo metodológico, descrevemos o percurso da pesquisa, que inclui os seguintes pontos: escolha dos jornais eletrônicos espanhóis, como fonte dos discursos sobre o debate em questão, caracterização geral dos jornais, delimitação do *corpus* e descrição das vozes presentes nas notícias. Nossa perspectiva teórica é a da Análise do Discurso de base enunciativa, com ênfase nos conceitos de dialogismo e gênero de discurso (BAKHTIN, 1978), discurso relatado (SANT'ANNA, 2004) e formação discursiva (FOUCAULT, 1969). Como resultado foi possível refletir sobre posições enunciativas identificadas nesse *corpus* específico, sobre as controvérsias que elas instauram e sobre sentidos que se depreendem desse embate. Podemos observar também o lugar ocupado pelos homossexuais nas notícias.

Palavras-chave: análise do discurso; casamento homossexual; notícia; acontecimento; discurso relatado.

RÉSUMÉ

L'objectif de ces recherches est celui de participer aux discussions sur le changement suscité après la divulgation de la loi concernant le mariage homosexuel dans le procès des luttes pour l'égalité de droits sans discrimination sexuelle à travers la presse espagnole, plus concrètement dans les journaux électroniques *El País* et *elmundo.es*. Notre objectif est celui de réfléchir sur les sens locus instaurés dans ces journaux aussi que sur les sens effectus entraînés sur l'homosexualité. À partir de ce nouvel événement, la divulgation de la part du gouvernement espagnol de l'adoption de la loi du mariage homosexuel, l'homosexuel aura un lieu pour dire. Nous présentons un bref tour d'horizon sur l'homosexualité et les droits des homosexuels dans le monde aussi qu'une brève histoire sur la loi espagnole du mariage homosexuel. Nous tissons des brèves considérations sur des questions d'ordre théorique aussi que sujet, pouvoir et médias (FOUCAULT, 1979) étant la presse écrite le nœud de notre recherche. Nous abordons d'autres aspects relevant dans notre travail tels que l'information transmise et la tension que l'on établit dans les nouvelles entre donner son opinion et informer tout court (SANT'ANNA, 2004). Dans le chapitre concernant la méthodologie, nous décrivons le parcours de notre travail y compris les points suivants: le choix des journaux électroniques espagnols *El País* et *elmundo.es*, source des discours sur le débat en question, description des voix présents dans les nouvelles composantes de notre corpus ; délimitation du corpus proprement dit. Notre perspective théorique est celle de l'Analyse du Discours de base énonciative, avec l'emphase sur les concepts de dialogisme, discours rapporté (SANT'ANNA, 2004), le genre du discursif (BAKHTIN, 1978) et la formation discursive (FOUCAULT, 1969). Le résultat a été celui de pouvoir faire des réflexions sur des positions énonciatives identifiées dans ce corpus spécifique, sur les controverses instaurées et les sens que l'on apprend de ce combat. Nous avons pu observer aussi le lieu occupé par les homosexuels dans les textes choisis.

Mots-clés: analyse du discours ; mariage homosexuel ; nouvelle ; événement ; discours rapporté.

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo participar en las discusiones sobre como la prensa española, en concreto los periódicos electrónicos El País e elmundo.es, trató el cambio provocado por la divulgación de la ley del matrimonio homosexual, incluyéndolo en el proceso de luchas por la igualdad de derechos sin discriminación sexual. Nuestro objetivo es reflexionar sobre los lugares de sentido instaurados en esos periódicos así como sobre los efectos de sentido generados con respecto a la homosexualidad. A partir de este nuevo acontecimiento, la divulgación por parte del gobierno español de la aprobación de la ley del matrimonio homosexual, se le permite al homosexual un espacio para decir. Presentamos un breve panorama sobre la homosexualidad y sobre los derechos de los homosexuales en el mundo y trazamos un pequeño historial de la ley española del matrimonio homosexual. Tejemos breves consideraciones sobre cuestiones de orden teórico como sujeto, poder y medios de comunicación (FOUCAULT, 1979), centrándonos en este último aspecto en la prensa escrita. Abordamos otros aspectos relevantes en nuestro trabajo como la circulación de la información y la tensión que se establece en las noticias entre opinar e informar (SANT'ANNA, 2004). En el capítulo metodológico, describimos el recorrido de nuestro trabajo, que incluye los siguientes puntos: elección de los periódicos electrónicos españoles, El País y elmundo.es, como fuente de los discursos sobre el debate en cuestión, caracterización general de los periódicos, descripción de las voces presentes en las noticias que forman nuestro corpus, delimitación del corpus propiamente dicho. Nuestra perspectiva teórica es la del Análisis del Discurso de base enunciativa, con énfasis en los conceptos de dialogismo, discurso relatado (SANT'ANNA, 2004), género de discurso (BAKHTIN, 1978) y formación discursiva (FOUCAULT, 1969). Como resultado, fue posible reflexionar sobre posiciones enunciativas identificadas en ese corpus específico, sobre las controversias que se instauran y sobre sentidos que se aprehenden de este embate. Pudimos observar también el lugar ocupado por los homosexuales en nuestro corpus.

Palabras clave: análisis del discurso; matrimonio homosexual; noticia; acontecimiento; discurso relatado.

SUMÁRIO

Apresentação	12
I – A homossexualidade. Suas lutas e conquistas.	24
1.1 - Breve panorama acerca da homossexualidade e dos direitos dos homossexuais.	24
1.2 – Dados sobre a homossexualidade no mundo	36
1.3 – Histórico da lei de casamento entre homossexuais	37
II - Considerações necessárias: os referenciais teóricos	41
2.1 – Uma certa concepção de histórica: o sujeito e o poder.	41
2.2 – O sujeito e o poder na mídia	43
2.3 – A imprensa escrita	45
2.3.1 – A circulação da informação	47
2.3.2 – Reflexões acerca da impossibilidade de informar objetivamente	50
2.4 – Contribuições da Análise de Discurso de orientação francesa	51
2.4.1. Os discursos constituintes	54
2.4.2. A noção de acontecimento	56
2.4.3 – O gênero discursivo notícia	58
2.4.4 – O discurso relatado	59
III – O homossexualismo em discurso: notícias sobre a lei do casamento gay	63
3.1 – A escolha e seleção do corpus de pesquisa	65
3.2 – As vozes presentes nas notícias	80
3.3 – O discurso dos diferentes lugares sociais. Uma pequena introdução	88
3.4 – As instituições representadas	92
3.4.1 – A Igreja	93
3.4.2 –O Governo	103
3.4.3 –O Partido Popular (PP)	109
3.4.4 – A “Ciência”	113
3.4.5 –O Foro Español de la Família	119
3.4.6 –Os representantes dos gays	127
3.4.7 –A Justiça	135

3.5 - A objetividade em questão: análise de duas notícias.	138
IV – Considerações finais	144
Referências bibliográficas	148
ANEXOS	
Anexo 1: “El mundo no es de color rosa”	151
Anexo 2: Quadros de títulos de notícias	152
Anexo 3: Agrupando as vozes dos representantes das instituições	162
Anexo 4: Fragmentos de notícias nos quais “fala” algum representante da Igreja	167
Anexo 5: Fragmentos de discurso dos representantes do Governo	169
Anexo 6: Notícias comentadas	170

LISTA DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1 Histórico da lei de casamento homossexual	39
Quadro 2 Notícias publicadas no El País e no elmundo.es em cada mês	75
Quadro 3 Distribuição das notícias por seções	75
Quadro 4 Títulos de notícias com a estrutura: sujeito + verbo <i>dicendi</i> + complementos	81
Quadro 5 Ocorrências do lugares sociais nos títulos das notícias do El País e do elmundo.es	82
Quadro 6 Quadro comparativo	84
Quadro 7 Quantidade de vozes de cada lugar social	87
Quadro 8 Diferentes visões da sociedade	89
Quadro 9 Presença do lugar social Igreja nas notícias do elmundo.es	93
Quadro 10 Presença do lugar social Igreja nas notícias do El País	94
Quadro 11: Ocorrências no elmundo.es de discurso religioso no discurso da Igreja	94
Quadro 12 Ocorrências no El País de discurso religioso no discurso da Igreja	95
Quadro 13 Discursos constituintes no discurso da Igreja	97
Quadro 14 Fragmentos de discursos constituintes no discurso da Igreja	98
Quadro 15 A Constituição Espanhola no discurso do governo espanhol	106
Quadro 16 O discurso da Ciência no discurso do governo espanhol	108
Quadro 17 Diferentes lugares sociais remetem a estudos e informes para justificar suas posições	115
Quadro 18 A voz do Foro Español de la Familia nas notícias de nosso <i>corpus</i>	125
Quadro 19 Ocorrências de vozes ligadas aos homossexuais nas notícias do elmundo.es	128
Quadro 20 Ocorrências de vozes ligadas aos homossexuais nas notícias do El País	128
Quadro 21 Os direitos sociais no discurso dos homossexuais	133
Quadro 22 Ocorrências de discurso relatado na notícia do elmundo.es	139
Quadro 23 Ocorrências de discurso relatado na notícia do El País	140

APRESENTAÇÃO

Recentemente, o governo espanhol decidiu aprovar uma reforma do Código Civil que permite o matrimônio entre pessoas homossexuais com todos os efeitos inerentes que essa situação legal permite, dentre eles a adoção. A Espanha é um país marcado pela educação cristã católica, no qual a Igreja ditou, durante séculos, os dogmas de moral relativos à família e às relações sexuais. Nesse mesmo país, a educação heterossexista provocou um medo ao desconhecido que se converteu em homofobia, estando ali penada a homossexualidade legalmente até 1978. No entanto, foi lá que o governo de José Luís Rodríguez Zapatero propôs a reforma legal em 2004, e que em poucos meses foi aprovada.

Depois de oito anos de governo do Partido Popular (doravante PP), 1996-2004, uma das primeiras reformas sociais que o novo governo socialista espanhol propõe executar, adiando outros compromissos assumidos durante a campanha eleitoral como o desemprego, a moradia, a previdência social ou o atendimento a pessoas idosas, por exemplo, é a reforma do Código Civil que aprova a união homossexual com as mesmas garantias e direitos sociais que a heterossexual.

O novo governo espanhol pertence a um partido de esquerda, o Partido Socialista Obreiro Espanhol (doravante PSOE), e isso poderia ter propiciado que justamente neste momento e com estes protagonistas se tenha produzido esta mudança. No entanto, se considerarmos a trajetória política desse país, essa explicação não parece suficiente.

De fato, a história da homossexualidade na Espanha está marcada pela permanente discriminação no amplo espectro político e social. Durante o franquismo¹ foi muito clara a rejeição aos homossexuais e o reforço das estruturas repressivas policiais baseado na homofobia e suportado na legislação. Assim, segundo informação extraída da reportagem intitulada *De la cárcel al salón de bodas*, publicada no El País com data de 21 de abril de 2005, a Ley de Vagos y Maleantes (1954) incluía a “homosexuales, rufianes y proxenetas”. O juiz podia basear seu veredito na roupa ou em um gesto considerado efeminado. A Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social (1970),

¹ Denominação dada ao período de 1939 até 1975 no qual Francisco Franco governou a Espanha após a vitória militar na guerra civil (1936-1939).

a qual esteve em vigor até 1979², estipulava que o homossexual e a lésbica teriam de ser surpreendidos realizando atos homossexuais. Foram criados dois centros penitenciários, um para homossexuais passivos e outro para homossexuais ativos, em Badajoz e em Huelva, respectivamente. Nessa época, o fato de ser condenado por homossexualismo implicava ter antecedentes penais, o que praticamente impedia a possibilidade de conseguir um emprego legal. Este fato, ainda segundo a citada reportagem, fez com que, perante a impossibilidade de conseguir emprego, muitos homossexuais jovens tivessem que se dedicar à prostituição ou a outros delitos para sobreviver. Passada essa triste etapa da história desse país as coisas não mudaram muito, já que em plena democracia não faltaram exemplos de uma continuidade a essa não aceitação do homossexual reforçada em parte pelos representantes dos diferentes grupos políticos. Assim, não faltaram manifestações homofóbicas vindas do partido socialista e do comunista, caracterizando ao homossexual como doente ou como alguém psicologicamente desequilibrado. Durante os catorze anos em que o PSOE de Felipe González esteve à frente do governo espanhol (1982-1996) os direitos dos homossexuais avançaram menos do que nos cinco anos anteriores da Unión de Centro Democrático (UCD) de Adolfo Suárez (1977-1981). Por outro lado, leis como a de “parejas de hecho”³ ou a de

² A ditadura militar na Espanha terminou em 1975.

³ As leis de “parejas de hecho” são instrumentos legislativos que regulam a situação jurídica das uniões estáveis não casadas. A idéia de lei de “parejas de hecho” utiliza-se para descrever situações diferentes, por esta razão é difícil oferecer uma definição concisa. Três tipos de normas legais recebem na atualidade o nome de lei de “pareja de hecho”:

–leis que regulam os efeitos derivados da convivência continuada, independentemente da existência ou não de vínculos de afeto entre os membros do casal. Também são conhecidas como leis de coabitação;

–leis que oferecem um marco regulador das situações nas que existe uma união afetiva não matrimonial, mas nas quais não se quer questionar a supremacia do matrimônio sobre outra forma de organização familiar. Poderíamos defini-las como leis de casais de mínimos;

–leis destinadas a eliminar as diferenças entre uniões casadas e não casadas, - desenhando um panorama de organizações familiares radicalmente novo. Seriam leis de casais de máximos.

A união civil homossexual é uma figura próxima –mas não igual– ao matrimônio civil em quanto a efeitos, direitos e obrigações, mas que está desenhada exclusivamente para a regulação dos casais homossexuais. Assim, as leis de uniões civis não são de aplicação universal: as uniões heterossexuais não podem aceder a elas porque a união civil nasceu como a alternativa homossexual ao matrimônio heterossexual.

Ciudadanía y minorías sexuales: la regulación del matrimonio homosexual en España, de Kerman Calvo Borobia, Texto extraído de http://www.felgt.org/felgt/archivos/6634_es_Ciudadan%c3%ada%20y%20minor%c3%adas%20sexual.es.pdf). Consulta em 20 de novembro de 2006.

“uniones civiles” ficaram pendentes durante o felipismo e foram, paradoxalmente, desenvolvidas pela direita liberal espanhola (1996-2004).

A esposa do ex-presidente espanhol José María Aznar (PP), falava sobre um poderoso *lobby* homossexual em notícias publicadas nos jornais El Mundo e El País. Este *lobby* envolveria um grupo secreto de cidadãos que pressionariam os poderes públicos para que atendessem suas demandas, ou colaborassem com grandes quantidades monetárias na promoção a diferentes partidos políticos, infiltrando-se assim nos órgãos de poder. Isto teria, segundo ela, influenciado o governo a implementar a medida. Tal afirmação parece bastante improvável em função da presença dos homossexuais na sociedade espanhola historicamente.

Quem é ou são, então, os protagonistas dessa mudança ocorrida na Espanha?

O certo é que nos últimos anos vieram acontecendo pequenas mudanças que foram criando aos poucos as condições de possibilidade. Os partidos políticos espanhóis criaram departamentos específicos para tratar o tema das relações afetivas e incorporaram em seus programas políticos propostas específicas de igualdade de direitos para os homossexuais. Vários políticos afirmaram publicamente serem homossexuais e a Igreja viu saírem de suas sacristias sacerdotes que assumiram sua homossexualidade. Membros de corporações de Segurança do Estado, do Exército ou da Guarda Civil, de alta e baixa graduação, declararam publicamente gostarem de pessoas do mesmo sexo. Personalidades de relevância do âmbito cultural, empresarial, social e econômico seguiram o mesmo caminho. As empresas passaram a considerar os interesses dos homossexuais criando produtos específicos e voltando ou adaptando sua publicidade para eles. Surgiram meios de comunicação que abordavam a temática homossexual e que geram milhões de euros anuais. Proliferaram locais de ambiente gay e lésbico em toda a Espanha que configuraram ao seu redor espaços e mesmo bairros homossexuais⁴. As redes televisivas espanholas contrataram *gays* para seus programas de máxima audiência. A Real Academia de la Lengua Española manifestou-se em 2003, determinando a prosódia correta do anglicismo “gay” e sinalando que se deve pronunciar *gái* e não *guéi*, como vinha ocorrendo. É esse contexto gerado ao longo de muitos anos e nessa proliferação de vozes que o governo espanhol decidiu aprovar o

⁴ Chueca, em Madri, por exemplo.

matrimônio homossexual, com a possibilidade de adoção de crianças, fato não existente em nenhum outro governo do mundo.

A pesquisa do Centro de Investigações Sociológicas (CIS) de nº2568⁵, realizada em junho de 2004, e considerada como o estudo mais sério e mais completo sobre o que pensam os espanhóis a respeito do matrimônio entre pessoas do mesmo, segundo o *site* de onde foi extraída a informação, oferece-nos dados importantes. O matrimônio homossexual não se encontra, segundo a pesquisa, entre os 33 problemas mais importantes nem entre as prioridades sociais dos espanhóis, nem com caráter geral (problemas da sociedade), nem como pessoal (problemas que afetam à pessoa perguntada). 88% dos informantes negam que se deva punir os homossexuais pelo fato de sê-lo, 73% acreditam que é uma orientação tão respeitável quanto a heterossexual, 76% consideram que se trata simplesmente de uma sexualidade diferente da majoritária e 75% pensam que não seja uma doença, nem deva ser tratada como tal.

À pergunta de se seria um problema grave o fato de um filho / uma filha ter relações homossexuais, 30% responderam que seria um problema grave, contra 62%, que afirmaram não sê-lo. Os dados são muito similares tanto para um filho quanto para uma filha.

Aproximadamente dois terços das pessoas perguntadas posicionaram-se de forma “mucho” ou “bastante” favorável a uma lei de união civil (“parejas de hecho”: 64,9% a favor e 11,6% contra), a outorgar aos casais homossexuais os mesmos direitos que os dos matrimônios heterossexuais (67,7%, contra 23,7%) e a conceder aos casais homossexuais o direito ao matrimônio (66,2% contra 26,5%).

Quanto à adoção por homossexuais, 48% posicionaram-se “mucho” ou “bastante” de acordo (muito ou “bastante” contra 44%). 47,6% estão “mucho” ou “bastante” de acordo (contra 40% “poco” ou “nada” de acordo) com o fato de que os casais heterossexuais podem garantir melhor bem-estar às crianças. Quer dizer, ainda é maior o grupo que acredita ser melhor a adoção por casais heterossexuais. Só 9,6% concordaram “mucho” ou “bastante” com situações nas quais a criança cuidada por um casal homossexual é melhor atendida, afirmação com a que estão “pouco” ou “nada” de

⁵ A informação a seguir foi extraída do *site*: <http://www.unav.es/civil/nsd/nosindebate/mhquepensamos.doc>. Consultado em 20 de novembro de 2006. Nesse *site* não se disponibiliza a pesquisa, apenas comentários sobre ela. Por isso não podemos informar todas as possibilidades de resposta para cada pergunta.

acordo 76,8%. A formulação dessa pergunta não permitia as opções “são bons por igual” ou “tanto faz, não afeta”, que deve ser considerado na interpretação da pesquisa.

A pesquisa concluiu que dos 66% favoráveis ao matrimônio de homossexuais, um de cada 4 acreditam que os homossexuais não deveriam adotar filhos, um de cada três admite que para a criança é melhor ser adotada por um casal heterossexual, três de cada 4 negam que um casal homo seja melhor como adotante que um heterossexual, porém todos pensam que o critério mais importante para permitir ou não a adoção seja o do interesse do menor. Outro dado importante foi o aumento da aceitação da homossexualidade e da disposição “formal” dos que admitem o casamento de homossexuais. Segundo os resultados da pesquisa, a maioria dos que aceitam o matrimônio entre homossexuais não compartilha, ou não interiorizara, ou não é consciente das conseqüências que traz consigo a equiparação. Segundo o *site* de onde foi extraída a informação, não se deve descartar que muitas das afirmações a favor do matrimônio de homossexuais não tenham sido totalmente interiorizadas, sendo consideradas produto do ambiente, da moda e da percepção do que seja politicamente correto, um fenômeno, segundo o mesmo *site*, conhecido pela Sociologia⁶.

Seja como for, apesar de existir, a nosso entender, um panorama que propiciava a aprovação do anteprojeto por parte do governo, seu trâmite não foi um caminho fácil de ser percorrido desde outubro de 2004, data da divulgação da aprovação do anteprojeto, até junho de 2005, data da aprovação definitiva no Congresso dos Deputados. Assistimos, então, à enunciação de diferentes posições de sujeito em embate. Os Papas, Juan Pablo II e Bento XVI pronunciaram-se várias vezes a esse respeito condenando a proposta governamental do executivo espanhol. A Conferência Episcopal Española em diversas ocasiões bateu de frente com os limites competenciais e de intromissão na atuação do governo na sua argumentação contra a aprovação da lei. Os juízes conservadores espanhóis posicionaram-se publicamente contra o projeto e questionaram a constitucionalidade do mesmo. Algumas associações de família organizaram campanhas de coleta de assinaturas. Os meios de comunicação divulgaram profusamente depoimentos a favor e contra a homossexualidade e a sua equiparação legal. O tema expandiu-se à Europa. No Conselho Europeu um candidato a comissário fez declarações homofóbicas referindo-se ao que estava acontecendo na Espanha. Tal

⁶ O texto dá como exemplo o caso do racismo em USA por Andrew Hacker.

fato fez com que fosse demitido, além de ter gerado uma importante crise de governo no seio da instituição europeia.

A sociedade espanhola evoluiu socialmente e os homossexuais organizados ou individualmente souberam repetir que possuem os mesmos direitos que qualquer outra pessoa. Aos poucos fizeram visível a homossexualidade para diminuir as reações homofóbicas da sociedade espanhola até conseguirem serem mais aceitos. Aos poucos convenceram a sociedade, os políticos, e romperam estereótipos.

Esta apresentação visa situar o leitor com relação ao contexto em que se produziu a aprovação da lei de casamento homossexual na Espanha, bem como orientá-lo em acerca das diferentes partes que compõem esta pesquisa.

Conseguimos formular a pergunta de pesquisa que perpassa nossas análises e da qual tentamos dar conta ao longo deste trabalho: Que vozes são trazidas pelo enunciador-jornalista para as notícias dos jornais El País e elmundo.es que tratam o tema da aprovação da lei do casamento homossexual? Qual lugar ocupam os homossexuais no nosso *corpus*?. O espaço dos homossexuais é o da terceira pessoa? Fala-se deles? Quem são os homossexuais em função dessas vozes que os falam? Ou será que os homossexuais ocupam no nosso *corpus* uma posição de sujeito e podem, portanto, falar-se? Se isto é assim, quais os sentidos instituídos?

A pesquisa que propomos realizar insere-se na área da Lingüística Aplicada e tem como questão central refletir sobre a construção discursiva, na imprensa espanhola, de sentidos para a homossexualidade, tendo como marco o evento empírico já referido.

Objetivamos neste trabalho participar das discussões sobre o modo como a imprensa espanhola tratou dessa mudança inserindo-a no processo das lutas pela igualdade de direitos sem discriminação sexual, por meio da análise de notícias dos jornais El País e El Mundo. Além disso, pretendemos refletir sobre quais os lugares de sentido instaurados nesses jornais e quais os efeitos de sentido gerados no que se refere à homossexualidade.

O trabalho organiza-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo tentamos dar uma visão geral da situação da homossexualidade no mundo e da trajetória percorrida pela lei do casamento homossexual desde a sua divulgação até sua aprovação. O segundo está dedicado a algumas noções como história, sujeito, poder e sua articulação com a mídia. Nesse capítulo expomos, ainda, reflexões acerca da relevância da

imprensa na socialização de saberes a respeito da orientação sexual e centramo-nos no que se conhece como escola francesa de Análise do Discurso e, concretamente, na sua visão da linguagem e em conceitos como dialogismo, formação discursiva, sujeito e gênero de discurso. No terceiro capítulo, privilegamos os critérios de escolha e seleção do corpus de pesquisa e fazemos uma caracterização do discurso dos diferentes representantes de instituições presentes em nosso corpus. O quarto capítulo está dedicado, via análise de duas notícias, a explicitar algumas contradições acerca da pretendida objetividade das notícias de nosso *corpus*.

Como já expusemos, em outubro de 2004 foi aprovado no Conselho de Ministros da Espanha o anteprojeto de Lei que permite o matrimônio e a adoção, entre outros direitos, de casais homossexuais. Esta aprovação garante a famílias com uma identidade “marcada” o acesso a um “imaginário” que secularmente lhes foi negado. Em março de 2004, o Congresso espanhol inicia a tramitação do projeto de lei, rejeitando as emendas à totalidade apresentadas pelo PP, principal partido da oposição, e pela Unió Democrática de Catalunya (UDC). A partir desse momento, o projeto de lei percorre um longo caminho até ser aprovado definitivamente em junho de 2005: obteve a aprovação no Congresso pela Comissão de Justiça, a aprovação pelo Congresso, a rejeição do Senado dos vetos do Partido Popular e de UDC à lei, a inclusão no Senado de um emenda conjunta do PP e da UDC que permita a autoridades e servidores públicos a alegação do direito de abstenção, por razões de consciência, para a não celebração de matrimônios entre homossexuais; o veto do Senado à lei com os votos do PP, de Convergência i Unió (CiU) e do Partido Aragonésista (PAR) e, finalmente, a aprovação definitiva da lei pelo Congresso, em junho de 2005, e sua entrada em vigor, no 4 de junho desse ano.

A Espanha converteu-se no quarto país do mundo, depois da Holanda (2000), da Bélgica (2003) e do Canadá (2005) a permitir a plena equiparação dos casamentos *gays*. Essas uniões estão também legalizadas em cinco províncias canadenses e em Massachusetts, nos Estados Unidos. Além disso, existe já a união civil na França, na Alemanha, na Suécia, na Finlândia, na Noruega, na Dinamarca, na Islândia, na Suíça, na África do Sul e em Buenos Aires.

A reforma que o Governo espanhol aprovou em outubro de 2004, no Conselho de Ministros, modifica catorze artigos do Código Civil, nos quais constavam referências unicamente aos casamentos heterossexuais.

O cerne da questão, segundo as informações publicadas no jornal El País (2/10/2004), está na modificação do artigo 44 do Código Civil. Este artigo diz que: “o homem e a mulher têm direito a contrair matrimônio conforme as disposições deste Código”. Com o fim de incluir a possibilidade de que um homem se case com outro homem, ou uma mulher com outra mulher, acrescentou-se ao texto o seguinte parágrafo: “a identidade de sexo de ambos contraentes não impede a celebração do casamento nem seus efeitos”. As demais mudanças afetaram outros treze artigos nos quais as expressões “homem e mulher” ou “pai e mãe” são substituídas por denominações como “cônjuges” ou “pais”. Dentre outros artigos a serem reescritos figuram o 66 e 67, relativos aos direitos e deveres dos cônjuges; o 154 (primeiro parágrafo), 160 (primeiro parágrafo), o 164, sobre a pátria potestade (segundo parágrafo); o 637, sobre doações (segundo parágrafo), e oito artigos sobre o regime econômico: 1323, 1344, 1348, 1351, 1361, 1365 (segundo parágrafo), 1404 e 1458.

A lei conferiu a plena equiparação aos matrimônios *gays*, incluindo-se o direito ao casamento e ao divórcio; às pensões (alimentícias e de viuvez), à sucessão, quando não exista testamento; à residência e à nacionalidade aos cônjuges estrangeiros; à tutela ou direito ao cuidado do companheiro incapacitado; à licença de casamento, maternidade própria ou do outro membro do casal; à permissão de não testemunhar diante de um tribunal contra o cônjuge, entre outros. Tal e como publicado na primeira página desse jornal (30/09/2004), essas mudanças baseiam-se “na promoção da igualdade afetiva, na preservação da liberdade ideológica (...) e no desfrute dos direitos sem discriminação alguma por questão de sexo em uma sociedade livre, pluralista e aberta”.

Na mesma edição desse jornal, afirma-se ainda que a reforma pretende se adaptar à “evolução social e reconhecer os diversos modelos de convivência”, já que segundo o Presidente do Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, “os homossexuais têm todas as obrigações como cidadãos e, no entanto, têm negados alguns

direitos”. Segundo o El País de 1 de outubro de 2004⁷, o que o Governo pretende é que “esses cidadãos que todos conhecemos, porque são amigos, parentes ou companheiros de trabalho, deixem de ser de segunda e tenham plenos direitos, o que inclui que possam formar uma família”.

O texto considera ainda que a convivência como casal entre pessoas do mesmo sexo “baseada na afetividade” tem sido objeto de aceitação social crescente, “superando arraigados preconceitos e estigmatizações”. “Hoje se admite sem dificuldade”, afirma o texto, “que esta convivência de casal seja um médio por meio do qual se desenvolve a personalidade de um amplo número de pessoas; (...) sem mais transcendência que a que tem lugar numa relação privada”.

O caminho percorrido pela lei desde outubro de 2004 até junho de 2005 não esteve livre de empecilhos e obstáculos. Membros de diferentes setores da sociedade tiveram suas vozes incluídas nas notícias posicionando-se contra a lei do casamento homossexual, criticando a conduta dos homossexuais e negando-lhes seus direitos, alegando advertir para as supostas conseqüências negativas que traria consigo a aprovação da lei etc. Assim, o PP apresentou, em 30 de setembro de 2004, uma iniciativa parlamentar a favor de regulamentar a união civil (“parejas de hecho”), na qual reconhecia as uniões homossexuais, mas não o seu caráter de matrimônio. Durante os oito anos que esse partido conservador esteve no Governo (1996-2004) rejeitou inúmeras iniciativas para regulamentar a união civil ou o casamento entre homossexuais. Os populares defendiam que não existia necessidade objetiva dessa regulamentação de casamentos entre *gays* e que o fato de não fazê-lo não implicava discriminação. A respeito das adoções sempre declarou que deveria estar restrita a uma só pessoa (qualquer que fosse o sexo) ou a casais formados por homem e mulher, unidos em casamento ou de forma permanente por relação de afetividade análoga à conjugal. Com isto, deixava fora a adoção conjunta de casais de *gays* e lésbicas.

Já a Asociación Profesional de la Magistratura (APM), majoritária e conservadora na carreira judicial, posiciona-se dizendo que considera contrário à Constituição espanhola o casamento entre homossexuais. Admite que se regulamentem as uniões homossexuais “mas que não sejam chamadas de casamento” (El País,

⁷ El País, 1- Out-05: *Zapatero afirma que con la ley del matrimonio los gays dejan de ser ciudadanos "de segunda"* .

1/10/2004). Por sua vez, na mesma edição desse jornal, mas em outra notícia o responsável pela Família da Conferência Episcopal Espanhola, Inocente García, afirma que com o projeto que concede o casamento e a adoção aos casais *gays* “a família fica destruída”, acrescentando que “não nos resta nada da definição de matrimônio”. Em 3 de outubro de 2004, o mesmo jornal noticia as palavras do bispo de Mondoñedo-Ferrol, José Gea Escolano, segundo o qual: “um homossexual não é normal”.

Como se pode ver, a questão é polêmica e provoca a circulação de discursos procedentes de diferentes lugares sociais. Portanto, nosso trabalho tem como foco a análise desse acontecimento, divulgado pela mídia, a partir de 1 de outubro de 2004. Nosso interesse na aprovação do anteprojeto de lei que permite o matrimônio e a adoção a casais homossexuais na Espanha deveu-se ao fato de considerarmos que este acontecimento constitui um avanço em favor de uma sociedade plural, ao reconhecer uma série de direitos a uma identidade sexual secularmente excluída. Acreditamos também que estejam se instituindo novas verdades a respeito da homossexualidade e que nessa instituição, bem com em sua divulgação, a mídia joga um papel muito relevante. É por isso que escolhemos o jornal eletrônico como suporte.

Woodward (2001) nos orienta a respeito de como se produz esse processo de reconhecimento de que falamos:

A política de identidade tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio de processo de formação de identidades. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas – o consumidor soberano, o cidadão patriótico – quanto pela resistência dos “novos movimentos sociais”, ao colocar em jogo identidades que não têm sido reconhecidas, que têm sido mantidas “fora da história” (Rowbotham, 1973) ou que têm ocupado espaços às margens da sociedade. (WOODWARD, 2001, p.36)

Objetivamos neste trabalho promover a discussão e um maior conhecimento sobre o modo como a imprensa espanhola tratou dessa mudança inserindo-a no processo das lutas pela igualdade de direitos sem discriminação sexual, por meio da análise de notícias dos jornais El País e El Mundo.

Como aponta Woodward, (2001, p.33)

Todo contexto ou campo cultural tem seus controles e suas expectativas, bem como seu “imaginário”; isto é, suas promessas de prazer e realização. Como sugere Lorde, os pressupostos sobre

heterossexualidade e os discursos racistas negam a algumas famílias o acesso a esse “imaginário”. Isso ilustra a relação entre o social e o simbólico. (...) Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições. Uma ilustração disso é o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, os quais têm se concentrado em lutas em torno da identidade.

A relevância dessa pesquisa que propomos desenvolver reside, a nosso modo de ver, no fato de pretendermos com ela participar de um conjunto de reflexões voltadas para a ampliação do perfil do lingüista, ou melhor, do analista do discurso, como cientista social, em especial no que se refere a análises que se voltam para o conhecimento de seu entorno sócio-histórico. Como Daher, Rocha, e Sant’anna (2004), pensamos que tal perfil não só atende a novas demandas da sociedade, como também permite a esse profissional aproximar-se de discussões teórico-metodológicas que até pouco tempo não eram privilegiadas pelos estudos lingüísticos.

A pesquisa que propomos realizar insere-se na área da Lingüística Aplicada e tem como questão central refletir sobre a construção discursiva, na imprensa espanhola, de sentidos para a homossexualidade, tendo como marco o acontecimento já referido. Pensamos que esse acontecimento provocou o embate de um conjunto de forças e que uma análise das vozes privilegiadas pela imprensa que circulam nessa conjuntura histórica (o governo, a igreja, os homossexuais etc.) trazidas pelo enunciador-jornalista para o espaço discursivo nos permitirá, a partir da observação de certas marcas lingüístico-discursivas, concluir os sentidos do que se nos apresenta como “informação objetiva”, do que prolifera ou se permite que ocupe os espaços de divulgação midiática. Além dessa questão central, outros pontos também serão abordados, de forma periférica.

O corpus de nossa pesquisa está constituído por notícias extraídas dos jornais espanhóis El País e El Mundo. Essa seleção considerou o fato de, entre os espanhóis, El País ser considerado como um jornal que reflete um pensamento de esquerda e El Mundo ter uma orientação mais de direita. Assim sendo, fazemos a hipótese de que o relato dos trâmites e da aprovação da lei nesses jornais deverão ser diferentes. Ou seja, o jornal El País estará comprometido com uma concepção da homossexualidade e dos direitos dos homossexuais em concordância com as ideologias da esquerda e o El

Mundo com as ideologias de direita em relação à homossexualidade e aos direitos dos homossexuais, ambos privilegiando vozes de diferentes agentes sociais da sociedade espanhola.

Assim, nossa pesquisa articula questões de linguagem, identidade, política e poder, buscando identificar elementos que dêem visibilidade a estas relações. Importa-nos, dessa forma, refletir sobre quais os lugares de sentido instaurados nesses jornais e quais os efeitos de sentido gerados no que se refere à homossexualidade.

Nossa opção considera, pois, uma reflexão voltada para a análise da construção de sentidos para a homossexualidade nas notícias veiculadas nesses jornais acerca da aprovação do anteprojeto de lei já mencionado, com o fim de verificar se o tratamento dado nos textos ao tema da lei de casamento homossexual e à homossexualidade se corresponde com a que para nós, enquanto leitores, pensamos definir esses jornais. Esta reflexão integraria uma discussão maior acerca da possibilidade ou não de “informar objetivamente”, da viabilidade de contar algo sem se posicionar a partir de um ponto de vista determinado.

1. A HOMOSSEXUALIDADE: LUTAS E CONQUISTAS.

Neste capítulo, traçaremos um breve panorama acerca das lutas e conquistas dos homossexuais nos EUA e na Grã Bretanha, onde surgiram os primeiros movimentos em defesa dos interesses deste coletivo. A seguir, fazemos um pequeno comentário sobre a perseguição que ainda sofrem os homossexuais em muitos países do mundo. Por último, elaboramos um histórico da lei do casamento homossexual aprovada na Espanha desde a sua divulgação até a aprovação definitiva no Congresso dos Deputados. Nosso objetivo é contextualizar a polêmica surgida em torno da lei num contexto mais amplo de conquista de direitos civis.

1.1. Breve panorama acerca da homossexualidade e dos direitos dos homossexuais

De acordo com Nunan (2003), as primeiras organizações direcionadas para a melhoria das condições de vida de *gays* e lésbicas surgiram nos Estados Unidos da América, em 1924. Chasin (apud NUNAN, 2003) constata que esses grupos eram denominados de *organizações homófilas* e atuavam de modo discreto para educar o público a respeito da homossexualidade e para dar apoio aos homossexuais. Tais grupos sobreviveram a muito custo até as décadas de 1950 e 1960.

O movimento homossexual que posteriormente se desenvolveu optou por uma nova linguagem, mais politizada e radical, tendo rejeitado o termo *homófilo*, que não voltou a ser usado.

No final dos anos 60, paralelamente à reconsideração, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patologia. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de “homossexuais”, que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de “*gays*” (que existe desde o século XIX), mais neutra, que designa uma cultura específica e positiva. (BADINTER, apud NUNAN, 2003, p. 104)

A década de 1960 foi um marco histórico para os jovens de todo o mundo e para certas minorias, como a dos homossexuais, uma referência.

Uma série de movimentos sociais surge nos Estados Unidos da América (E.U.A.) reivindicando direitos civis para segmentos da sociedade há muito

estigmatizados: estudantes, negros, homossexuais, etc. Era uma consequência natural de uma série de mudanças em curso mundo afora:

1. oposição da população norte-americana à guerra do Vietnã;
2. luta pelos direitos civis dos negros nos E.U.A.;
3. revolta estudantil de maio de 1968 em Paris (França);
4. surgimento do movimento hippie nos E.U.A. e Europa, cujo *slogan* era “faça amor, não faça a guerra”;
5. surgimento do movimento ambientalista;
6. ascensão do rock no panorama musical mundial, graças ao sucesso de grupos como Beatles, Rolling Stones e concertos ao ar livre como Woodstock;
7. surgimento do movimento feminista.

No seio dessas mudanças, ocorreu o episódio conhecido como Stonewall, em Nova York (E.U.A.), em 1969. De acordo com Spencer (1996), a polícia da cidade invadiu um bar *gay*, o *Stonewall Inn*, no bairro de *Greenwich Village*, alegando infração da permissão para a venda de bebidas alcoólicas. Os *gays* que freqüentavam o bar, junto com os demais *gays* que estavam nos bares vizinhos, contra-atacaram e enfrentaram a polícia durante dias.

Nunan (2003) descreve da seguinte maneira o incidente de Stonewall:

Na noite de 28 de junho de 1969, alegando o descumprimento de leis sobre a venda de bebidas alcoólicas, policiais tentaram mais uma vez fechar a Stonewall Inn, bar freqüentado por homossexuais no Greenwich Village, em Nova York. Com a desculpa de que o local era propriedade da máfia italiana instalada na cidade, o bar vinha sofrendo reiteradas invasões da polícia, que aleatoriamente prendia e agredia seus freqüentadores. O que era para ser uma ação policial rotineira, no entanto, suscitou uma reação inédita: embalados pelas barricadas de maio de 1968 em Paris, os homossexuais atacaram os policiais com garrafas e pedras e estes rapidamente tiveram de chamar batalhões de reforço. Gritando frases como “Poder Gay” e “Sou bicha e me orgulho disso”, os homossexuais acabaram chamando a atenção da imprensa, e a cidade parou para ver o desfecho da situação. A batalha, que se transformou em um marco da luta *gay*, prolongou-se por cinco dias, sendo resolvida com a intervenção do prefeito, que ordenou o fim da violência policial. A partir de então, o dia 28 de junho é comemorado por mais de 140 países como Dia Internacional do Orgulho Gay, por meio da realização de várias paradas no decorrer dos meses de junho e julho. (NUNAN, 2003, p. 105-106)

Teve início então uma fase de grande transformação no universo *gay*. Seus integrantes começaram a falar abertamente sobre a sua condição *gay*, a comportarem-se conforme a sua sensibilidade pedia e passaram a reivindicar o fim da opressão e da discriminação.

Matthaei (apud Nunan, 2003), observa que a revolta de Stonewall favoreceu o crescimento, a visibilidade e uma mudança de atitude no interior do movimento homossexual, ou seja, anteriormente ligado a grupos de esquerda e ao feminismo radical, logo após esse episódio, o movimento homossexual se mostrou centrado numa política liberal que almejava direitos e proteção legal contra a discriminação de *gays* e lésbicas. Nesta ótica, sendo o corpo uma propriedade privada e desde que a sexualidade se restrinja à esfera doméstica, o que estaria em discussão, na lógica liberal, era o direito do indivíduo à privacidade. Desse modo, o movimento homossexual advoga que o direito à privacidade e, por conseguinte, à homossexualidade, deve ser conquistado na esfera pública: leis, mídia e opinião pública.

Surge logo após, em Londres, a Frente de Liberação *Gay* (GLF), em 1970, inspirada em Stonewall. Seus membros estavam na faixa etária de 24 a 35 anos e eram artistas, estudantes, professores, sociólogos. Nas ruas adotavam atitudes como beijar, abraçar, andar de mãos dadas, configurando uma nova modalidade de “sair da casca”.

O primeiro passo foi

(...) os *gays* se mostrassem para eles próprios (...) a fim de que se sentissem capazes de encarar sua natureza e não ver nada de errado nela, de que não enxergassem mais a si próprios por meio dos olhos da sociedade. A partir do momento em que passaram a se orgulhar de si mesmos, tornou-se possível falar com a família e com os colegas sem sentir a vergonha e a humilhação freqüentemente imposta aos jovens *gays* (SPENCER, 1996, p.349)

A GLF lançou um manifesto em 1971, no qual é veiculada uma nova percepção do que a sociedade havia feito aos homossexuais. A opressão, segundo o documento, inicia-se com os papéis que os gêneros desempenham na instituição denominada família: o macho é dominante, a fêmea é submissa e os filhos têm moldado o seu comportamento pelos ensinamentos dos pais. O homossexualismo é excluído, sendo percebido como perversão doente. Os *gays* não tinham outra opção fora da estrutura social heterossexual, a não ser dispor de relações sexuais breves e clandestinas. A sociedade percebia os *gays* como indivíduos fracassados, doentes ou que sofriam

desvios psíquicos. Eram criticados e boicotados por colegas, quando não eram atacados por gangues. Segundo se pode deduzir do dito até aqui, a década de 1960, o cotidiano de um homem *gay* era um tormento, uma questão de sobrevivência.

Spencer (1996) relata que os homens *gays* desenvolveram técnicas para se defenderem como o anonimato. Surgem códigos e linguagens diversos. Entretanto, alguns desenvolveram um comportamento afetado e extrovertido, que provocaria risos e ocupava um nicho social no seio da sociedade. Posteriormente, alguns *gays* concordavam com a visão que a sociedade tinha a respeito deles, o que reforçava a vergonha, a culpa e a auto-rejeição entre os mesmos.

Movimentos como a GLF foram muito importantes na vida dos *gays* ingleses pois desafiavam os estereótipos homossexuais, os circuitos dos locais de encontros e os valores do gueto, bares e *pub gays*. Mostravam à sociedade uma nova perspectiva do homossexual, ao mesmo tempo em que denunciavam *pubs* que discriminavam clientes *gays*. Surgem então discotecas cujos proprietários são *gays*, onde se pode encontrar livremente um parceiro.

Nos Estados Unidos, surge em Nova York a Semana do Orgulho *Gay*, em 1970, e o Dia de Orgulho *Gay* de Londres, na Grã-Bretanha, em 1972, marcos da luta em prol dos direitos civis dos *gays*.

Na Grã-Bretanha surgem organizações *gays* que fazem campanhas contra filmes, programas de televisão e livros que tinham uma postura homofóbica. Além disso, organizavam palestras e eventos sociais. Até mesmo um jornal quinzenal, o *Gay News* foi fundado, em 1972, com a finalidade de divulgar artigos sobre pessoas e temas importantes para os *gays*, bem como crítica literária, de cinema e de TV.

Nos Estados Unidos, o movimento civil de direitos dos *gays* começava a ter uma militância ativa, conseguindo, às vezes, evitar a adoção de leis restritivas aos homossexuais, favorecendo a aceitação dos *gays* na família, no local de trabalho e na mídia e a redução das sanções legais e sociais contra os *gays*. Desse modo, o movimento *gay* modificou substancialmente a visão da sociedade sobre os *gays*.

Spencer (1996) observa que

Uma das maiores mudanças desencadeadas pela liberação foi estimular a crença de que o amor entre pessoas do mesmo sexo era natural e sadio. A nova definição de amor *gay* destruiu qualquer conceito de desvio de gênero e, portanto, eliminou a necessidade de artifícios, como maneiras afetadas e travestismo, gerando um novo

orgulho e um senso de integridade na inteireza do homem *gay*.
(SPENCER, 1996, p.355)

O número de grupos homossexuais cresceu muito, a partir de então, no mundo inteiro, especialmente nos Estados Unidos, no decorrer do período 1970-1980. Os novos ativistas, abertamente, identificando-se como *gays*, demonstravam autoconfiança nunca vista anteriormente. Surge então, no mundo, uma nova minoria, com identidade e cultura própria bem como expressão política.

É importante assinalar o que diz Áries a respeito:

Doravante não são mais nem médicos nem padres que fazem da homossexualidade uma categoria à parte, uma espécie: são os próprios homossexuais que reivindicam sua diferença, e que assim se opõem ao restante da sociedade, ao mesmo tempo em que exigem seu lugar ao sol. (ÁRIES apud NUNAN, 2003, p. 107)

O movimento de libertação *gay* provocou uma mudança na visão que os homossexuais tinham a respeito de si próprios. A maior mudança foi na crença de que o amor *gay* era algo natural e sadio.

A nova definição de amor *gay* destruiu qualquer conceito de desvio de gênero e, portanto, eliminou a necessidade de artifícios como maneiras afetadas e travestismo, gerando uma novo orgulho e um senso de integridade na inteireza do homem *gay*. (SPENCER, 1996, p. 355)

A partir de então, os diversos locais de lazer (bar, restaurante, livraria etc) começaram a aceitar a presença de *gays*, estimulando a formação de círculos de relacionamento no interior destes grupos. Verdadeiras famílias se formaram, compostas de *gays* de diferentes círculos. Tais locais formavam um circuito: os *gays* utilizavam a mesma academia, jantavam em determinados restaurantes e freqüentavam os mesmos bares.

Os *gays* destes circuitos tinham como modelo o ícone masculino *cow-boy*, do comercial do cigarro *Marlboro*: uma imagem musculosa e dura. De acordo com Spencer (1996) a moda predominante à época era composta de camisa de flanela xadrez, calças jeans, botas, cabelo curto e bigode. Os bares reproduziram motivos *western* e os garçons usavam chapéus e botas de *cow-boy*, e alguns bares exibiam filmes pornográficos em salas pequenas. O ideal erótico dos *gays* eram homens fisicamente bonitos e fortes,

musculosos e de genitália proeminente. O sexo era bruto e desinibido, admitindo o sadomasoquismo.

Spencer (1996) advoga que os *gays* copiavam o que os machos chauvinistas tinham de pior, tratando os seus parceiros com crueldade e mesmo insensibilidade, ou seja, os parceiros *gays* estavam ainda presos ao antigo sistema heterossexual, representando os tradicionais papéis de marido e mulher. O autor reitera que

(...) a imagem de machão vigoroso e a aparência de normalidade masculina eram posturas tão artificiais como o do travesti de antes. Ao tentar criar um nicho numa sociedade que ainda negava sua existência, os *gays* de auto-impunham caricaturas dessa mesma sociedade”. (SPENCER, 1996, p. 356)

Nas grandes cidades, conseguir um amante duradouro era considerado a etapa final de um relacionamento. Inicialmente, foi importante ter um círculo de amigos *gays*, motivo de orgulho por demonstrar a capacidade de constituir um ambiente familiar. Entretanto, surgiram problemas com a família, amigos e colegas de trabalho e os amantes retornavam à convivência num ambiente misto.

O contexto de classe média dos bairros afastados dos grandes centros apenas reforçava a devoção do indivíduo ao trabalho, a manutenção do lar, da propriedade e uma ligação constante com o universo heterossexual. A maior parte dos homens mostrava-se feliz ao conseguir ter uma rotina e convívio social diário, não considerando a possibilidade de viabilizar uma rede social *gay*.

Uma união entre homossexuais não tendo apoio religioso ou legal, tem dificuldades de estabelecer ligações com a comunidade, principalmente por não existirem crianças, na maior parte das vezes. Não tendo crianças, os *gays* não mantêm ligações com escolas, associações de pais ou pais de amigos dos filhos. A inexistência de um casamento e de famílias convencionais levava os casais homossexuais a supervalorizarem as amizades *gays*, formando uma espécie de família, que termina unindo indivíduos de etnia, classe social e crenças diferentes, para o mencionado autor.

A consolidação do movimento *gay* está intimamente relacionada à criação de uma identidade homossexual positiva frente à sociedade. O *coming out of the closet*, ou seja, a “saída do armário”, expressão em voga a partir de então, pode ser traduzido na acepção de Pollack como

O duplo processo de integração na comunidade homossexual e de afirmação da homossexualidade para o exterior, não somente como aprendizado e aceitação da homossexualidade, mas como a busca de um estilo de vida. (POLLACK, apud NUNAN, 2003, p. 108-109)

O significado social de “sair do armário” também sofreu mudanças com o movimento *gay*. Anteriormente o termo significava que o indivíduo aceitava o fato de ser homossexual e revelava a sua orientação para alguns amigos íntimos e, às vezes, para familiares.

A partir do movimento de liberação *gay*, “sair do armário” teve o seu significado modificado para um processo eminentemente político “(...) *por meio do qual o indivíduo questiona, com orgulho e desafio, a hegemonia heterossexual, tornando-se ao mesmo tempo visível e culturalmente inteligível.*” (NUNAN, 2003, p.108)

Por último, o advento da AIDS na década de 1980, em função das perdas em vidas que ocasionou, terminou contribuindo para que um crescente número de *gays* se assumisse como homossexuais.

Na década de 1990, o movimento homossexual enfrenta novos desafios e algumas conquistas são alcançadas. Entretanto, a luta pelos direitos de homossexuais está apenas iniciando-se na Europa. Na atualidade, apesar de o continente contar com alguns países que permitem o casamento entre homossexuais (Holanda, Bélgica e Espanha), os europeus ainda discutem como lidar com questões complexas como a união civil e a adoção de crianças.

A União Européia (UE) conta com 25 países e, destes, dez não dispõem de nenhum instrumento oficial que assegure a união entre homossexuais de acordo com a Associação Internacional de *Gays* de Lésbicas (ILGA), especialmente entre os novos integrantes do leste europeu, países conservadores e de maior tradição católica.

No tocante à legalização da parceria entre os homossexuais, a ILGA estabelece a seguinte distinção entre casamento e contrato de parceria (união civil) entre homossexuais:

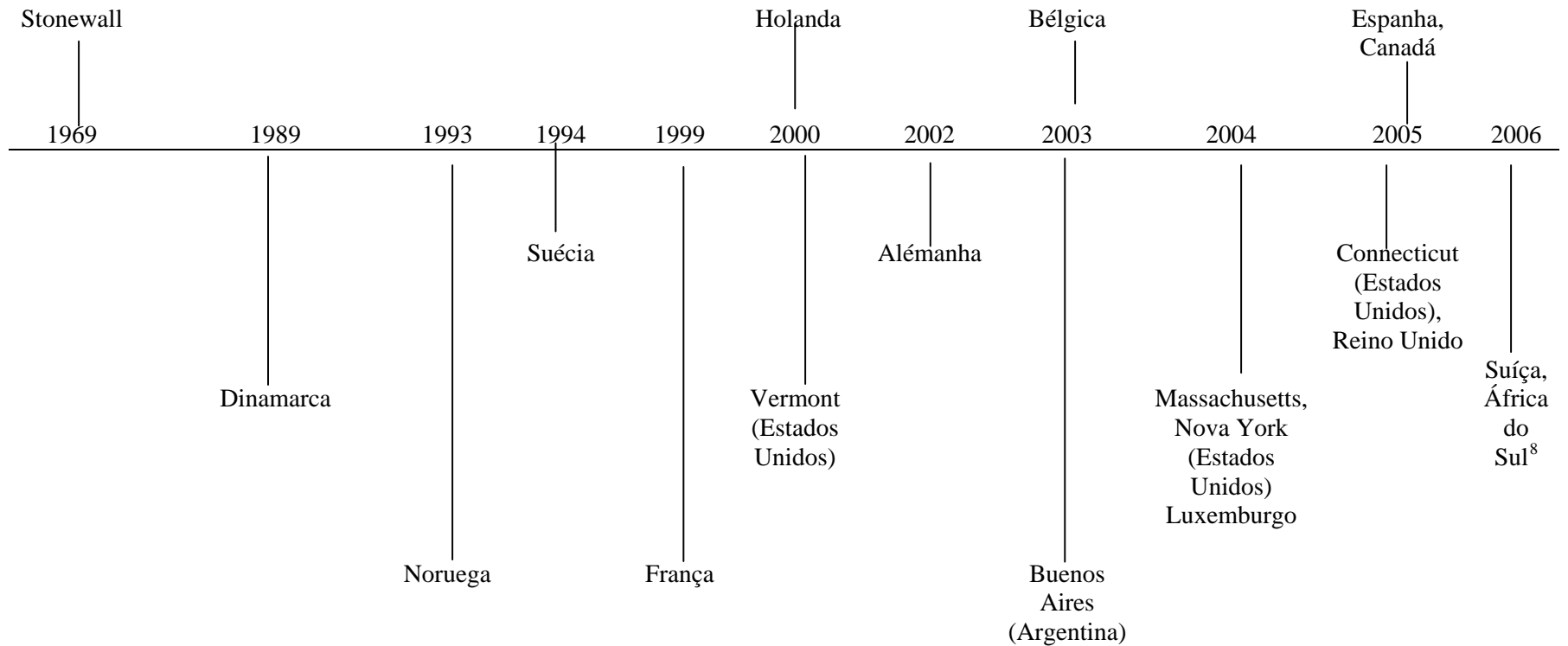
- ▣ Casamento – quando os direitos, a responsabilidade e o reconhecimento legal são os mesmos dados aos casais heterossexuais.
- ▣ Contrato de parceria (união civil) – “onde direitos específicos e enumerados, responsabilidades e reconhecimento legal, que podem ser idênticos, muito próximos

ou inferiores àqueles dos casais heterossexuais, são dados a casais que assinem um contrato de parceria”.

A seguir, mostramos uma linha do tempo onde explicitamos os avanços conseguidos até hoje nos direitos dos homossexuais em todo o mundo. Acima da linha contemplam-se as datas relativas à instituição do casamento e, abaixo, as da união civil.

Linha do tempo dos avanços nos direitos dos homossexuais:

CASAMENTO



UNIÃO CIVIL

⁸ Aprovado, mas não entrou em vigor por enquanto.

Na UE há um número reduzido de pesquisas disponíveis sobre a situação dos homossexuais. Uma pesquisa do *Instituto Eos Gallup*, efetuada em 30 países europeus em 2003, com 15.000 pessoas revela uma população dividida. Nos 15 países que integravam a UE até 2004, mais da metade dos entrevistados eram favoráveis ao casamento entre homossexuais, mas cerca de um terço eram totalmente contrários. A maior aprovação ocorreu na Dinamarca (66%) e a maior rejeição, na Grécia (71%). Entre os novos sócios a maior aprovação foi na República Tcheca (50%) e a menor no Chipre (76%). Quanto à adoção de crianças, segundo a pesquisa do *Eos Gallup*, 55% dos entrevistados são contrários à medida.

Por sua vez, a legislação relacionada aos direitos humanos deveria proteger também os direitos individuais e coletivos das minorias. São reivindicados os mesmos direitos que a maior parte das pessoas já desfrutam: ter uma vida privada, um lar e objetos pessoais que lhe são caros (correspondência, fotografia, diário, etc). Os *gays* têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de reunião. O direito a não ser discriminado. O direito de casar e constituir família.

Até o momento, os direitos de *gays* e lésbicas não têm proteção suficiente na maior parte dos códigos reconhecidos dos direitos humanos. “*Parece que isso não é devido a deficiências textuais dos principais tratados, mas sim à sua interpretação sob a ótica conservadora das pessoas investidas de autoridade*”. (Spencer, 1996, 370)

Embora tenham se conseguido importantes avanços em prol dos direitos e da aceitação dos homossexuais por parte da sociedade, continua a haver um forte preconceito. Nunan (2003) aponta como medidas para diminuir este preconceito o contato interpessoal positivo entre heterossexuais e homossexuais, sobretudo se este ocorrer entre familiares e amigos próximos e se houver uma conversa aberta sobre sexualidade. Isto permitiria, na opinião da autora, que os estereótipos causados por uma experiência limitada fossem substituídos pelo reconhecimento do que significa ser *gay*. Yang (apud Nunan, 2003) aponta que este contato aumenta a probabilidade de heterossexuais se tornarem a favor da igualdade de direitos para os homossexuais. Outro fator que contribui para diminuir o preconceito é a aceitação da família: se esta respeitar a orientação sexual do indivíduo, a sociedade como um todo tenderá a encará-la de forma mais natural.

O tratamento dado pela mídia aos homossexuais nos mostra claramente que o preconceito se mantém ainda muito forte na nossa sociedade. No presente momento, é

maior a visibilidade dos homossexuais na mídia do que em qualquer outro período da história. Entretanto, as imagens apresentadas ainda estão ligadas a estereótipos negativos: vítimas (violência, preconceito) ou vilões, cujos papéis foram reforçados pelo advento da Aids na década de 1980.

A afirmação de Gross, referenciado por Nunan (2003) demonstra bem a forma como a mídia aborda a questão:

Não apenas eles quase sempre nos mostram como fracos e bobos, ou maus e corruptos, mas eles excluem e negam a existência de gays e lésbicas normais, não extraordinários. Gays comuns, em papéis que não são centrados no seu desvio como uma ameaça à ordem moral que deve ser contrarrestada por meio do ridículo ou da violência física, raramente são apresentados na mídia. (...) A representação estereotipada de gays e lésbicas como anormais e a supressão de imagens positivas ou “não extraordinárias” serve para manter e policiar as fronteiras da ordem moral (GROS, apud NUNAN, 2003, p. 98)

Por sua vez, Kushner, (apud NUNAN ,2003) observa que na mídia são reduzidas as imagens de homossexuais bem sucedidos na vida, felizes e com uma vida “comum”.

Na década de 1990, esta situação começa a mudar. Surgem novelas, séries de televisão, programas de entrevistas e filmes que mostram o homossexual como um sujeito comum, ou seja, com família, dinheiro, dignidade e confiante.

É importante destacar:

- O filme *Philadelphia*, do diretor Jonathan Deme, 1993, com Tom Hanks, cuja abordagem da Aids ajudou a reduzir preconceitos contra a doença no mundo.
- O programa *The Ellen Show*, com a comediantes Ellen de Generes, lésbica assumida, que teve recorde de audiência nos Estados Unidos durante anos.
- O seriado de TV inglês *Queer as Folk*, também produzido nos Estados Unidos, mostrando o dia-a-dia de um grupo de amigos homossexuais.
- O seriado de TV norte-americano *Will & Grace*, sobre o amor impossível entre um advogado gay e a sua amiga decoradora heterossexual, ambientado em Nova York.
- O seriado de TV norte-americano *Dawson's Creek*, que acompanha a adolescência e o início da vida adulta de cinco personagens, um dos quais é gay e protagonizou o primeiro beijo entre *gays* da televisão americana.

- O seriado da MTV norte-americana, *The Real Life*, o qual acompanhava o dia-a-dia de jovens norte-americanos numa grande cidade, os quais moravam num mesmo apartamento durante semanas, aprendendo a conviver com suas diferenças. Era comum a presença de um jovem homossexual em quase todos os programas.
- O seriado de TV norte-americana *The L Word*, sobre um grupo de lésbicas glamourosas de Los Angeles.
- Os livros de Camile Paglia, escritora radical dos Estados Unidos e lésbica assumida, que abordava temas polêmicos no âmbito do feminismo e da cultura *gay*.
- As músicas de sucesso de artistas assumidamente *gays* como Freddy Mercury (Queen), Boy George, Erasure, George Michael, Elton John, K.D. Lange, Melissa Etheredge, Pet Shop Boys ou bissexuais como Madonna.
- A revista *Out*, nos Estados Unidos, voltada para o público homossexual.
- As novelas da TV brasileira, exportadas para todo o mundo, que têm a presença personagens homossexuais, como *Mulheres Apaixonadas*, *Senhora do Destino*, *América*, etc.

É possível constatar que tais mudanças são mais perceptíveis na televisão, maior caixa de ressonância do pensamento e dos hábitos do mundo contemporâneo.

A mídia hoje assume o papel de fonte valiosa de informação para os indivíduos em qualquer lugar do mundo. Nunan (2003) observa que a veiculação de imagens distanciadas da realidade dos indivíduos homossexuais tem um grande efeito nocivo na percepção da sociedade sobre os *gays*: estes não demonstram emoções típicas do ser humano (alegria, tristeza) e não têm problemas cotidianos. Além de mais, a falta de imagens positivas que sirvam de modelo para os homossexuais, costumam ocasionar sentimentos de alienação e inferioridade, prejudicando também seus projetos de vida.

É importante ressaltar que sendo estereotipada, ela tem efeitos nocivos sobre a sociedade predominantemente heterossexual e os homossexuais, em particular, especialmente quanto à imagem que estes têm de si mesmos.

A mídia tem um grande poder de modificar crenças arraigadas, estabelecendo o debate e um diálogo franco sobre a sexualidade humana. Convém ressaltar que uma presença maior de homossexuais na mídia não implica, necessariamente, uma melhora das condições de vida dos mesmos.

Em pesquisa recente, Soares (2006), tendo analisado o discurso jornalístico em revistas semanais sobre a homossexualidade e sua relação com a AIDS na segunda metade da década de 1980, chega à conclusão de que não há resistência à formação ideológica (interligada por formações discursivas médio-religiosa-legais) que afirma haver uma relação direta entre homossexualidade e a AIDS durante a década de 1980 no *corpus* de sua pesquisa. O autor acrescenta ainda que o sujeito homossexual não ocupa uma posição-discursiva que possa se dizer de outra maneira, significando apenas a partir dos já-ditos em relação à sua sexualidade e em relação à AIDS. Segundo Sousa (apud SOARES, 2006, p.213), “dir-se-ia que o homossexual nesse momento não tem discurso, por isso tem de usar o discurso do médico, do jurista, do psiquiatra para referir-se a si”. Qual a posição de sujeito que ocupa o homossexual em nosso corpus e como ele é significado?

1.2. Dados sobre a homossexualidade no mundo: ainda um longo caminho por percorrer.

Segundo o *site* de Amnistia Internacional⁹, há vários anos, a perseguição legal por orientação sexual tem retrocedido no mundo. Hoje, nenhum país europeu penaliza as relações homossexuais consentidas entre adultos. Segundo o próprio *site*, nos países de língua espanhola, esse tipo de relações é delito unicamente na Nicarágua. Todavia, em alguns países a homossexualidade ainda é castigada com a pena de morte e em muitos outros é ilegal, como nos mostra o Mapa em anexo (Anexo I). Nesse mapa podemos observar, além dos países onde a homossexualidade é legal, aqueles onde é ilegal, aqueles onde embora seja legal é perseguida e, por último, aqueles onde a homossexualidade pode ter como punição a pena de morte.

Segundo notícia publicada no *El País*, com data de 18 de maio de 2005, intitulada “80 países castigan con cárcel las relaciones homossexuales”, e baseada em um relatório¹⁰ elaborado pela Liga Internacional de Gays y Lesbianas (ILGA) na Arábia Saudita, Yemen, Iran, Chechenia, Mauritânia, Sudão, Afeganistão e Paquistão a homossexualidade pode ser punida com a pena de morte. A notícia esclarece que o relatório só recolhe as penas legais, não incluindo os países que perseguem as relações homossexuais em algumas zonas (como, por exemplo, regiões muçulmanas de países

⁹ www.es.amnesty.org

¹⁰ O relatório refere-se só aos homossexuais masculinos. As relações lésbicas não estão permitidas nem proibidas, “simplesmente porque as relações entre duas mulheres seguem sendo algo impensável para muitos legisladores”, segundo o porta-voz da ILGA.

africanos e asiáticos donde se aplica a *sharí*a ou estados de Estados Unidos onde o sexo entre pessoas do mesmo sexo ainda é castigado).

No que diz respeito à Europa, e ainda segundo a mesma notícia, em países como Bulgária, Liechtenstein e Romênia, as relações entre pessoas do mesmo sexo não são punidas, mas consideradas um agravante de outros delitos, como escândalo público. O Reino Unido figura na lista da ILGA porque define para os *gays* uma idade de consentimento para manter relações superior à que se estabelece para os heterossexuais. Também não se consideram países onde a homossexualidade e a transexualidade não constituem delito, mas nos quais ações de grupos paramilitares ou de bandos contra eles ficam quase sempre impunes, como o México ou o Brasil.

Nos próximos subitens apresentamos algumas considerações acerca da lei do casamento entre homossexuais na Espanha e um pequeno histórico sobre a lei do casamento homossexual.

1.3. Histórico da Lei de casamento entre homossexuais

O histórico da lei de casamento homossexual começa a se configurar durante o período anterior às eleições de 11 de março de 2004. Durante a campanha eleitoral imediatamente anterior a esta data, o candidato a presidente do governo espanhol pelo Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE), José Luís Rodríguez Zapatero, anunciou, dentre as medidas sociais que pretendia implementar caso fosse eleito, a intenção de equiparar os direitos dos homossexuais por meio do matrimônio civil. O projeto do casamento homossexual, portanto, surge integrando um pacote de medidas sociais mais amplo. O programa eleitoral do PSOE incluía as seguintes medidas sociais: ampliação da lei do divórcio, criando a possibilidade de separação dos cônjuges após três meses de matrimônio; reforma da lei de educação suprimindo a obrigatoriedade da disciplina Religião, a qual passaria a ser eletiva; a autorização da pesquisa científica com embriões humanos etc.

Trata-se, portanto, de um percurso longo e difícil, cheio de críticas por parte dos lugares sociais contrários à reforma do Código Civil que supunha a aprovação da lei (Conselho General do Poder Judicial – CGPJ, PP, a Igreja, o Foro Espanhol de la Familia etc.) e cheio de iniciativas que visavam à anulação ou paralisação do processo de aprovação (iniciativa parlamentar apresentada pelo PP para regulamentar as uniões

civis, a qual não reconhecia a união como matrimônio; apresentação de emendas, de vetos, de coleta de assinaturas contra o matrimônio homossexual, manifestações etc).

A seguir apresentamos um quadro por meio do qual pretendemos mostrar o caminho percorrido pela lei de casamento entre homossexuais desde a divulgação por parte do Governo espanhol de sua intenção de implementar a lei até sua entrada em vigor em 4 de julho de 2005. O quadro foi elaborado por nós a partir dos dados publicados nas notícias dos dois jornais e nele explicitamos as etapas ou acontecimentos mais relevantes no processo de aprovação da lei, bem como o dia, o mês e o ano em que aconteceram.

Quadro 1.- Histórico da lei de casamento homossexual.

ANO	MÊS	DIA	ACONTECIMENTO OU ETAPA
20 04	Setembro	29	O PP apresenta uma iniciativa parlamentar para regulamentar as uniões civis (reconhece as uniões homossexuais, mas não o caráter de matrimônio).
		30	Divulgação da reforma do Código Civil para permitir o casamento entre homossexuais.
	Outubro	1	O Conselho de Ministros aprova o anteprojeto de lei.
	Novembro		
	Dezembro	21	O Governo espanhol compromete-se a manter o nome de matrimônio para as uniões homossexuais.
		30	O Governo aprova em Conselho de Ministros a reforma legal que permitirá os casamentos entre homossexuais.
20 05	Janeiro		
	Fevereiro		
	Março	9	O PP apresenta uma emenda à totalidade contra os matrimônios entre pessoas do mesmo sexo.
		17	O Congresso inicia a tramitação do projeto de lei sobre o matrimônio homossexual e rejeita as emendas à totalidade do PP e União ao projeto.
	Abril	11	A Comissão de Justiça do Congresso aprova o projeto de lei.
		17	O Foro de la Família apresenta 500.000 assinaturas contra o matrimônio homossexual.
		21	O Congresso aprova a lei.
	Maio	24	O PP apresenta um veto à lei.
	Junho	1	Primeira rejeição do Senado aos vetos do PP e União à lei.
		14	A Comissão de Justiça do Senado inclui uma emenda conjunta do PP e União para permitir autoridades e servidores públicos alegarem o direito à abstenção por razões de consciência para não celebrar matrimônios entre pessoas do mesmo sexo.
		21	O Senado vota os matrimônios homossexuais com os votos de PP, CiU e do PAR.
		30	O Congresso aprova a lei do matrimônio homossexual.
	Julho	4	A lei entre em vigor.

Segundo se pode observar a partir da leitura do quadro, trata-se de um percurso conturbado, polêmico, ao que a mídia em geral deu especial atenção recolhendo em centenas de páginas os embates que iam sendo produzidos. Nessas páginas nos deparamos com uma polêmica que excede o campo dos direitos civis e na qual intervêm diferentes setores da sociedade para se posicionar a favor ou contra a lei, a respeito de se a designação de matrimônio era a mais adequada para a união civil de duas pessoas do mesmo sexo, a favor e contra a adoção de crianças por parte de casais homossexuais etc.

Acreditamos não excederemo-nos ao afirmar que a polêmica ultrapassa o terreno dos direitos civis, já que após a leitura das notícias coletadas nos jornais El País e El

Mundo, ecoam especialmente três palavras pela sua recorrência: matrimônio, família e sociedade; muito mais do que outras como: direitos civis, discriminação, cidadania, equiparação etc¹¹.

Chamou-nos também a atenção a enorme quantidade de vozes pertencentes aos setores contrários à lei (a Igreja, o PP e partidos afins, o Foro Espanhol de la Família, o Conselho Geral do Poder Judicial etc.) e os argumentos por eles defendidos em favor de uma sociedade, de uma família e de um matrimônio acordes com sua visão do mundo. Essas vozes fazem com que em alguns momentos nosso foco de atenção enquanto leitores se desvie da questão dos homossexuais e de seus direitos e passe a focar outros temas, sem dúvida relacionados, mas que não constituem, a nosso modo de ver, o centro da polêmica.

Matrimônio, família e sociedade são, na visão dos setores contrários à lei acima mencionados, realidades interligadas e interdependentes. Sem um não existe o outro. Sem o matrimônio constituído por um homem e uma mulher, unidos com o objetivo único de procriar, não existe a família, grupo social (“célula básica da sociedade”, segundo alguns) formado por um homem (no papel de pai), uma mulher (no papel de mãe) e os filhos que houver. Sem a família, assim configurada, a sociedade sofre também as conseqüências, desaba e desaparece, porque a sociedade que se tenta resguardar é uma sociedade constituída por famílias heterossexuais e não existe outra possível.

¹¹ Baseamo-nos para esta afirmação no levantamento feito por nós, auxiliados pelo programa WordSmith, da ocorrência de algumas palavras nas notícias de nosso corpus, a partir do qual obtivemos como resultado que “matrimônio (2065 ocorrências), sociedade (1037) e “família” (872) aparecem na lista das dez palavras mais recorrentes. Outras palavras, talvez mais esperáveis, têm um número de ocorrências muito menor: “derecho” (589), “ciudadanos” (220), “discriminación” (126), “homofobia” (57).

2. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS: OS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Neste capítulo, expomos a perspectiva teórica adotada que norteará nossas análises. O capítulo divide-se em quatro partes. Na primeira, apresentamos a visão de Foucault de história, de sujeito e de poder. Na segunda, levamos a discussão a respeito do sujeito e do poder para o campo concreto da mídia. Na terceira, subdividida em duas, fazemos uma caracterização da imprensa escrita prestando atenção em aspectos como a circulação da informação e a possibilidade de informar objetivamente. Na última, também subdividida em duas, centramo-nos no que se conhece como escola francesa de Análise do Discurso e, concretamente, na sua visão da linguagem e em conceitos como dialogismo, formação discursiva, sujeito e gênero de discurso.

2.1. Uma certa concepção de história: o sujeito e o poder.

Segundo a concepção foucaultiana de história, os discursos são históricos não só porque se constroem num certo tempo e lugar, mas porque têm uma positividade concreta, investem-se em práticas, em instituições, em um número infindável de técnicas e procedimentos que, em última análise, agem nos grupos sociais, nos indivíduos, sobretudo nos corpos.

Para Foucault (1975) a passagem do “poder soberano” (Idade Média) para o “poder disciplinar” caracteriza-se pelo fato deste último consistir num poder que gera e gere a vida dos corpos pessoais e sociais. Segundo o autor, este novo poder promoveu-se mediante a mobilização de instituições disciplinares, tais como as escolas, as famílias, as fábricas, os hospitais, as prisões, que se instalam, sobretudo, a partir dos séculos XVII e XVIII. Essa passagem significou a aparição de um tipo de controle mais sutil, menos agressivo, mas, possivelmente mais eficaz.

Os séculos XX e XXI, para Foucault, supõem a passagem do controle-repressão, próprio da sociedade disciplinar, para o controle-estimulação das sociedades de controle. Quando o autor nos apresenta sua análise acerca das diferentes épocas da história está se referindo, sobretudo, às técnicas de poder que atuam sobre o corpo, a língua e a arquitetura.

No último período analisado pelo autor, séculos XX e XXI, aparece a noção de “feiúra” para o corpo e o de “incorreção” para a língua, como formas que inscrevem aos indivíduos num “dentro” ou num “fora” da sociedade.

Foucault (1975), ao tentar estabelecer relações entre sujeito e poder, concorda com a idéia nietzschiana de que, por trás de todo saber, de todo conhecimento, está em jogo a luta do poder. Ele parte da hipótese de que a sociedade dispõe de meios para controlar a produção dos discursos, ou seja, de que há restrições no ato de falar, restrições estas tanto internas quanto externas. Nem tudo pode ser dito e o que ameaça a ordem deve ser proibido. Atuam aqui procedimentos de exclusão que criam tabus. Na lista de procedimentos de controle estão incluídos também aqueles elementos que demarcam as fronteiras dos discursos, impondo regras à sua circulação. Foucault preocupa-se em mostrar como o poder se exerce e como ele se apresenta na espessura do discurso. “Não se tem o direito de dizer tudo, ... não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, ... qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 1975). Para o autor, as regiões onde as proibições são mais visíveis, onde o poder, portanto, mais atua, compreendem a sexualidade e a política.

Recorrendo-se ao poder disciplinar, segundo o autor, é possível explicar o mecanismo de funcionamento do poder sobre os indivíduos. A disciplina incide sobre os corpos dos indivíduos, exercendo sobre eles uma coerção. Visto desse modo, o indivíduo é uma produção do poder, ou seja, o poder é formador de uma verdade sobre o sujeito. Assim, o indivíduo é uma fabricação do poder e o elemento que torna possível um conhecimento sobre ele. Foucault parte dessa idéia para acrescentar que as ações do poder não são negativas, mas positivas, pois fazem parte das disciplinas e não só produzem discursos sobre si próprias, como também são exercidas pela normalização discursiva. É desse modo, por exemplo, que o surgimento da palavra homossexual no século XIX delineia uma espécie, um grupo, e introduz uma ordem, enquadrando os indivíduos e seus comportamentos, o que nos leva a perceber que a disciplina atua também sobre a produção languageira.

As ações do poder disciplinar também atuam sobre os corpos na medida em que esses expõem seus desejos – nas regiões da sexualidade. Foucault considera que, nos séculos XVIII e XIX, o sexo passou a ser alvo de ação do poder e campo de construção de verdades sobre os indivíduos. Se antes se falava de sexo no confessionário, agora a Psicanálise propicia falar dele nos moldes em que a sociedade o valoriza – no campo científico, como lugar de produção de verdades valorizadas. O falar de sexo funciona como dispositivo disciplinar que propicia conhecer a “interioridade” dos indivíduos e classificar seus comportamentos em “normal” ou “desviante”. Assim, essa profusão

discursiva sobre o sexo não esgota a luta contra a repressão, mas serve também para enquadrar o comportamento dos sujeitos.

Foucault prioriza o discurso científico na identificação do que seria a “verdade” e destaca a existência de suas inúmeras formas de produção, difusão e consumo: sistemas educacionais, redes de comunicação, campos institucionais etc.

Fischer (1996) faz duas considerações a esse respeito que julgamos relevantes

Em primeiro lugar, na mesma medida em que estes saberes são valorizados como “verdade”, convive-se com uma gama imensa de práticas “populares” que os negam, como se a elas resistissem; segundo, cresce em quase todo o mundo a importância dos meios de comunicação como lugar por excelência de circulação de saberes de todos os campos, bem como de produção de um saber específico, próprio da mídia. (FISCHER, 1996, p.48-49)

Acreditamos, como Fischer (1996), na condição da mídia como produtora de verdade e de poder, uma vez que ocupar qualquer espaço nos jornais, nas revistas ou na TV configura poder, produz efeitos específicos nas pessoas, constrói um tipo especial de verdade.

Assim as relações de poder e a produção de saberes, portanto, estão presentes no dia-a-dia das pessoas produzindo uma transformação técnica dos sujeitos e operando sobre seus corpos.

É da produção, veiculação e consumo, através dos meios de comunicação, de discursos sobre técnicas, procedimentos e “práticas de si”, que depende hoje a produção de subjetividades.

2.2. O sujeito e o poder na mídia.

Segundo Foucault (1975), diante da crise das instituições disciplinares tradicionais e, concretamente, do ensino tradicional, a mídia tem aspirado na sociedade atual o preenchimento dos vazios deixados por este e vem desenvolvendo um trabalho de controle sobre as práticas dos indivíduos, por meio dos quais estes se tornam sujeitos, erigindo balizas rígidas (o corpo malhado, a heterossexualidade, a manifestação lingüística na norma padrão do português etc).

Segundo esse autor, o sujeito (pós)moderno constitui-se no jogo midiático entre a visibilidade radiante / impetuosa da beleza e a dissimulação constrangida / recalçada da feiúra, entre a correção eloqüente / exuberante do “bem falar” e a imperfeição emudecedora / intimidante do “falar errado”, na cisão urbana do “dentro” (da proteção,

da segurança, da inclusão / deferência) e do “fora” (da ameaça, do risco, da exceção / elisão). A respeito das orientações sexuais, acreditamos que não tenha sido diferente. Aqui o jogo estabelece-se entre a visibilidade e valorização da heterossexualidade e o ocultamento ou caricaturização da homossexualidade.

O autor propõe que

diante dos exercícios de poder da sociedade de controle, nos orientemos pelo princípio da diferença e pelo postulado da liberdade, de acordo com os quais as maiores e mais difíceis lutas do tempo presente são aquelas que consistem na permanente inquietação filosófica do saber “Quem somos nós?”, empreendida pioneiramente por Kant; ou, antes, na recusa do que somos, do que nos fizeram ser ou do que querem que sejamos: temos de imaginar e construir o que poderíamos ser. (FOUCAULT, 1975, p. 239)

Tendo como base o trabalho de Fischer (1996), construímos as seguintes hipóteses a respeito da mídia:

- A mídia, nas sociedades contemporâneas, se coloca como fornecedor junto ao grande público de informações a respeito dos mais diversos assuntos.
- A mídia constrói uma posição de sujeito homossexual segundo uma dinâmica de poder e saber muito específica de uma sociedade cujos mecanismos de controle são ao mesmo tempo totalizantes e individualizantes.
- A mídia constrói uma posição de sujeito homossexual, por meio de uma discursividade que traduz lutas entre diferentes formações discursivas, especialmente na área médica, da psicologia, da justiça, da política, da religião, da ciência...
- Os meios de comunicação são também um lugar de produção de verdades sobre a homossexualidade. A este respeito, vale salientar que embora a mídia não prescindia das autoridades científicas para orientar os indivíduos a respeito das diferentes orientações sexuais, quase sempre atribui a si mesma o papel principal como nova autoridade pedagógico-sexual.
- A mídia faz parte do jogo social de inclusão/exclusão de diferentes orientações sexuais, transformando constantemente os textos referidos a esses grupos, na própria medida das inclusões e exclusões.
- Há uma supervalorização da importância de “ser heterossexual” em oposição a tudo o que configura como “ser homossexual”, como se fosse atribuído um poder específico a essa categoria de orientação sexual.

No próximo item, nossa atenção recairá sobre a imprensa escrita eletrônica em particular, tendo em vista a natureza de nosso corpus de análise.

2.3. A imprensa escrita

Neste item pretendemos formular reflexões sobre a relevância da imprensa, em particular a escrita e veiculada por meio de jornais eletrônicos diários, no fornecimento de certos elementos de uma dada área de conhecimento.

Nossa pesquisa tem como foco a imprensa e opta como objeto pelo jornal eletrônico, o qual, ao retrabalhar temas e assuntos dos mais variados, permite a um determinado segmento de público ter acesso a tais informações.

Objetivamos também discutir a tensão existente entre opinar e informar como constituintes naturais do texto jornalístico informativo, compreendendo a imprensa como participante ativa dos movimentos sociais de um determinado grupo, no interior do qual é produzida.

Buscamos compreender a homossexualidade enquanto objeto construído na interseção de uma multiplicidade de discursos que sobre ela são produzidos. Para tanto, assumimos a constatação de que, da confluência de discursos de diferentes procedências presentes no gênero notícia, resultam diferentes efeitos de sentido que, ao serem postos em diálogo, se redefinem ou até se apagam.

Problematizamos aqui uma determinada concepção de notícia como espaço qualificado no qual a opinião está ausente, ou seja, como espaço no interior do qual é possível “informar objetivamente”.

Vamos observar um conjunto de textos produzidos pela mídia eletrônica espanhola por meio de um diálogo que se concretiza em dois níveis: o primeiro, envolve o texto jornalístico e o público leitor, que recorre a variados discursos e textos – intertextos; o segundo o de um determinado conjunto criado por ela mesma, ora apresentados ao longo do tempo, ora na publicação de mesma data – intratextos. Assim, podemos enumerar produções em situação de intertextualidade como um conjunto que articula as seguintes fontes:

- Documentos oficiais e científicos:
 - sobre a homossexualidade, a legislação a respeito (Constituição Espanhola, Código Civil da Espanha etc.);

- manuais da área de Comunicação, cuja perspectiva é a de ensinar a fazer jornalismo informativo;
- outros textos da mesma área que mostram o número de leitores de cada um dos jornais foco de análise, assim como o nível de acesso tanto à versão impressa quanto à versão eletrônica desses jornais;
- Acontecimentos empíricos que geram a informação. (Sant'Anna, 2000)

Depois de tomar a mídia como fonte dos discursos a serem selecionados, um passo importante é selecionar o suporte. Assim, escolhemos como suporte o jornal eletrônico, dirigido a um público leitor de perfil mais ou menos passível de ser conhecido, e que se caracteriza pelo acesso a diversas atualizações das notícias em vários momentos ao longo do mesmo dia. Embora o jornal seja, segundo Sant'Anna (2004), uma fonte já tradicional para os estudos discursivos, nossa escolha do jornal eletrônico levou em conta, além de sua papel na divulgação de conhecimentos, o seu modo de circulação; ou seja, a escolha que o leitor faz de acessar tal ou qual jornal eletrônico, a possibilidade de ser lido nos mais diferentes momentos do dia e poder, inclusive, ser localizado por meio dos sistemas de consulta desses jornais. Some-se também a força expressiva do escrito e dos desdobramentos que esta inscreve sobre um fato, tanto ao longo do tempo como no seu aprofundamento do mesmo, quando se trata de assuntos candentes.

Outras questões, que também dizem respeito à imprensa escrita em geral, merecem que se faça referência quanto ao estudo do jornal eletrônico como fonte dos textos selecionados para nossa pesquisa. A primeira refere-se ao fato de que cada jornal segue uma série de parâmetros; ou seja, é necessário considerar o seguinte: a) um discurso tem origem provisória em um determinado lugar que define, mais ou menos categoricamente, o que pode ou não ser dito, o que tem de ser dito, o que se deve negar/rejeitar ou então ratificar/apoiar; b) a produção dos discursos se dá na inter-relação entre o intertextual e o intratextual; c) esses discursos se submetem às restrições impostas por determinada organização textual; em relação a isto, a consulta de manuais de estilo oferecem uma entrada para verificar hipóteses sobre como cada jornal apresenta sua visão do que considera adequado para a organização de seus textos.

A segunda questão se refere ao espaço do jornal como lugar privilegiado para o embate de pontos de vista. A princípio, a produção de discursos da imprensa escrita baseia-se na liberdade de expressão e pluralidade de visões sobre um mesmo objeto – as

obras de estilo consultadas criam essa imagem, como expomos adiante. Consideramos, portanto, importante observar se o jornal se abre à exposição de discursos que apresentam propostas originadas por pontos de vista diferentes quando se faz referência à homossexualidade no processo de discussão/aprovação da Lei de matrimônio homossexual.

Assim, o fato de observar um periódico como suporte, definido por parâmetros e como espaço para embates de pontos de vista; remete-nos ao *mundo de circulação dos discursos*. Participando do mundo dos discursos instituídos pelo jornal, o mundo da homossexualidade no processo de discussão/aprovação da lei mencionada acima passa, do estar restrito a um outro conjunto de lugares, a circular em outros lugares, atingindo destinatários que antes não atingia.

2.3.1. A circulação da informação

A dinâmica da circulação da informação é explicada por Charaudeau (1994). A partir da existência de um contrato de comunicação midiático que contém as regras organizativas e discursivas da produção do discurso da imprensa escrita, que regem a interação entre a instância de produção e a instância de recepção.

O contrato de comunicação ao que se refere Charaudeau é constituído por um conjunto de elementos fixos que delimitam a “identidade das partes”, isto é, a identidade da instância de produção e da instância de recepção; a “finalidade”, quer dizer, informar e captar, e as “circunstâncias”: tempo, espaço e canal de transmissão. Com esses elementos o autor formula seu “dispositivo da comunicação midiática”.

A instância de produção e a instância de recepção envolvidas numa situação de transação de sentidos não são figuras do mundo social. Além delas, existem outros dois elementos no circuito de informação que balizam a interação: o tempo e o espaço. Uma informação circula nessas duas dimensões e possibilita sua observação da perspectiva social e da discursiva. Portanto, podemos afirmar que a finalidade pragmática de “informar” constrói-se, segundo Sant’Anna (2004) em dois eixos:

- a) temporal: do ponto de vista empírico, refere-se à co-temporalidade enunciativa que une as duas instâncias envolvidas, gerando o efeito de atualidade que dá ao fato o estatuto de notícia. Do ponto de vista discursivo, remete à descontinuidade, uma vez que o momento da enunciação é diferente do tempo do fato e do da recepção, sendo posterior àquele e anterior a este. A este

respeito, é importante salientar que os jornais eletrônicos reduzem esse efeito por meio das contínuas atualizações da informação ao longo do dia;

b) espacial: o fato, do ponto de vista empírico, pode ter ocorrido num espaço próximo ou distante da instância de recepção. Quando é distante no espaço, a instância de produção utiliza-se de vários meios para diminuir a sensação de que tal fato é alheio à realidade da instância de recepção. Esses meios são agências de informação, correspondentes, fontes oficiais ou oficiosas, testemunhos etc. A proximidade espacial entre o fato e a instância de recepção, seja ela criada ou empírica, faz com que esta se interesse por aquele, já que se cria uma ilusão de contato e se desfaz ou atenua a ausência da instância de recepção do momento empírico em que ocorreu o fato. (SANT'ANNA, 2004)

Segundo essa autora, ainda (2004)

Poderíamos afirmar, então, que a finalidade da instância de produção, ao valer-se da ilusão da co-temporalidade e da ubiquidade, é captar a instância de recepção para informar algo. As escolhas estratégicas do enunciador devem, pois, estar apropriadas para captar o público-alvo desejado (SANT'ANNA, 2004, p. 87).

Devemos acrescentar a esse conjunto de elementos o fato de a imprensa escrita apropriar-se de códigos diferentes – escrito (incluindo aqui os recursos tipográficos e de titulação), gráfico, iconográfico – para a apresentação dos fatos. Segundo Sant'Anna (2004) essa combinação de códigos cria efeitos de sentido complementares e faz parte das estratégias disponíveis para que o enunciador estruture sua enunciação.

A seguir, apresentaremos as estratégias discursivas constitutivas da comunicação midiática (SANT'ANNA, 2004), que estão relacionadas à necessidade de organização das rubricas dos jornais como manifestações de domínios da experiência, que correspondem a diferentes atividades sociais e à representação dos atores sociais que se movem no espaço da mídia, chamados a dizer algo sobre o fato (políticos, representantes de grupos diversos, um cidadão da rua, especialistas, a Igreja etc). Essas estratégias discursivas das que passamos a tratar são a de 'credibilidade' e 'captação'¹².

A busca de credibilidade lança mão de mecanismos que procuram efeitos de *autenticidade* e de *verdade*. Quanto à autenticidade, podemos considerar:

¹² Esta estratégia consiste na utilização de mecanismo que faça a mídia tocar a sensibilidade do receptor.

1 a verificação empírica de seres e fatos, que almeja criar o efeito de uma correspondência exata entre o escrito e o fato. Os procedimentos para conseguir esse efeito são a precisão, a identificação de lugares e datas, o uso de fotos, de documentos etc;

2 a personificação dos envolvidos, pois quanto mais identificáveis maior a garantia de atender à instância de recepção. De aí o uso de nomes, cargos etc;

3 as provas de inocência do testemunho da pessoa chamada a relatar um fato. O escolhido não pode ser suspeito de estar apresentando ponto de vista contaminado por uma preferência pessoal (SANT'ANNA, 2004).

Para conseguir o efeito de verdade, o jornalista se utiliza dos seguintes recursos:

1 a explicação dada para a existência de determinado fato, para o qual chama ao *expert* (cientistas, técnicos, conhecedores de um tema etc);

2 o jogo do desvelamento da verdade – que surge por meio de entrevistas, debates etc;

3 o fato de o discurso relatado contextualizado fornecer todos os detalhes sobre quem tem seu discurso trazido para o texto, evitando-se suspeitas de manipulação (SANT'ANNA, 2004).

A estratégia discursiva de captação deverá provocar emoções ou recuperar elementos do universo de crenças que circulam numa determinada comunidade. Ela pode ser construída por meio de efeitos de dramatização¹³ ou de ludismo.

Quanto ao efeito de dramatização é conseguido por meio da escolha de temas ligados à ordem emocional e ao modo de descrever e relatar um fato, transformando os atores sociais em personagens. O efeito de ludismo alcança-se com o recurso ao jogo de palavras, por exemplo, em títulos de matérias; na composição da primeira página do jornal; nas estratégias de escrita que buscam efeitos de ataque e de defesa; na utilização de provérbios ou frases idiomáticas (SANT'ANNA, 2004).

Assim, interessa-nos a visão de Charaudeau (1994), a respeito do circuito de comunicação midiática, no qual ambas as instâncias – de produção e de recepção - são figuras do mundo discursivo que atuam sob a organização mais ou menos rígida definida pelo discurso jornalístico, que, por sua vez, se inscreve enquanto tal, segundo a presença de determinadas estratégias discursivas. Portanto, trata-se de captar para

¹³ A dramatização consiste na montagem de uma situação na qual se recuperam fatos e atores sociais em uma situação determinada especialmente construída pela mídia.

informar, mas tendo a informação uma origem tomada como crível, podendo, logo, ser consumida como verdade.

2.3.2. Reflexões acerca da possibilidade de informar objetivamente

O modo de operar da imprensa escrita baseia-se, segundo Sant'Anna (2004) “na premissa de que ele deve (e pode) apresentar os fatos que narra como se estivesse fora do evento. Seu esforço é expor objetivamente os fatos recolhidos no mundo empírico e, ao mesmo tempo, participar dos processos sociais que ela quer objetivar” (p. 91).

Isto faz, segundo a autora, com que se crie

uma tensão entre esses dois pólos: por um lado, ela deve estar fora, isto é transpor o fato social para o espaço discursivo do jornal, mantendo a objetividade; por outro, deve estar dentro, isto é, ser espaço discursivo que reenvia sentidos ao espaço social, abrindo-se a posicionamentos ideológicos, já que ela mesma é integrante da sociedade na qual ocorrem os fatos sociais. (SANT'ANNA, 2004, p. 91).

O discurso nos permitirá descobrir traços dessa tensão, a qual pode apontar ora para uma adesão ou oposição claras aos fatos, ora para uma omissão a certos detalhes que poderiam denunciar aquele papel de participante no processo (situação de dentro), que, sempre que possível, não deveria ser visível, salvo em determinados espaços dos jornais especialmente destinados à apresentação de opinião, como as colunas de opinião, por exemplo.

Nesta pesquisa, pretendemos observar formas da enunciação veiculadas pela imprensa escrita, definida como corpus de pesquisa, que ora se posicionam fora do fato, ora dentro dele. As marcas discursivas que utilizamos para proceder à análise dos textos apontam tensões e contradições que se originam dessa forma de constituição da enunciação na imprensa escrita.

Esse jogo torna-se relevante para nosso trabalho, porque consideramos a imprensa como um dos elementos que participam do processo de equiparação de direitos, não com as mesmas funções dos coletivos sociais de homossexuais e lésbicas, mas como uma das unidades responsáveis pelo discurso de transmissão de conhecimentos a respeito da homossexualidade, responsável pelo acesso mais ou menos democratizado do que ocorre no âmbito da conquista de direitos numa sociedade. Esse acesso, por sua vez, tem estreita relação com o que apontamos anteriormente, e com o que se convencionou chamar a manipulação da informação.

A estratégia principal para atingir o efeito desejado na manipulação é, segundo Sant'Anna (2004) a mais completa redução possível da margem de liberdade, de quem ouve ou lê, de discutir ou resistir ao que se lhe propõe. Isto se explica pelo fato de que o objetivo maior da manipulação é persuadir para conseguir a adesão.

2.4. Contribuições da Análise de Discurso de orientação francesa

Como embasamento teórico para a análise de nossos textos privilegiamos os estudos da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa. Segundo esta teoria, a linguagem é a ação, produzida subjetivamente, num determinado espaço e tempo e, portanto, única.

Todo enunciado, antes de ser fragmento de língua natural que o lingüista procura analisar, é o produto de um acontecimento único, sua enunciação, que supõe um enunciador, um co-enunciador, um momento e um lugar particulares. Esse conjunto de elementos define a situação de enunciação. (Maingueneau, 1996, p.5)

A linguagem para a AD é uma atividade essencialmente interativa, produto de ações de sujeitos e os enunciados são produzidos em situações de interlocução também constituídos pela história (Mariani, 1998). Segundo Mariani,

(...) o sentido não “pertence” a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos interlocutores em interação. Esse “dizer para alguém” é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em torno dos lugares de onde se fala que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e sentidos. (MARIANI, 1998, p.31)

A comunicação é entendida nessa concepção teórica como processo de interação verbal, no qual a palavra procede de alguém para alguém e não como mera transmissão de informação.

Maingueneau acrescenta com relação à questão:

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. A própria idéia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável. (MAINGUENEAU, 2001, p.20)

Um dos pressupostos fundamentais ao qual recorre a AD de base enunciativa é a noção bakhtiniana de dialogismo: todo enunciado institui um EU que se dirige a um TU, ao mesmo tempo em que um discurso dialoga com outro discurso. (Bakhtin, 1992, 1995).

Conforme (DAHER, ROCHA E SANT'ANNA, 2004):

Segundo a orientação bakhtiniana (1992; 1995), todo discurso é dialógico, isto é, inscreve-se em dois tipos de relações: aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados do destinatário (real ou virtual) da interlocução (relações interlocutivas); aquelas que todo enunciado mantém com os outros enunciados que com ele se articulam sobre o mesmo objeto (relações interdiscursivas).

Essa visão dialógica da linguagem é determinante para nossa análise, considerando que o jornal constitui-se como espaço articulador que comporta um diálogo em ação, remetendo-se e remetendo ao destinatário a outras notícias, ao editorial, a documentos, a outros jornais nacionais e/ou internacionais etc. assim como a fatos empíricos.

Concebemos o discurso enquanto ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Segundo Brandão (2004), o ideológico reside no interstício entre a coisa e sua representação sógnica. A autora acrescenta que, para Bakhtin, a palavra constitui o signo ideológico por excelência já que, como produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência. Daí o entendimento de que a palavra seja o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia, que retrate as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. Conseqüentemente, a linguagem deve ser encarada como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar precisa de uma materialidade (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1979).

Segundo Bakhtin “(...) um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa com o objeto de discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado”. (BAKHTIN, 1979/2000, p.308)

Outra noção que consideramos relevante para nosso estudo é a de formação discursiva, que representa na AD um lugar central na articulação entre língua e discurso.

A formação discursiva, noção introduzida por Foucault (1969) e retomada por Pêcheux (1975/1997), determina “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes (GADET E HAK, apud SOARES, 2006).

Seguindo a Foucault, identificamos uma formação discursiva quando:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2005, p.43).

Várias formações discursivas que correspondem a uma mesma formação ideológica podem entrar em relação de aliança, embate, contradição etc. E é só pela referência à formação discursiva que o sentido pode ser compreendido, já que palavras iguais podem ter significado outro segundo sua inscrição em formações discursivas diferentes. Um outro sentido, portanto, vai caracterizar uma outra formação discursiva.

O sujeito do discurso produz a linguagem e ao mesmo tempo é nela produzido, embora se tenha a ilusão de que o sujeito é fonte exclusiva de sua fala. A AD estabelece que os enunciados que compõem seu discurso estão inseridos em determinadas formações ideológicas e instituições das quais o sujeito é apenas porta-voz, numa certa compreensão da AD. A mesma palavra ou o mesmo enunciado podem ter significados diferentes se pertencerem a formações discursivas diversas. Portanto, o lugar ocupado pelo sujeito determina muitas vezes o sentido da palavra, determinando também a filiação deste a uma ou a outra formação discursiva.

Nem tudo pode ser dito, assim como não é qualquer um que pode dizê-lo ou dizer o que quer. São as condições de produção as que permitem ou não que algo possa ser “falado” e, conseqüentemente, instituir possíveis sentidos considerando a quem se dirige e num determinado momento histórico.

As condições de produção caracterizam o discurso, o constituem enquanto

Lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa, etc.), do funcionário da repartição, do contramestre, do operário, são

marcados por propriedades diferenciais determináveis. (PÊCHEUX, apud SOARES, 2006)

A descrição da língua, para este autor, é insuficiente para dar conta de determinados fenômenos nos quais ela está envolvida. A memória das significações de um discurso e suas condições de produção são, segundo ele, constitutivas da própria significação.

A seguir, apresentamos uma pequena caracterização dos discursos constituintes, categoria relevante em nosso trabalho introduzida por Maingueneau (2000).

2.4.1. Os discursos constituintes

Neste subitem trataremos dos discursos constituintes, categoria que para Maingueneau (2000) engloba o discurso filosófico, o religioso, o científico, o literário..., embora o autor se recuse a propor uma lista desses discursos alegando que uma lista “não [permite] definir exatamente as relações entre os diversos discursos constituintes” (MAINGUENEAU, 2000, p. 3). Embora num primeiro momento tivesse cogitado a possibilidade de o discurso jurídico pertencer a esta categoria, nos últimos trabalhos o autor parece não ter uma posição definitiva a respeito e não o tem incluído na categoria. Também o discurso político fica de fora desta categoria, pois, segundo o autor, “ele se apóia sobre os discursos constituintes (invocando a ciência, a religião, a filosofia, etc.), mas para fazê-los entrar em relação com os lugares comuns de uma sociedade” (MAINGUENEAU, 2000, p. 7).

A importância hierárquica dos discursos constituintes em nossa sociedade é indiscutível, já que, segundo Maingueneau (1999) esse tipo de discursos apresenta a particularidade de fundar os sentidos de uma sociedade, trata de princípios transcendentais para a comunidade e, por isso, se coloca no lugar de “autoridade”. Eles fundam outros discursos e eles próprios, auto-legitimam-se. Segundo este autor, esses discursos produzem textos dedicados a incorporar normas, garantir comportamentos de uma coletividade, desenhar as fronteiras entre o bem e o mal, o falso e o verdadeiro etc. No caso concreto de nosso *corpus*, a Igreja, conforme veremos no capítulo dedicado a apresentar o discurso dos distintos lugares sociais, lança mão de diferentes discursos constituintes para argumentar contra a aprovação da lei do casamento homossexual: o discurso religioso, o discurso da antropologia, da psicologia, da biologia etc.; por isso esta categoria tem demonstrado relevância em nossa pesquisa.

Cabe destacar que os discursos constituintes não são compartimentos estanques. Mantêm relações complexas entre si e com os discursos dos quais dependem ou se depreendem, conformando uma imbricada rede discursiva.

Os discursos constituintes pretendem legitimar (autorizar) a totalidade da produção discursiva e constituem um domínio específico no seio da produção verbal de uma sociedade que partilha um determinado número de propriedades no que se refere às suas condições de emergência, de funcionamento e de circulação. Dito de outra forma, tais discursos partilham numerosas propriedades ligadas à sua maneira específica de se inscrever no interdiscurso, de fazer emergir seus enunciados e de fazê-los circular. Estes discursos costumam aparecer quando há um debate social. Nesse contexto, e particularmente no caso que nos ocupa neste trabalho, quer dizer, as notícias dos jornais *El País* e *El Mundo* que tratam do tema da tramitação da lei de casamento homossexual, são espaços constituídos pelo embate entre diferentes posições de sujeito, na medida em que o jornalista traz para a notícia vozes de sujeitos que falam em nome da religião, da ciência, da filosofia, o qual lhes confere autoridade. O jornalista, às voltas com o debate a respeito da aprovação da lei acima mencionada recorre à autoridade desses sujeitos. Acrescente-se ao dito, o fato de os discursos constituintes estarem destinados a servir de norma e de garantia aos comportamentos de uma coletividade, a delimitar o lugar comum das palavras que nela podem circular.

Os membros da Igreja, a partir de posições de sujeito em embate com outras pertencentes a lugares sociais diferentes, à hora de se posicionar contra a lei de casamento homossexual, recorrem ao apoio de discursos constituintes como o discurso da psicologia, da antropologia, da biologia etc.; discursos estes rejeitados quando o tema em discussão é outro. Dito de outra forma, a utilização de um determinado discurso constituinte em detrimento de outro se dá em função da posição de sujeito que se ocupa em determinado momento. Quanto aos membros da Igreja é a posição de sujeito contrária ao casamento homossexual, assim como o fato de não estar dirigindo-se exclusivamente aos seus fiéis, o que lhes permite lançar mão do discurso da biologia, por exemplo. Já a posição de sujeito que ocupam ao tratar temas como o da utilização do preservativo lhes permitirá utilizar outros discursos.

2.4.2. A noção de acontecimento

Em AD um acontecimento histórico é concebido como um evento, como um fato empírico fundacional que será discursivizado por diferentes posições de sujeito, no entanto, esse próprio acontecimento já é resultado de uma discursividade anterior (CAZARIN, 2001)

Pêcheux (1990) entende que quando um acontecimento histórico estabelece uma ruptura capaz de gerar uma outra formação discursiva, se está diante de um acontecimento discursivo que rompe com a “estabilidade” anterior e inaugura uma outra “estabilidade” discursiva. A ruptura, instaurada pelo acontecimento discursivo, é fundacional, no sentido de que instaura o “novo”. Se por um lado o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado, por outro, um acontecimento só é considerado histórico quando o mesmo se torna discurso. Pêcheux (1990) observa, ainda, que o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca. A este respeito, Mariani (1998) afirma:

Entendemos por memória social (...) um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das outras. (MARIANI, 1998, p.34)

Nora (apud SIMÕES Jr., 2006) aponta que uma das formas de transposição da memória do domínio individual para o domínio coletivo ou social dá-se no âmbito dos acontecimentos. Um fato, muitas vezes simples, apenas notado no momento de sua ocorrência, pode assumir maior importância no futuro, a ele sendo conferida a noção de ato inaugural, tornando-se assim carregado de significado. Mesmo inserido em uma ação considerada ínfima, apenas notada no momento, a esse ato o futuro confere a grandiosidade das origens, a solenidade das rupturas inaugurais. Assim, determinados acontecimentos podem ser “imediatamente carregados de sentido simbólico” e se tornam “eles próprios, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração”. (NORA, apud SIMÕES Jr, 2006)

O discurso jornalístico caracteriza-se por ser formador de sentidos, criador de memórias, ato inaugural, já que apresenta a possibilidade de romper com discursos anteriores e apontar outros ou dizê-los de outra forma. Segundo Mariani (2001), enquanto prática social, o discurso jornalístico é capaz de captar, transformar e divulgar acontecimentos, lendo o presente, organizando o futuro e legitimando o passado. A seleção dos acontecimentos que serão lembrados no futuro engendra e fixa sentidos para os mesmos, constituindo um modo possível de recordação desses fatos.

Nesse sentido, a divulgação do anteprojeto de lei do casamento homossexual passa a constituir um lugar de memória à medida que atua como acontecimento fundador, instaurando uma nova ordem de sentidos para o discurso homossexual do momento: uma ruptura com o modelo de discurso homofóbico estabelecido.

Segundo Orlandi (2001), o discurso fundador cria uma nova tradição, ressignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.

O debate provocado pela divulgação do anteprojeto de lei surge em função da existência de uma memória que vai de encontro com o que a nova lei está propondo, acontecendo, portanto, a ressignificação dessa memória. Além disso, o evento mencionado se constitui enquanto acontecimento porque o aparelho jurídico (ALTHUSSER, 1985) responsável pela manutenção das estruturas se transforma¹⁴. O aparelho jurídico dá a sustentação à forma sujeito dominante e é um dos aparelhos responsáveis pelo processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, ele contribui na construção das evidências e na simulação do teatro da consciência. Nesse sentido, funciona, junto com a mídia, na produção de consensos.

O acontecimento histórico da divulgação do anteprojeto de lei do casamento homossexual instaura um acontecimento discursivo nos moldes do formulado por Pêcheux (1990), pois o sujeito enunciador do discurso socialista naquele momento pontual do acontecimento identifica-se coma FD dos homossexuais espanhóis não enunciando mais da mesma posição-sujeito e, ao mesmo tempo, desidentifica-se com a forma-sujeito¹⁵ dominante da moral cristã, católica e heterossexual.

¹⁴ Althusser (1985) distingue entre aparelho repressivo do Estado (AE), constituído pelo governo, a administração, as prisões etc; e os aparelhos ideológicos do Estado (AIE), os quais se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Estes AIE estão constituídos pelos AIE religioso, o AIE escolar, o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político, o AIE sindical, o AIE de informação e o AIE cultural.

¹⁵ Pêcheux, a partir de Althusser, chama de forma-sujeito à forma dominante num determinado período histórico.

Com a divulgação do anteprojeto de lei assistimos a um processo de migração do discurso socialista de uma para outra posição-sujeito. O acontecimento histórico e enunciativo da divulgação do anteprojeto de lei pelo governo espanhol provoca uma ruptura interna nos saberes da FD dos socialistas espanhóis e instaura uma posição-sujeito por meio da qual representantes do governo passam a enunciar. É a partir dela que os mesmos resgatam, mobilizam e (re)significam saberes provenientes do interdiscurso, delimitando assim, uma região de saber (uma posição-sujeito). É justamente nesse momento de atualização e de (re)significação da memória que se produz um efeito de sentido capaz de instituir uma posição-sujeito, pois esta não é anterior à construção do efeitos de sentido, e sim se produz com eles (ORLANDI, 1993). Essa posição-sujeito, então “inaugurada”, atualiza e (re)significa saberes que já estavam lá, silenciados no âmbito do interdiscurso. Discursivamente, a compreensão é a de que, pelo viés da memória discursiva, nessa nova reconfiguração da FD, saberes já enunciados que materializaram as lutas dos homossexuais espanhóis em outra(s) conjuntura(s) histórico-social(is) são rememorados e (re)significados, mobilizando novos sentidos. Essa posição-sujeito na qual o discurso do governo espanhol se inscreve, inicialmente, apresenta-se como representativa dos saberes e das demandas dos homossexuais espanhóis.

De outro ponto de vista, e ainda seguindo Pêcheux, o que se observa com a divulgação do anteprojeto de lei é que a forma-sujeito dominante no franquismo e nos períodos anteriores ao atual governo socialista, caracterizada como homofóbica, mudou, assim como mudaram também os processos de identificação com a forma-sujeito dominante: a posição-sujeito homossexual, tradicionalmente desidentificada com a forma-sujeito dominante, e considerada por ela como mau sujeito, passa agora a estar identificada em função da mudança da forma-sujeito e ser considerada como bom sujeito. Em função da mudança da conjuntura política após as eleições do 14-M teria se iniciado um processo de identificação e, portanto, uma alteração da forma-sujeito.

No subitem a seguir, apresentamos uma pequena caracterização da noção de gênero de discurso.

2.4.3. O gênero discursivo notícia

Todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero discursivo, a um dispositivo de comunicação que só pode aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. Assim para Maingueneau, “as tipologias discursivas dos

gêneros de discurso se contrapõem às tipologias comunicacionais por seu caráter historicamente variável” (2001, p.61).

Conforme enfatiza Bakhtin (apud MAINGUENEAU, 2001, p. 63):

Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala de outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo (...) Se os gêneros do discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los cada vez no processo de fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível.

Portanto, os gêneros de discurso constituem atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um conjunto de condições de êxito. Podemos dizer que o gênero de discurso é um contrato que assinala seu caráter cooperativo, sendo regido por determinadas normas. São o enunciador e o co-enunciador os que assumem o contrato do gênero de discurso do qual participam. Cada gênero de discurso implica os parceiros da comunicação sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as determinações possíveis. Além do mais, o gênero implica certo número de regras preestabelecidas e mutuamente conhecidas, mas essas regras não são rígidas, possuem zonas de variação que permite aos gêneros transformarem-se.

É desta forma que em nosso trabalho consideramos as notícias de jornal.

2.4.2.- O discurso relatado

Neste subitem, em primeiro lugar, focalizamos o discurso relatado como organizador básico do gênero notícia, cuja base enunciativa é a tensão informar/opinar (SANT’ANNA, 2004). O estudo das marcas desse espaço nasce da identificação das vozes trazidas pelo enunciador-jornalista para seus textos, da definição de uma hierarquia de vozes e da identificação dos verbos *dicendi* que pudessem auxiliar na compreensão da força de ação dessas vozes. Como resultado desse processo traçamos uma topografia do conflito instituído em cada um dos jornais.

A categoria do discurso relatado compreende os diversos modos de trazer para o discurso, interpretando-as, as falas atribuídas a outros. No entanto, segundo Authier-Revuz (1998), não é possível restituir a situação de enunciação original por mais minuciosa e preciosa que seja a descrição. Essa restituição será sempre parcial e subjetiva.

Há em DD uma ficção de apagamento, uma ostentação de objetividade no “eu cito” (com valor de eu não intervenho) no momento mesmo em que o enunciador L “puxa a linha” da interpretação de m (mensagem) pela descrição que ele dá de e (situação de enunciação); esta sempre será, inevitavelmente, parcial e subjetiva. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.149)

Como exemplo dessa limitação inerente ao discurso relatado, podemos citar o exemplo do discurso direto (DD) como o discurso do relato do outro, o qual, em verdade, não relata nem uma frase nem um enunciado, senão uma situação de enunciação irresgatável.

A partir da concepção dialógica da linguagem proposta por Bakhtin e seu círculo (1992) muitos autores se dedicaram ao tema partindo seja da noção de polifonia desenvolvida por Ducrot (1987), seja da noção de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz (1990) e Maingueneau (1989).

Authier Revuz (1998) propõe uma complexa classificação de heterogeneidade mostrada no discurso que vai de formas mais explícitas (com ruptura ou heterogeneidade sintática; sintagma introdutor, verbo *dicendi*, recursos tipográficos etc.) até as mais implícitas (homogeneidade sintática e formas interpretativas como é o caso das alusões, discurso indireto livre e jogos de palavras) e que esbarram e se confundem, segundo a autora, com a heterogeneidade constitutiva.

A autora chega a afirmar que, no intuito de desfazer a ilusão do sujeito como fonte autônoma do sentido, “o sujeito é mais falado do que fala”.

Em ruptura com o EU, fundamento da subjetividade clássica concebida como o interior diante a exterioridade do mundo, o fundamento do sujeito é aqui deslocado, desalojado, “em um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito”. Nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, reencontram-se a concepção do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.29)

Quando falamos, portanto, nossas falas estão habitadas por outros dizeres produzidos em outro tempo e em outro lugar. O tema do discurso relatado vincula-se à autoridade da voz trazida em função de sua posição.

O sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a esse lugar discursivo que regulam a citação. (MAINGUENEAU, 1989, p.86)

Pesquisas recentes aplicadas a matérias de jornais como a realizada por Sant'Anna (2004, 2000) têm privilegiado a problemática das fronteiras entre as diversas formas de trazer a palavra do outro.

Maingueneau (2001) apresenta como formas do discurso relatado o discurso direto, o discurso indireto, a modalização em discurso segundo, as formas híbridas (ilha textual ou enunciativa e discurso direto com “que”), o discurso indireto livre e o resumo com citações.

O autor afirma que o discurso direto com “que”, do que encontramos vários exemplos no nosso corpus, e cuja evolução na mídia talvez se deva à influência da televisão, permite ao jornalista manter uma certa distância em relação aos indivíduos que falam, e ao mesmo tempo “colar-se” à sua linguagem e ao seu ponto de vista; não se contentam em comentar acontecimentos, descrever a realidade; eles pretendem restituir o ponto de vista e as palavras dos atores. (MAINGUENEAU, 2001, p. 152)

As diversas formas de atribuição do que foi dito a um outro constituem um *continuum* e variam segundo a história, os gêneros e os temas. A distância entre o discurso que cita e o discurso citado pode estar marcada pela utilização de verbos *dicendi*, pelo recurso tipográfico (negrito, itálico, aspas), pela pontuação e pelo uso de estruturas impessoais. Num extremo, segundo Sant'Anna (2004), temos a entrevista, como modo mais explícito de atribuir a palavra ao outro. No outro, o discurso narrativizado, que constitui a forma mais apagada de atribuição do discurso a outro e, ao confundir-se com a idéia de “informar objetivamente”, corresponde a uma forma narrativizada máxima de um possível discurso indireto.

Interessa, portanto, no caso concreto de nossa pesquisa identificar as vozes trazidas pelo enunciador-jornalista para a (re)construção das notícias a respeito da aprovação da lei de casamento homossexual na Espanha. Compreendemos a matéria informativa como o espaço no qual confluem a identificação mais ou menos precisa ou apagada da fonte dos dizeres, a forma como o enunciador-jornalista as apresenta por meio de sintagmas introdutórios e verbos *dicendi* e sua hierarquização. A questão da autoridade é crucial aqui por tratarem as notícias de tema relativo à equiparação de direitos civis. Quem é trazido para falar nessas notícias? Sabemos que os gêneros de discurso impõem coerções nesse nível. São trazidas vozes de falantes socialmente instituídos, de membros da Igreja Católica, de partidos políticos, do governo, de juizes e magistrados etc. A partir dessas vozes respaldadas pela autoridade de uma instituição

emanam suas verdades a respeito do que pensam sobre os homossexuais e sobre a homossexualidade. Por isso a categoria de discurso relatado nos interessa.

III. O HOMOSSEXUALISMO EM DISCURSO: NOTÍCIAS SOBRE A LEI DO CASAMENTO GAY.

Na tentativa de compreender os sentidos criados sobre a homossexualidade no nosso *corpus*, buscaremos os lugares de sentidos que estão se formando, sedimentando determinadas maneiras de interpretar e seus efeitos de sentido em relação a eles.

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos). As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. (ORLANDI, 2002, p.20)

Concordamos com Soares (2006) quando afirma que tudo o que hoje é dito sobre a homossexualidade e sobre os homossexuais faz parte de um processo histórico e discursivo construído, principalmente, nos dois últimos séculos.

Nesse sentido, cabe ressaltar a relevância do discurso jornalístico na atualidade, na produção e divulgação de verdades. Este discurso tem como característica instituir sentidos, entendendo por isto que ele contribui para a constituição do imaginário social e para a cristalização da memória do passado, bem como para a construção da memória do futuro. Para tanto, tentaremos explicitar se os já-ditos sobre a homossexualidade (desvio, doença, pecado etc.) e sobre os homossexuais (doentes, pervertidos, promíscuos etc.) estão presentes nas notícias de nosso *corpus* e quais são as posições-sujeito que as mantêm. Além disso, interessam os novos sentidos, caso existam, que estão sendo construídos, bem como os lugares de significância de onde partem.

Um outro aspecto que julgamos relevante no sentido de identificar imagens a respeito dos homossexuais é o de conferir qual lugar ocupam os homossexuais no nosso *corpus*. O espaço dos homossexuais é o da terceira pessoa? Fala-se deles? Quem são os homossexuais em função dessas vozes que os falam? Ou será que os homossexuais ocupam no nosso *corpus* uma posição de sujeito e podem, portanto, falar-se? Se isto é assim, quais os sentidos instituídos?

O acontecimento que permite aos homossexuais o acesso a um lugar para “se dizer” nas notícias do nosso *corpus*, é a divulgação por parte do governo espanhol da

iniciativa de reforma do Código Civil para permitir o matrimônio entre homossexuais e com ele, a equiparação de direitos deste coletivo.

Temos que dizer que não é a primeira vez que aos homossexuais é permitido o rompimento do silêncio. Embora em determinadas épocas da nossa história o homossexual tenha carecido de um lugar para ter voz, não tendo outra opção que a de ser dito pelos outros, como indica Soares (2006) para o caso da homossexualidade masculina no Brasil, é a partir do acontecimento da AIDS (sigla em inglês para a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), que ao homossexual “é permitido” um espaço para se dizer, mas esse espaço é restrito às regiões discursivas oficiais sobre a AIDS: sexualidade, contaminação, promiscuidade, estilo de vida.

Antes do acontecimento da AIDS, como indica Soares (2006), o que foi apagado, censurado, foi simplesmente o sujeito/discurso homossexual, negando, dessa forma, um lugar para a sua sexualidade (seu estilo de vida, sua história etc), um lugar em que o sujeito desse discurso fosse ele mesmo e não o objeto de um outro discurso.

Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proteger desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” de sujeito. (ORLANDI, 2002, 78).

O sujeito homossexual só faria sentido, ou melhor, outro sentido se ele fosse o sujeito de sua história, mas como ele era apenas falado de outro lugar (ou quando falava reproduzia os sentidos desse lugar que não era o seu) e não falava, a sua posição-sujeito simplesmente era a que a ele fosse atribuída (SOARES, 2006).

Para que o homossexual faça algum sentido é preciso que ele se mostre ou seja mostrado de alguma forma e agora a divulgação da reforma do Código Civil permite de novo aos homossexuais o acesso à posição-sujeito desde a qual podem se falar. Resta verificar se a verdade dos já-construídos se mantém ou não. O homossexual nesta ocasião, volta a sair do silêncio. Sobre isto Orlandi, referenciado por Soares (2006) diz:

Para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a idéia de silêncio como vazio, como falta. Ao negar sua relação fundamental com o silêncio, ele apaga uma das mediações que lhe são básicas. (ORLANDI, 2002, 37)

Neste trabalho interessa saber como os homossexuais fazem sentido nesta nova ruptura do silêncio.

3.1. A escolha e seleção do *corpus* de pesquisa

Neste subitem reunimos e explicitamos as diferentes etapas e critérios nos quais nos pautamos durante o processo de seleção e recorte do *corpus* desta pesquisa.

A nossa proposta de escolha do *corpus* de pesquisa recai sobre dois jornais eletrônicos espanhóis El País e El Mundo, como já apontamos. Centramos nossa atenção nestes dois periódicos de âmbito nacional, levando em conta os seguintes critérios: a força de influência desses jornais no pensamento do país; a tiragem que garante um número de leitores bastante expressivo; a possibilidade de acesso à versão eletrônica por meio da Internet, o que faz, por sua vez, aumentar ainda mais o número de leitores, ao mesmo tempo em que aumenta o poder de abrangência de suas notícias. Outros critérios que auxiliaram nossa escolha foram: a) a cidade de origem da publicação – Madri -, capital da Espanha, sede do Governo espanhol e centro irradiador de pensamento ao resto do país; b) a semelhança entre os segmentos de mercado atendidos pelos jornais; c) a tiragem – ambos têm tiragem nacional; d) a possibilidade de acessá-los via Internet; e) a disponibilidade de consulta de notícias já divulgadas por meio dos procedimentos de consulta¹⁶; f) os propósitos institucionais, segundo documentos emitidos pelos próprios jornais.

Na Espanha são publicados além dos jornais de âmbito nacional, outros de âmbito autonômico¹⁷. Na escolha dos primeiros em detrimento dos segundos pesou o fato de que a repercussão da lei que estava sendo discutida teria âmbito nacional e não exclusivamente autonômico.

Resta agora justificarmos a escolha dos jornais El País e El Mundo em detrimento de outros que também têm divulgação nacional como La Razón ou ABC. Nesse sentido, o motivo que fez prevalecer nossa decisão foi que ao tentarmos acessar as notícias do jornal ABC por meio da consulta, deparamo-nos com a exigência de

¹⁶ Embora a maioria dos conteúdos do El País fossem exclusivamente para assinantes, esta situação mudou nos primeiros meses de 2005. Atualmente, a maior parte do jornal pode ser consultada sem necessidade de assinatura.

¹⁷ A Espanha está dividida em 19 Comunidades Autônomas: Andalucía, Aragón, Asturias, Canarias, Cantabria, Castilla y León, Castilla-La Mancha, Cataluña, Comunidad de Madrid, Comunidad Valenciana, Extremadura, Galicia, Islas Baleares, Navarra, País Vasco, La Rioja, Región de Murcia, Ciudad Autónoma de Ceuta, Ciudad Autónoma de Melilla.

pagamento por notícia acessada. No caso do jornal La Razón, o acesso também se viu impossibilitado pela não disponibilização de um serviço de busca *on-line*.

Os documentos a que tivemos acesso apresentam alguns dados que contribuem para explicar o porquê da escolha destes dos jornais para realizarmos esta pesquisa. Segundo o Resumen General del Estudio de Medios (EGM) publicado no *site* da Asociación para la Investigación de Medios de Comunicación (AIMC), referente ao período de outubro de 2004 a maio de 2005, o jornal El País mantém-se como o primeiro jornal de informação geral da Espanha com uma média diária de 2.186.000 leitores no período entre outubro e maio de 2005. O Resumo aponta também a segunda posição ocupada pelo diário El Mundo, com 1.400.000 leitores de média diária.

Dentre os suplementos publicados no final de semana na Espanha, El País Semanal registra 3.294.000 leitores, e ocupa a segunda colocação no ranking dos mais vendidos cabendo ao jornal ABC o primeiro lugar. O suplemento do El Mundo, intitulado Mundo Magazine, ocupa o quinto lugar com 1.314.000 leitores.

Segundo a notícia publicada em 30 de junho de 2005 no El País e intitulada *EL PAÍS lidera los diarios de información general con 2.186.000 lectores de media*, 1.051.000 leitores desse jornal editado pelo Grupo PRISA não lê nenhum outro jornal, o que contrasta com os 485.000 do El Mundo.

Quanto à idade dos leitores dos dois jornais, a mesma notícia mostra que os leitores do El País apresentam praticamente o mesmo perfil (42,4 anos de média) que os leitores do El Mundo (43,4 anos de média).

Quanto ao acesso à Internet, dado relevante levando em conta que nos pesquisa tem como foco jornais eletrônicos, o Estudio General de Medios (EGM) indica que, dentro de um cenário que aponta para um crescimento de 396.000 usuários, quatro *webs* de Prisacom – empresa encarregada dos conteúdos do Grupo PRISA em suporte digital -, EL PAÍS.es, CadenaSer.com, as.com e los40.com, encontram-se entre os dez *sites* mais visitados. O ELPAIS.es lidera a imprensa *on-line* de informação geral, com 1.151.000 usuários. O Estudo aponta também para outros dados de interesse. 34% da população espanhola é usuária da Rede. 61% dos usuários são homens, enquanto que as mulheres representam 39% restantes. Quanto á idade, 30,3% dos usuários espanhóis de Internet têm entre 25 e 34 anos; 20,7% pertence à faixa etária entre 35 a 44 anos; os jovens entre 20 e 24 anos representam 15,4% e os de 14 a 19 anos 14,9%. O perfil majoritário por classe social dos usuários é de classe média-média, com 42,2%; o de

média-alta, com 22,4%; o de classe alta, com 18,6% e o de classe média-baixa, com 15,4%.

Segundo dados da Oficina de Justificación de la Difusión (OJD)¹⁸, o *elmundo.es* registrou 6.289.783 usuários únicos no mês de janeiro de 2005. Esse dado colocaria o mencionado jornal como meio de informação mais consultado na Internet na Espanha e líder mundial em castelhano e a grande distância do resto dos meios controlados por OJD¹⁹.

Embora os dois jornais foco de pesquisa apresentem semelhanças de perfil notáveis quanto aos parâmetros de aproximação expostos acima, diferem na opção ideológica que representam. Assim, o *El PAÍS* é considerado como um jornal de ideologia de esquerda, enquanto que o *El Mundo*, a uma ideologia de direita. Interessava-nos verificar se esse contraste ideológico estaria presente também de alguma forma no tratamento das notícias a respeito da lei de matrimônio homossexual.

O *EL PAÍS.es* está organizado em seções e suplementos. As seções são: Internacional, España, Opinión, Sociedad, Tecnología, Economía, Deportes, Cultura e Gente²⁰.

Segundo informação extraída da *homepage* desse jornal, durante o final de semana, disponibiliza-se ao leitor um jornal “diferente do que é publicado durante a semana, completo e de caráter familiar”. Aos domingos, além das informações relativas ao periódico do dia, incluem-se os suplementos Domingo, Negócios e Pequeño País. Distribui-se, ainda, a revista a cores, *El País Semanal*, e colecionáveis culturais de “grande aceitação”, segundo o jornal.

Aos sábados, publica-se a revista cultural *Babelia*, dedicada ao mundo da literatura, ao pensamento, à arte e ao design, assim como *El Viajero*, suplemento sobre viagens e automóveis.

¹⁸ A OJD é uma das 3 divisões de Información y Control de Publicaciones, sociedade mercantil cujo objetivo é obter e facilitar informação útil e pontual da difusão e distribuição das publicações periódicas e do tráfico em Internet dos meios eletrônicos de comunicação para uso de anunciantes, agências de publicidade, editores e demais pessoas ou entes interessados. Na atualidade, controla a tiragem e difusão e a distribuição de 840 publicações impressas, e o tráfico (páginas vistas, visitas e usuários únicos) de 151 meios eletrônicos de comunicação.

¹⁹ Na notícia intitulada *elmundo.es bate un nuevo récord con más de seis millones de usuarios únicos em el mes de enero*, publicada no *elmundo.es* em 14 e fevereiro de 2005, informa-se que *EL PAÍS.es* não é controlado pela OJD.

²⁰ Informação extraída da *homepage* do *El País* em 10 de julho de 2005.

A revista juvenil Tentaciones é distribuída às sextas-feiras junto com o jornal, além do suplemento sobre moradia Propiedades.

Às quintas-feiras publica-se o suplemento semanal [Ciberpa@is](#), que trata assuntos relacionados à informática e a novas tecnologias. A edição de EL PAÍS na Catalunha e no Levante também publica às quintas-feiras um suplemento cultural em catalão, o Quadern.

Quanto ao [elmundo.es](#), suas seções são: Última hora, España, Internacional, Economía, Sociedad, Comunicación, Solidaridad, Deportes, Cultura, Ciencia/Ecología, Tecnología, Madrid 24h, 60 segundos, Obituarios, Especiales²¹.

O *web site* [elmundo.es](#) é propriedade de MUNDINTERACTIVOS, S.A. Na seção *Preguntas más frecuentes*, o jornal afirma que a edição em Internet é diferente da edição impressa, baseando as diferenças no fato de as notícias do *web* serem atualizadas as 24 horas do dia e virem acompanhadas de gráficos interativos, documentação, fotografias etc. Além disso, na página *web* o leitor pode consultar os suplementos Magazine, Crónica, Nueva Economía, Ariadna, Aula e Motor y Viajes, e uma série de serviços e conteúdos que não é possível encontrar na versão impressa, como uma seção de tecnologia (El Diario del Navegante), *anuncios clasificados*, *pasatiempos*, *chistes*, *programación televisiva*, *el tiempo*, um *traductor*, *buscador* etc. Sempre segundo a informação oferecida pelo próprio jornal, o [elmundo.es](#) disponibiliza a cada dia, a partir das 05:00h da manhã (hora espanhola) uma versão próxima da edição impressa. Acrescenta que as edições locais de Madri, Catalunha e Baleares também estão disponíveis na *web*.

No intuito de uma melhor caracterização dos jornais espanhóis foco de nossa pesquisa, passamos a seguir a informar outros aspectos que julgamos importantes. O jornal EL PAÍS no seu *Libro de Estilo* ao falar de sua política editorial afirma:

1.1. EL PAÍS define-se estatutariamente como um jornal **independente, nacional**, de informação geral, com uma clara vocação de europeu, defensor da **democracia pluralista** segundo os princípios liberais e sociais, e que se compromete a guardar a ordem democrática e legal estabelecida na Constituição.

Neste sentido, **acolhe todas as tendências**, exceto as que propugnam a violência para o cumprimento de seus fins²². (Grifos nossos)

²¹ Informação extraída do Mapa do *site* em 10 de julho de 2005. Tradução nossa. Texto original
²² Tradução nossa. Texto original em espanhol:

EL PAÍS se define estatutariamente como un periódico independiente, nacional, de información general, con una clara vocación de europeo, defensor de la democracia pluralista según los principios liberales y sociales, y

Este jornal, portanto, se apresenta como livre de vínculos políticos e ao mesmo tempo como um espaço onde todas as opiniões têm seu lugar. A respeito da informação

- 1.2. EL PAÍS esforça-se por apresentar diariamente uma **informação veraz**, o mais **completa** possível, **interessante, atual e de alta qualidade**, de maneira que ajude o leitor a **entender a realidade** e a **formar seu próprio critério**²³. (Grifos nossos)

Segundo o jornal, seu compromisso é com a verdade e com uma informação sem lacunas que resulte atraente para o leitor, quem por meio da leitura estará capacitado a compreender melhor o mundo que o rodeia, bem como formar sua própria opinião a respeito do mesmo.

- 1.3. EL PAÍS **rejeitará a pressão** de pessoas, partidos políticos, grupos econômicos, religiosos o ideológicos que tratem de pôr a informação ao serviço de seus interesses. Esta independência e a **não manipulação das notícias** são uma garantia para os direitos dos leitores, cuja salvaguarda constitui a razão última do trabalho profissional. **A informação e a opinião estarão claramente diferenciadas entre si**²⁴. (Grifos nossos)

Esses fragmentos expõem a visão do próprio jornal acerca da imprensa escrita. Apontam para algumas questões fundamentais a qualquer análise sobre textos veiculados em jornais: a definição de *informação geral e veraz* e o propósito de ajudar o leitor para que este possa entender a realidade e formar *seu próprio critério*, visando à independência e à não manipulação das notícias. Além disso, pretende-se isolar a informação e a opinião em espaços diferentes.

Na seção que se refere ao tratamento da informação o *Libro de Estilo* afirma

que se compromete a guardar el orden democrático y legal establecido en la Constitución. En este marco, acoge todas las tendencias, excepto las que propugnan la violencia para el cumplimiento de sus fines. (Grifos nossos).

²³ Fragmento em espanhol:

EL PAÍS se esfuerza por presentar diariamente una información veraz, lo más completa posible, interesante, actual y de alta calidad, de manera que ayude al lector a entender la realidad y a formarse su propio criterio. (Grifos nossos)

²⁴ Fragmento em espanhol:

EL PAÍS rechazará cualquier presión de personas, partidos políticos, grupos económicos, religiosos o ideológicos que traten de poner la información al servicio de sus intereses. Esta independencia y la no manipulación de las noticias son una garantía para los derechos de los lectores, cuya salvaguarda constituye la razón última del trabajo profesional. La información y la opinión estarán claramente diferenciadas entre sí. (Grifos nossos)

- 1.12. O jornalista transmite aos leitores notícias comprovadas, e **abstém-se de incluir em elas suas opiniões pessoais**. Quando um fato não tenha sido verificado suficientemente, o redator evitará nas notícias expressões como ‘parece que’, ‘poderia’, ‘é possível’ ou semelhantes. Estas fórmulas só servem para acrescentar fatos não contrastados ou rumores. Nesse caso deverá aportar os dados certos que o induzem a crer que algo ‘poderia’ acontecer o que ‘parece que’ sucedeu ²⁵. (Grifos nossos)

De novo se insiste na ausência de opiniões pessoais por parte do jornalista nas matérias informativas, bem como se deixa ver o papel exercido pelo redator enquanto revisor das mesmas.

- 1.14. As fontes. As informações de que dispõe um jornalista só podem ser obtidas por duas vias: sua presença no lugar dos fatos ou a narração por uma terceira pessoa. O leitor tem direito a conhecer qual das duas possibilidades se corresponde com a notícia que está lendo. Para tanto, citar-se-á sempre uma fonte quando o jornalista não tenha estado presente na ação que transmite. Caso a informação proceda de uma única pessoa, falará-se de ‘fonte’ no singular.
- 1.15. A atribuição da notícia a uma fonte ou fontes não exime ao jornalista da responsabilidade de tê-la escrito²⁶.

Esses fragmentos apresentam a preocupação com o compromisso do jornal com a veracidade das notícias publicadas pelo jornalista e o direito do leitor de conhecer as fontes das mesmas.

O EL PAÍS.es define-se como a edição digital do periódico espanhol EL PAÍS e como portal de informação geral do Grupo PRISA. Destaca dentre seus serviços

²⁵ Fragmento em espanhol:

El periodista transmite a los lectores noticias comprobadas, y se abstiene de incluir en ellas sus opiniones personales. Cuando un hecho no haya sido verificado suficientemente, el redactor evitará en las noticias expresiones como ‘al parecer’, ‘podría’, ‘no se descarta’ o similares. Estas fórmulas sólo sirven para añadir hechos no contrastados o rumores. En ese caso deberá aportar los datos ciertos que le inducen a creer que algo ‘podría’ ocurrir o que ha sucedido ‘al parecer’. (Grifos nossos)

²⁶ Fragmento em espanhol:

Las fuentes. Las informaciones de que dispone un periodista sólo pueden ser obtenidas por dos vías: su presencia en el lugar de los hechos o la narración por una tercera persona. El lector tiene derecho a conocer cuál de las dos posibilidades se corresponde con la noticia que está leyendo. Para ello, se citará siempre una fuente cuando el periodista no hay estado presente en la acción que transmite. Si la información procede de una sola persona, se hablará de ‘fuente’ en singular.

La atribución de la noticia a una fuente o fuentes no exime al periodista de la responsabilidad de haberla escrito.

principais os conteúdos íntegros da edição impressa, assim como dos cinco cadernos autonômicos²⁷ e a maioria dos suplementos²⁸.

Esse jornal apresenta-se como “el diario español de mayor difusión e influencia”²⁹. Além disso, refere-se a outros valores:

Seus primeiros editoriais definem-no como um jornal independente, de qualidade, de vocação europeia e defensor da democracia pluralista. Foi precursor na adoção de usos jornalísticos como o Libro de Estilo, a figura do defensor do leitor e o Estatuto de la Redacción, aprovado em 1980 e que regula as relações profissionais entre a redação, a direção do jornal e a sociedade editora.

(...) o jornal está configurado para poder realizar uma leitura mais rápida e de informação noticiosa durante a semana, e uma leitura mais repousada e de lazer durante o final de semana, sem descuidar a cobertura informativa³⁰.

Percebemos, então, que o jornal se apresenta como líder de mercado no país, auto-atribuindo-se no percurso desde a publicação do primeiro número em 1976 até hoje a categoria de “símbolo da Espanha moderna em virtude de sua defesa das liberdades e de seu apoio à mudança política e social”³¹

O EL PAÍS tem sua sede social, sua redação, seus escritórios centrais e seus locais de impressão em Madri. Em Barcelona possui uma estrutura similar, onde são editadas e impressas a Edición Cataluña do diário, tendo redações também em Bilbao, Sevilha e Valença. O jornal imprime suas distintas edições em Madri, Barcelona, Valença, Lugo, Las Palmas, Burgos, Palma de Mallorca, além de outras quatro na Alemanha, na Bélgica, no México e na Argentina.

²⁷ Vid. nota nº 9.

²⁸ Informação extraída da página: <http://www.elpais.es/corporativos/prisacom/prisacom.html>. (Acesso em 22 de julho de 2005).

²⁹ Informação extraída da página: <http://www.elpais.es/corporativos/elpais/elpais.html>. (Acesso em 22 de julho de 2005)

³⁰ Sus primeros editoriales lo definen como un diario independiente, de calidad, de vocación europea y defensor de la democracia pluralista. Fue precursor en la adopción de usos periodísticos como el Libro de Estilo, la figura del defensor del lector y el Estatuto de la Redacción, que fue aprobado en 1980 y regula las relaciones profesionales entre la redacción, la dirección del periódico y la sociedad editora.

(...) El periódico está configurado para poder realizar una lectura más rápida y de información noticiosa durante la semana, y una lectura más reposada y de ocio durante el fin de semana, sin descuidar la cobertura informativa.

³¹ Vid nota 24.

No que diz respeito ao processo de coleta de notícias nos dois jornais objeto de pesquisa, percebemos que diferentes seções dos jornais tratavam do assunto da lei em processo de aprovação, assim como de outros que tinham a ver direta ou indiretamente com os direitos dos homossexuais. Rejeitamos num primeiro momento a seção internacional por tratar assuntos que não diziam respeito aos direitos dos homossexuais espanhóis, mas restava decidir em qual ou quais seções restantes focar nosso recorte. Decidimos, então, que as seções Sociedad e España seriam as mais apropriadas para atender a nossas expectativas e, dentro dessas seções, só nos interessaríamos por notícias que tratassem direta ou indiretamente o tema da aprovação da lei. É importante ressaltar aqui que dentro da seção Sociedade apareceram notícias que embora tratassem a princípio temas relacionados aos homossexuais de outros países, faziam algum tipo de ponte com a lei que estava sendo discutida na Espanha. Por essa razão, decidimos coletá-las também.

Outro recorte feito no *corpus* de pesquisa (os dois jornais espanhóis El País.es e El Mundo.es) diz respeito ao gênero jornalístico foco de nossa análise. Para este terceiro recorte, então, levamos em conta nosso interesse inicial em contribuir para a discussão a respeito da pretendida “informação objetiva” da notícia jornalística e focamos nossa atenção nesse gênero jornalístico. Partindo de nosso interesse inicial, o anteprojeto de lei que visa regulamentar o casamento homossexual, acompanhamos a repercussão do assunto nos jornais eletrônicos espanhóis objeto de análise e conferimos que artigos de opinião, entrevistas, perfis, reportagens, notícias nacionais e internacionais, etc. tratavam do assunto nas diferentes seções dos jornais mencionadas acima. No entanto, decidimos optar pelo gênero notícia baseando-nos no critério explicitado acima.

Até aqui tínhamos definido, portanto, nosso *corpus* de pesquisa como sendo notícias das seções Sociedad e España dos jornais eletrônicos espanhóis El País.es e El Mundo.es que tratassem direta ou indiretamente o tema a aprovação da lei de casamento homossexual na Espanha. Para a coleta dessas notícias trabalhamos simultaneamente com a versão eletrônica do jornal impresso e com as notícias disponibilizadas na página inicial de cada um dos jornais eletrônicos. Mas surge neste ponto uma outra pergunta: quais notícias nos interessam? A pergunta não resultou fácil de responder. Uma vez feita a coleta de todas as notícias publicadas nessas seções, no período de 1 de outubro de 2004, data de aprovação no Congresso espanhol do anteprojeto de lei, até 30 de junho de 2005, data da aprovação da lei no Congresso, deparamo-nos com uma grande quantidade de notícias. Ademais, esta coleta nos permitiu, ainda, verificar que as

notícias relacionadas à lei estendiam-se por um período bem maior do que o acima mencionado. Verificamos que desde fevereiro de 2004³² até julho de 2005 os jornais deram atenção a este assunto veiculando-o em suas notícias. Passamos, então, a ter, aproximadamente, 450 notícias no total³³. Um *corpus* extenso de mais e que, sem dúvida, exigiria outros recortes. Como recortá-lo?

Instituindo como parâmetro para o recorte o marco da polêmica surgida na Espanha a partir da divulgação por parte do candidato do PSOE, José Luís Rodríguez Zapatero, à presidência da Espanha, no contexto das eleições gerais celebradas nesse país em março de 2004, foram recolhidos os jornais eletrônicos diários EL PAÍS.es e elmundo.es ao longo de nove meses, de outubro de 2004 até junho de 2005. Embora nosso período temporal de interesse continue sendo esse, nas tabelas e gráficos que apresentamos nas páginas a seguir, incluímos as notícias publicadas entre fevereiro de 2004 até julho de 2005 porque consideramos que desse jeito pode ser melhor verificada a relevância que o tema da lei em discussão teve para os jornais EL PAÍS.es e elmundo.es.

O critério para o recorte com base temporal não é aleatório. Ao longo desse período assistimos ao processo percorrido pela Lei de matrimônio homossexual desde a aprovação do anteprojeto de lei pelo Conselho de Ministros da Espanha, o 1 de outubro de 2004, até sua aprovação pelo Congresso o 30 de junho de 2005.

Partimos, portanto, de uma situação de conflito que se instaura e que para solucioná-la recorre-se ao debate com a participação de diferentes lugares sociais: a Igreja, partidos políticos de orientações diversas, os homossexuais, a sociedade civil etc. Estas vozes ocupam o espaço da mídia, posicionando-se a favor ou contra a aprovação dessa lei, manifestando suas opiniões, muitas vezes em conflito com a de outros lugares sociais, a respeito do direito ao matrimônio por parte dos homossexuais e lésbicas, a respeito de se a designação de matrimônio para definir a união entre duas pessoas do mesmo sexo era a mais apropriada ou sobre o fato de a homossexualidade ser ou não uma doença, dentre outros aspectos.

A escolha dessa situação de conflito justifica-se pela nossa concepção da notícia, enquanto discurso, isto é, “prática que forma os objetos que fala”, na concepção de Foucault, como lugar por excelência dos investimentos de poder e saber. (Fischer, 1996)

³² Esta data refere-se ao período de campanha eleitoral anterior às eleições, que aconteceram em 14 de março de 2004.

³³ A contagem foi realizada manualmente, portanto, pode sofrer algumas variações.

Isto fez com que passássemos a olhar o nosso corpus de análise como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade (Orlandi, 2001). A autora caracteriza o texto como sendo o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação. O texto é texto porque significa, daí que o que interessa para a AD seja como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. A natureza de sua unidade é lingüístico-histórica.

A autora considera o texto enquanto “fato” discursivo, trazendo a memória para a consideração dos elementos submetidos à análise. São os fatos, segundo a autora, que nos permitem chegar à memória da língua: desse modo podemos compreender como o texto funciona enquanto objeto simbólico. Compreender como um texto funciona é, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto lingüístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o consitui.

O nosso *corpus* de análise constitui-se, assim, num conjunto de discursos a respeito da lei de casamento homossexual, da homossexualidade e dos homossexuais, cujos sentidos nos propomos a identificar.

Conseguimos todas as notícias veiculadas pelos jornais, como já dissemos, por meio da coleta diária das notícias que iam sendo publicadas ou do sistema de busca oferecido em cada um dos jornais. Os parâmetros de consulta para cada um dos jornais foram o de palavra-chave (matrimônio homossexual) acrescida de data (01/01/04 até 02/06/05). Cabe ressaltar aqui que o jornal El País oferece também como parâmetro de busca o local (El País.es / en todo el artículo) o formato (artículo o viñeta) e a seção do jornal (no nosso caso, Sociedad e España), recursos não apresentados pelo jornal El Mundo.

Pautados nesses procedimentos, conseguimos reunir as notícias publicadas pelos dois jornais espanhóis a respeito da lei. A seguir, apresentamos duas tabelas que mostram o universo de notícias coletadas. Reiteramos, aqui, que só levamos em conta para sua elaboração as notícias que apareceram na seção ‘Sociedad’ e na seção ‘España’. Como já mencionamos, foi possível observar durante a coleta das notícias a presença do tema Lei de casamento homossexual em outras seções, mas optamos por restringir a nossa procura às duas seções mencionadas acima baseando-nos em critérios igualmente já explicitados em outro ponto de nosso trabalho. Nas seções de Sociedad e

Espanha, o El PAIS.es publicou um total de 293 notícias relacionadas com o tema de nosso interesse. O elmundo.es publicou 157.

A seguir, apresentamos as duas tabelas com o número de notícias publicadas em cada mês por cada um dos jornais.

Quadro 2: Notícias publicadas no El País e no elmundo.es em cada mês

	El PAÍS.es			Elmundo.es	
	2004	2005		2004	2005
Janeiro	0	22	Janeiro	2	9
Fevereiro	5	4	Fevereiro	6	2
Março	2	11	Março	1	5
Abril	5	29	Abril	4	21
Mai	8	25	Mai	2	18
Junho	13	62	Junho	5	39
Julho	16		Julho	9	
Agosto	4		Agosto	3	
Setembro	22		Setembro	7	
Outubro	27		Outubro	13	
Novembro	15		Novembro	3	
Dezembro	23		Dezembro	8	
Total	293		Total	157	

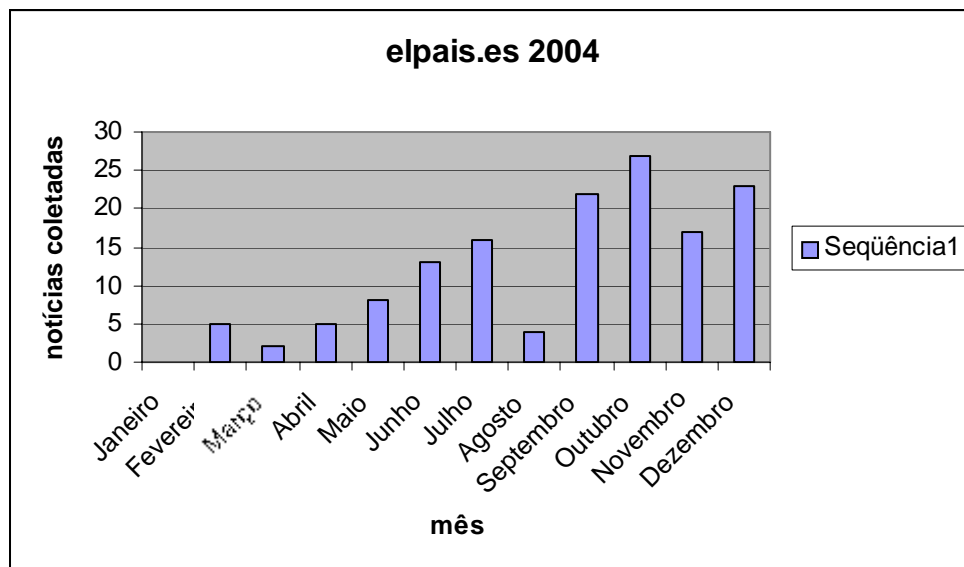
A próxima tabela apresenta a distribuição das notícias por seções:

Quadro 3: Distribuição das notícias por seções

	JORNAL	
	EL PAÍS.es	elmundo.es
Sociedad	261	69
España	32	88

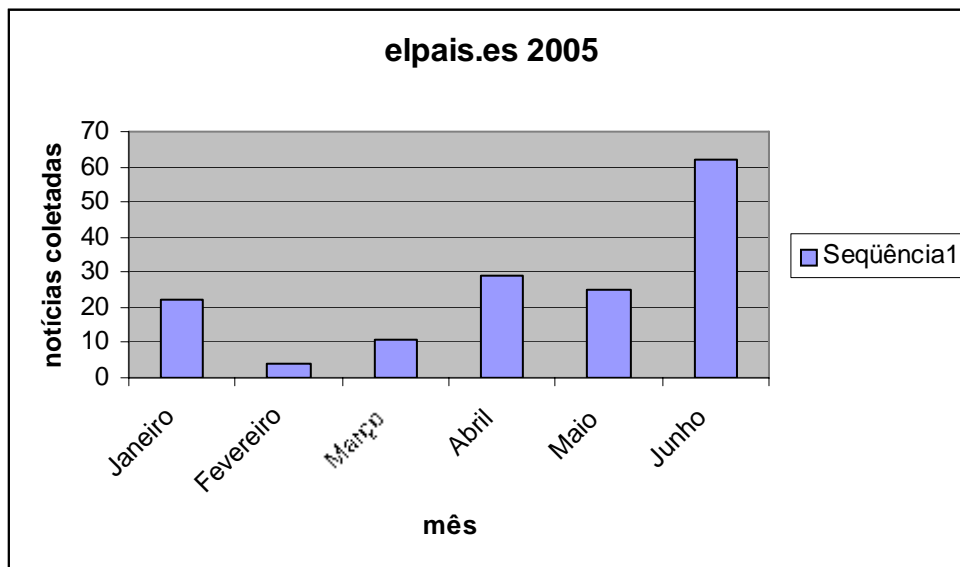
Podemos observar que enquanto o ELPAIS.es apresenta maior quantidade de notícias publicadas na seção Sociedade, o elmundo.es publicou no mesmo período mais notícias na seção España.

Os gráficos a seguir permitem visualizar a incidência das notícias no período coletado. Mostramos em separado as notícias publicadas em 2004 e em 2005 nos dois jornais visando a maior clareza dos mesmos.

Gráfico 1.- Notícias publicadas no jornal El País no 2004

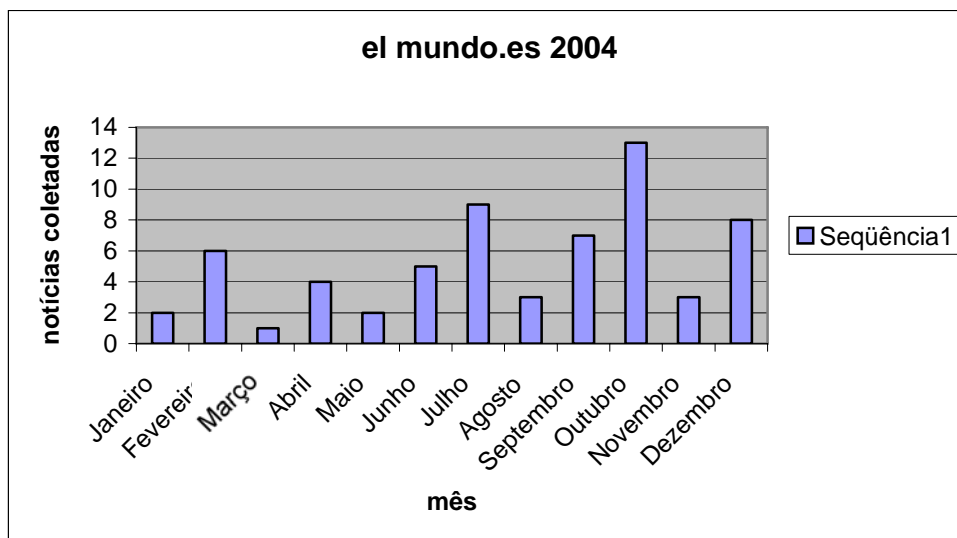
Podemos observar nesse primeiro gráfico, que reproduz a quantidade de notícias publicadas pelo jornal eletrônico EL PAÍS.es durante o ano 2004, uma concentração de notícias no mês de outubro. Essa incidência é natural, se levarmos em conta que no 1 de outubro o Conselho de Ministros da Espanha aprovou o anteprojeto de lei do matrimônio homossexual. Durante esse mês, como mostra a tabela apresentada acima, foram publicadas nas seções de Sociedade ou Espanha um total de 27 notícias relacionadas direta ou indiretamente com esse anteprojeto de lei. As vozes dos diferentes segmentos da sociedade: Igreja, partidos políticos, homossexuais, sociedade civil, justiça etc.) começaram a ser trazidas em elevado número para as notícias. Vale salientar também, segundo nos mostra o gráfico, que a partir do mês de junho e até o final do ano, o tema do anteprojeto de lei de matrimônio homossexual e outros relacionados com a homossexualidade, começam a ser foco de grande interesse para os jornais e ocupam um grande espaço. Isto não aconteceu nos meses ou anos anteriores.

Gráfico 2.- Notícias publicadas no jornal El País desde janeiro até junho de 2005.



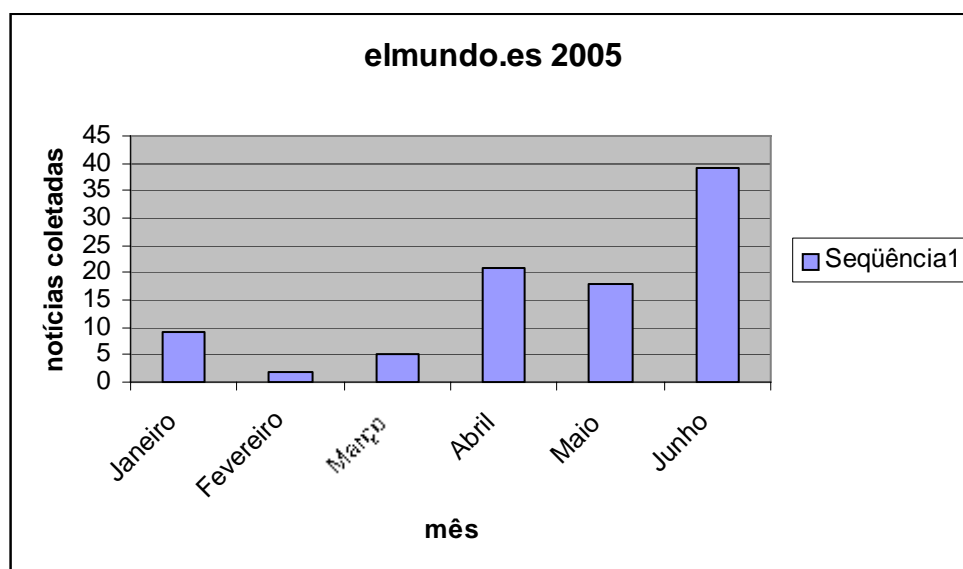
Neste segundo gráfico, podemos observar que se mantém a dinâmica, só interrompida nos meses de fevereiro e março, de dar mais espaço ao tema da lei de matrimônio homossexual e às reações provocadas pela sua iminente aprovação nos distintos segmentos da sociedade. É no mês de junho quando se produz a maior presença de notícias no jornal EL PAÍS.es: 62 notícias nas seções Sociedade e Espanha. No mês de junho, o projeto de lei já havia passado pelo Congresso e havia sido aprovado, em 21 abril de 2005. Em seguida, o projeto de lei passa, de acordo com os procedimentos regulares, para o Senado, onde o principal partido da oposição, o PP tem maioria. Levando em conta que a lei foi definitivamente aprovada em 30 de junho, podemos supor que se concentra nesse mês a última oportunidade para que os diferentes lugares sociais pudessem se manifestar publicamente a favor ou contra a aprovação da lei e para, dessa forma, tentar exercer pressão segundo seus interesses.

Gráfico 3.- Notícias publicadas no jornal El Mundo no ano 2004.



Embora nossa hipótese inicial fosse a de que os dois jornais espanhóis apresentassem semelhanças quanto à quantidade de notícias publicadas em cada um dos meses, verificamos que não foi bem assim. A quantidade total de notícias publicadas em ambos os jornais é bem diferente: EL PAÍS.es, 293 e elmundo.es 157) No caso do elmundo.es, o mês de outubro volta a ser o mês de maior incidência de notícias (13 no total). Acreditamos que as razões para explicar esse fato sejam as mesmas que as expostas para o EL PAIS.es.

Gráfico 4.- Notícias publicadas no jornal El Mundo desde janeiro até junho de 2005.



Neste último gráfico, no qual podemos conferir a quantidade de notícias publicadas pelo jornal elmundo.es no ano de 2005, vemos que o mês no qual se publicam mais notícias volta a ser o mês de junho (39 notícias).

Temos, portanto, tanto no caso do EL PAIS.es como no caso do elmundo.es nos meses junho de 2005 um volume maior de publicação de notícias a respeito do tema de nosso interesse. Nesse mês foram publicadas um total de 101 notícias das 450 coletadas ao longo de todo o período. Porém, se consideramos as necessidades de recorte e a proposta de análise de nosso estudo, continuávamos tendo uma quantidade muito elevada de notícias.

A polêmica gerada na Espanha à raiz da divulgação do projeto de lei por parte do governo de José Luís Rodríguez Zapatero (30 de setembro de 2004) até a aprovação da lei (30 junho de 2005), provocou como resposta, como já dissemos, que vozes embate de diferentes lugares sociais fossem apresentadas nas notícias, posicionando-se a favor ou contra a aprovação dessa lei.

Ao focar nossa atenção num primeiro momento nos títulos das notícias coletadas, verificamos que entre as vozes contrárias à aprovação da lei estavam, entre outras, a da Igreja, representada pelos Papas João Paulo II e Bento XVI, por seus porta-vozes e membros da Conferencia Episcopal Española (bispos, arcebispos, cardeais etc.) e até mesmo padres. Encontramos, também, as vozes de vários partidos da oposição ao governo socialista, como a do PP e a da UDC; a do Consejo General del Poder Judicial (CGPJ), a da Real Academia Española de las Letras (RAE), psicólogos da Universidade de Sevilha, a de Valeria Mazza (ex-modelo), a de Ana Botella (cargo político na prefeitura de Madri e esposa do ex-presidente do governo espanhol, José Maria Aznar), a dos setores cristãos do PSOE, a do poeta Caballero Bonald, de José Maria Aznar, de grupos de gays cristãos, de Francisco Vázquez (Prefeito da cidade de A Coruña e Senador do PSOE).

De um modo geral, verifica-se uma grande homogeneidade quanto aos posicionamentos das vozes segundo o lugar social ao que pertenciam. No entanto, encontramos também outras vozes que quebravam essa dinâmica apresentando posicionamentos contrários aos defendidos pela maioria das vozes do lugar social que representam. As vozes favoráveis à aprovação da lei apresentadas nas notícias foram, entre outras, as do PSOE, partido do governo, e as dos seus aliados políticos como Llamazares (presidente do partido de esquerda Izquierda Unida). Outros lugares sociais favoráveis cujas vozes estão presentes nas notícias coletadas são as dos Jueces para la Democracia (FpD), associação progressista de juizes pertencentes ao Conselho Geral do Poder Judicial (CGPJ), as dos homossexuais (gays e lésbicas), as de outros partidos políticos como CIU (Convergencia i Unió) e PNV (Partido Nacionalista Vasco), etc.

Constatamos neste ponto, a maior concentração na ocupação do espaço de vozes “contrárias” ora à aprovação da lei, ora à designação do casamento entre pessoas do mesmo sexo como “matrimônio” etc. O número de notícias em que aparecem estas vozes é bem maior do que o número de notícias nas quais se apresenta a voz dos diferentes segmentos favoráveis à aprovação da lei. E neste último grupo, constatamos também chama a atenção também o pouco espaço ocupado pelas vozes dos homossexuais. Surprende, portanto, que sendo a maioria de vozes em embate contrárias à aprovação da lei, esta conseguisse ser aprovada.

Embora inicialmente a opção de adotar o critério pautado na observação das vozes trazidas pelas notícias nos parecesse idôneo para realizarmos o recorte definitivo de nosso *corpus*, a enorme quantidade de notícias coletadas exigia que recorrêssemos um outro critério.

3.2 As vozes presentes nas notícias de nosso corpus

Bakhtin (1997/1995), ao afirmar que “o discurso de outrem” é inseparável do conteúdo informativo, acrescenta que ele impõe coerções e só aquelas falas de pessoas que ocupam lugares sociais legitimados como autorizados serão trazidos e reformulados, de maneira mais ou menos explícita, pelo enunciador.

Baratta (apud, KOMAVLI DE SÁNCHEZ, 2006, p.27) afirma que “a mídia não é um simples espelho da realidade, mas é uma verdadeira intervenção na realidade” e estabelece entre a realidade e o imaginário uma relação de influência recíproca.

Por sua vez, Mariani (1998) outorga relevância à imprensa no papel de institucionalizar sentidos, regatando e apagando (num movimento simultâneo) questões da memória sócio-histórica de um grupo social.

Que vozes são, portanto, trazidas pelo enunciador-jornalista para as notícias de dos jornais El País e elmundo.es que tratam o tema da aprovação da lei do casamento homossexual?

Pretendemos, neste capítulo, dar resposta a esta pergunta, bem como analisar a presença de cada grupo de vozes e sua repercussão na construção de sentidos a respeito da homossexualidade. Para tanto, focaremos nossa atenção num primeiro momento nos títulos das notícias passando, posteriormente, a analisar o corpo das matérias.

Durante o processo de leitura das notícias coletadas nos dois jornais, percebemos que nos títulos dos mesmos se repetia freqüentemente a estrutura sintática: sujeito + verbo *dicendi* + complementos. Esta estrutura possibilita ao enunciador-jornalista trazer

para o título da matéria uma das diferentes vozes que ao longo do período coletado se posicionaram a respeito dos diferentes assuntos que envolvia a aprovação da lei (constitucionalidade da norma, adoção, denominação da união homossexual etc.) e que mereceram o destaque de estar no título da notícia, ou seja, o enunciador-jornalista confere a essa voz um lugar de destaque e chama a atenção do leitor para essa voz e para o que ela tem a dizer. Ao identificar essas vozes, percebemos o embate que se produziu entre diferentes posições de sujeito: a Igreja Católica, o governo, diversos partidos políticos (defensores ou detratores da lei), a Justiça, os representantes dos homossexuais etc. A seguir, expomos um quadro exemplificativo no qual aparecem os títulos das notícias com a estrutura mencionada³⁴. Nele indicamos também o jornal em que foi publicada a notícia, assim como a seção à que pertence cada uma:

Quadro 4: Títulos de notícias com a estrutura: sujeito + verbo *dicendi* + complementos

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	01/10/04	Sociedad	Zapatero afirma que con la ley del matrimonio los gays dejan de ser ciudadanos "de segunda"
	02/10/04	Sociedad	Los obispos dicen que el Estado no puede legislar sobre "un derecho inexistente"
	06/10/04	Sociedad	El Poder Judicial pide al Gobierno que le remita el anteproyecto de ley del matrimonio homosexual
	06/11/04	Sociedad	IU insta al Gobierno a que no ceda ante "las intromisiones intolerables" de la Iglesia
	20/01/05	Sociedad	Rajoy dice que los gays no quieren el matrimonio y que el Gobierno lo regula para "parecer moderno"
	19/06/05	Sociedad	Los colectivos gays acusan al PP y a la Iglesia de manifestarse a favor de la discriminación
	24/06/05	Sociedad	El Foro de la Familia pide "respeto a la libertad de expresión" de Polaino
JORNAL	06/10/04	España	López Aguilar no pide al CGPJ su opinión sobre las bodas gays 'porque no es un órgano consultivo'
EL MUNDO	06/10/04	Sociedad	El Papa critica veladamente la decisión del Gobierno español de permitir el matrimonio homosexual
	07/10/04	España	El CGPJ pide al Gobierno que le remita el anteproyecto de ley que permitirá el matrimonio entre gays
	06/11/04	Sociedad	IU critica que la Iglesia pague con fondos públicos campañas contra la eutanasia y los matrimonios gays
	30/12/04	España	Acebes: 'A lo mejor no entra en vigor porque el TC dice antes que es inconstitucional'
	17/06/05	España	Los gays piden amparo a la Fiscalía para que no haya lemas 'vejatorios' en la manifestación del sábado
	28/06/05	España	El Foro de la Familia pide un referéndum sobre las bodas gays

³⁴ Colocamos em anexo (Anexo II) quadros contendo títulos exemplificativos para cada lugar social.

Por meio desses quadros, podemos observar já, além da grande quantidade, a grande variedade de vozes que foram trazidas pelo enunciador-jornalista para os títulos das notícias de cada um dos jornais no período coletado. Acreditamos que isto é um bom indicador da incidência do tema na imprensa espanhola e, em particular, na eletrônica. Membros de diversos lugares sociais tiveram seus dizeres levados para os jornais na tentativa de (re)construir as notícias a respeito da lei de casamento homossexual. No período de outubro de 2004 até junho de 2005 foram coletadas 218 notícias nas seções Sociedad e España no jornal El País. Dessas 218 notícias, mais do 60% apresentam no título palavras *dicendi*. Isto nos fez refletir sobre a importância dessa categoria gramatical e começar a pensar nela como um fator a ser levado em conta em nossa análise.

Cabe salientar também o fato de que nesses títulos mencionados o enunciador-jornalista privilegia certos lugares sociais dando a eles um maior espaço. Assim, em 47 títulos o lugar social que aparece é a Igreja, em 25 títulos o Governo da Espanha, em 19 deles uma voz ligada ao pertencente ao Partido Popular etc. A seguir oferecemos o quadro completo com o número de ocorrências de cada um dos lugares sociais nos títulos das notícias de nosso *corpus*. O quadro comparativo permite observar quais vozes apresentam maior número de ocorrências nos títulos das notícias dos dois jornais foco de análise. Nele incluímos também as porcentagens correspondentes ao número total de notícias coletadas nos dois jornais no período de outubro de 2004 até junho de 2005.

Quadro 5: Ocorrências dos lugares sociais nos títulos das notícias do El País e do elmundo.es

Lugar social	El País		Elmundo.es	
	Títulos nos quais aparece	%	Títulos nos quais aparece	%
A Igreja	47	21,4%	19	16,1%
O Governo da Espanha	25	11,4%	15	12,7%
O Partido Popular (PP)	19	8,6%	8	6,7%
A Justiça	9	4,1%	5	4,2%
Os homossexuais	8	3,6%	4	3,38%
O Foro Español de la Familia	1		3	2,54%
Izquierda Unida (IU)	3	1,3%	1	

É possível observar que tanto no EL PAIS quanto no EL MUNDO, os representantes da Igreja, do governo da Espanha e do Partido Popular “falam” mais nos títulos das notícias do que os outros atores sociais. Cabe ressaltar neste ponto que, embora o número de ocorrências de cada uma dessas vozes, sobre tudo no diz respeito aos lugares sociais Igreja, Governo e Partido Popular, seja bastante diferente em um e em outro jornal, se calcularmos a porcentagem dessas ocorrências sobre o número total de notícias coletadas no período de outubro de 2004 até junho de 2005, podemos observar que essas porcentagens são muito semelhantes em ambos os jornais.

Os dois jornais dão preferência às mesmas vozes nos títulos das notícias e com uma porcentagem de ocorrência bem similar entre um e outro, o que pode indicar a *priori* uma visão de mundo, da sociedade espanhola, em concreto, bastante similar, que garante o poder do espaço de fala a determinados lugares sociais em detrimento de outros.

Outro aspecto que podemos observar nos títulos das notícias é que o enunciador-jornalista vai dando uma visão da sociedade particular ao relacionar as vozes que aparecem nas notícias a lugares sociais determinados, dando a sensação de que são grupos fechados e homogêneos, cujos membros pertencem única e exclusivamente a eles. A leitura dos títulos nos proporciona quais são esses grupos a que nos referimos. A tabela nos mostra como a representatividade dos diversos lugares sociais é desigual nos jornais já nos títulos das notícias.

Quadro 6: Quadro comparativo

QUADRO COMPARATIVO		
LUGAR SOCIAL	EL MUNDO	EL PAÍS
Os Homossexuais:	8	13
O Governo	21	33
O Partido Popular:	22	31
Outros partidos políticos	3	4
A Igreja	26	68
A Justiça	8	17
O Congresso	5	5
O Senado	2	3
Pessoas comuns	3	6
El Foro Español de la Família	7	2
Outros ³⁵	24	40

Vejamos nos próximos gráficos como se organizam os títulos dos jornais em quanto aos grupos que aparecem:

³⁵ Este grupo está formado por vozes de origem muito heterogênea (a modelo Valeria Maza, a esposa do ex-presidente do governo espanhol, F. Rodríguez Adrados, secretário da Real Academia Española de la Lengua etc.) Essa heterogeneidade impossibilitou que fossem agrupadas em subgrupos conforme fizemos com as demais vozes presentes nas notícias.

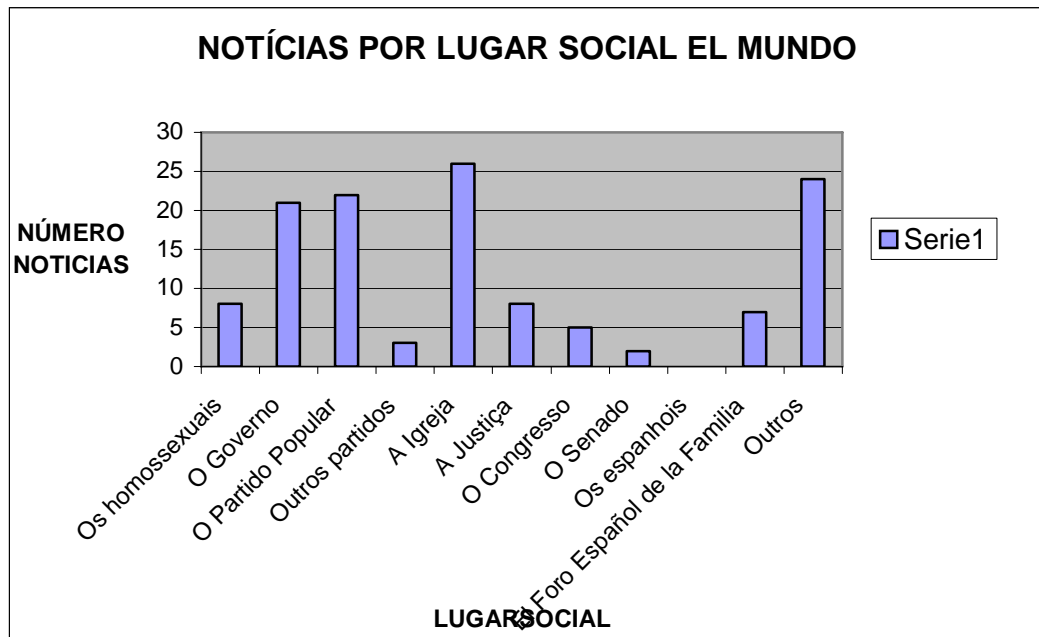
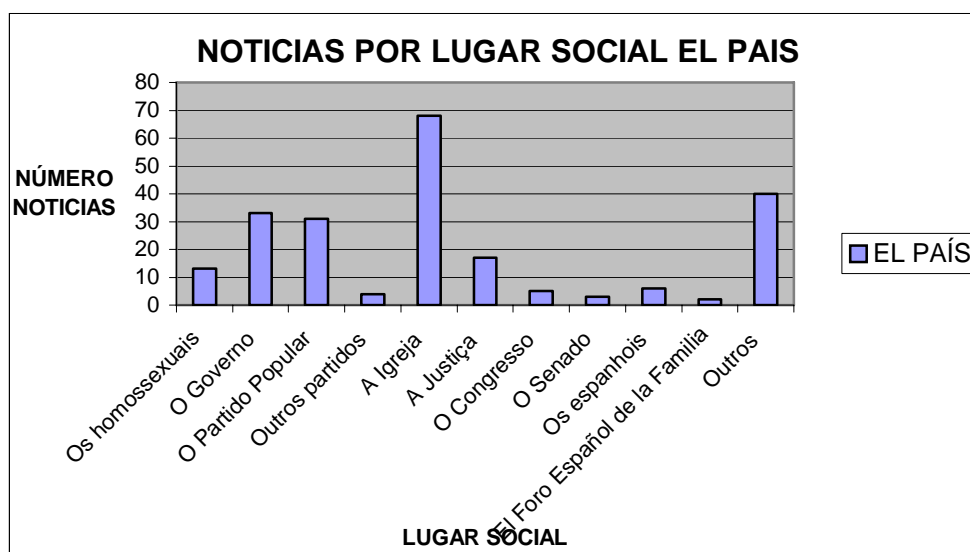
Gráfico 5.- Vozes nos títulos do jornal El Mundo

Gráfico 6.- Vozes nos títulos do jornal El País



O que podemos observar é que de novo os lugares sociais com maior representatividade nos títulos das notícias de ambos os jornais são a Igreja, o Governo e o Partido Popular. Por meio desses títulos percebemos uma visão da sociedade espanhola dividida em grupos perfeitamente definidos e independentes, dando a sensação de que nenhuma das vozes pode pertencer a dois grupos ao mesmo tempo, como por exemplo, a Igreja Católica, o PP, o Governo, os homossexuais etc.

Uma vez identificadas as vozes presentes nos títulos das notícias de nosso *corpus* e feito um levantamento dos lugares sociais neles representados, nosso seguinte passo foi conferir que vozes estavam presentes no corpo da notícia, bem como verificar a representatividade de cada lugar social. Para tanto, elaboramos uma tabela auxiliados pelo programa *Excell* em cuja coluna da esquerda colocamos os títulos das notícias e na linha superior as vozes presentes no corpo de cada uma delas. Isto permitiu-nos uma vez terminada a tabela verificar a incidência das diferentes vozes nas notícias.³⁶ Esta tabela resultou ser muito produtiva para nosso trabalho porque nos permitiu localizar muito facilmente todas as notícias nas quais aparecia uma determinada voz, além de organizar as vozes presentes nas notícias segundo a seguinte classificação: vozes de representantes da Igreja, do Governo, da Justiça, do Partido Popular, dos representantes dos homossexuais, dos representantes da Ciência (psicólogos) e do Foro Español de la Familia. Cabe destacar que nesta primeira aproximação, os homossexuais que não

³⁶ A tabela a que nos referimos ganhou uma proporção muito grande, motivo pelo qual decidimos não incluí-la no corpo de nossa dissertação.

representavam nenhuma associação de direitos dos *gays* (no sentido de não exercer nelas nenhum cargo ou função) foram também levados em conta no levantamento.

No Anexo III, incluímos a relação de representantes de cada um dos lugares que tiveram suas vozes trazidas para as notícias dos jornais. Cabe destacar que existe um grupo de vozes, conforme mostramos nas listas anexas, que são trazidas para as notícias de ambos os jornais, enquanto outro grupo só aparece em um deles. Acreditamos que isto tenha a ver com a autoridade que cada um dos jornais confere a cada um desses representantes. Embora todos eles sejam representantes de um determinado lugar social, a autoridade que cada jornal lhe confere deve ser diferente. No caso em que os dois jornais lhes concedem a mesma autoridade, são levados para as notícias dos dois jornais. No caso contrário, não.

O quadro comparativo a seguir permite verificar quantas vozes de cada lugar social foram trazidas para as notícias dos dois jornais.

Quadro 7: Quantidade de vozes de cada lugar social

Lugar social	El País	El Mundo
Igreja	45	21
Partido Popular	33	42
Governo	9	6
Justiça	18	6
Homossexuais	12	11
Ciência	7	3
Foro Español de la Familia	4	2

Chama a atenção nesse quadro a enorme quantidade de representantes da igreja, do Partido Popular e da Justiça que foram trazidos para as notícias publicadas no jornal El País se comparadas com as trazidas pelo jornal El Mundo. Antes de termos feito o levantamento das vozes, poderíamos pensar, baseados na orientação ideológica de cada um dos jornais, que o El Mundo privilegiaria as vozes de representantes de grupos sociais mais conservadores (Partido Popular, Igreja etc.) e que o jornal El País faria o mesmo com as vozes de representantes de grupos mais de esquerda (governo, por exemplo). Cabe lembrar que o número de notícias publicadas pelo jornal El País a respeito da lei de casamento homossexual é muito superior às publicadas pelo jornal El

Mundo, o que aponta um maior interesse desse jornal na divulgação de notícias sobre o tema.

Um outro aspecto que não devemos esquecer é que a respeito do grupo de representantes do governo só contabilizamos nas tabelas acima as vezes em que aparecem membros que efetivamente formam e integram o governo espanhol, deixando de fora, portanto, todas as vozes pertencentes ao PSOE (senadores, deputados etc.) que não fazem parte dele diretamente, caso contrário esse grupo formado pelas vozes do PSOE ocuparia a terceira posição quanto ao número de ocorrências ao lado do Partido Popular e da Igreja, equilibrando-se no diálogo com essas instituições.

O que o quadro acima confirma é que o enunciador-jornalista privilegia as vozes dos mesmos lugares sociais que aparecem nos títulos das notícias (Igreja, Partido Popular, Governo).

3.3. O discurso dos diferentes lugares sociais. Uma pequena Introdução.

Interessa-nos compreender os sentidos que ecoam sobre a homossexualidade e os homossexuais. A este respeito chamou nossa atenção a quantidade de ocasiões em que diferentes setores da sociedade como a Igreja, o Partido Popular, por exemplo, se referiam à sociedade quando falavam a respeito das conseqüências negativas que causaria a aprovação da lei do casamento homossexual. O governo espanhol à hora de defender a lei do casamento homossexual também remete à sociedade, mas neste caso a uma sociedade mais “justa”, mais “decente”, no sentido de uma sociedade que não humilha aos seus membros por meio da discriminação³⁷. A que sociedade se refere a Igreja e o Partido Popular? Por que o homossexual se situa ao mesmo tempo dentro e fora dessa sociedade, quem e por que o exclui e quem o coloca dentro?

Os homossexuais são banidos pelas posições de sujeito contrárias à aprovação da lei, através de seus discursos, da sociedade da razão, da moral, da convivência harmoniosa, da família formada para a sobrevivência biológica, dos bons costumes (fidelidade, exclusividade, abertura aos filhos...), da ordem social. Essa sociedade, que também tem como “célula básica” o matrimônio formado por homem e mulher, aparece nas notícias dos jornais analisados como uma entidade abstrata que paira acima de todos os interesses e à qual a Igreja, o PP, o governo, o Conselho General do Poder Judicial remetem-se constantemente. Parece haver, segundo a posição-sujeito de que se fale,

³⁷ El País, 30-jun-05: *El Congreso aprueba el matrimonio entre personas del mismo sexo.*

diferentes “sociedades”. A Igreja e o Partido Popular parecem falar em nome da sociedade da moral, de Deus, da religião. O governo espanhol diz falar em nome da sociedade para se referir à discriminação, à equiparação de direitos, assim como também o fazem os representantes dos homossexuais.

Vejamos alguns exemplos:

Quadro 8: Diferentes visões da sociedade.

Periódico	Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
elmundo.es	8-ene-05	El arzobispo de Pamplona vaticina una ‘epidemia de homosexualidad’	Sebastián (arzobispo de Pamplona)	Para Sebastián	Para Sebastián, equiparar el matrimonio a las relaciones entre personas del mismo sexo implica que éste ha dejado de ser una “unión permanente” entre un hombre y una mujer, un lugar para la “multiplicación” de la vida y la “célula básica de la sociedad”, así como que el sexo de una persona es una “realidad indeterminada que cada uno puede dirigir y orientar como le parezca mejor”.
	21-abr-05	El Congreso aprueba el matrimonio entre personas del mismo sexo	La Conferencia Episcopal Española	Ha insistido en que	La Conferencia Episcopal Española ha insistido en que la reforma aprobada supone “introducir un peligroso factor de disolución de la institución matrimonial, y, con ella, del justo orden social”.
El País	2 out-04/12	E regidor pide a su partido que “estudie” la adopción por homosexuales	Gallardón (alcalde de Madrid - PP)	pidió	Gallardón pidió más audacia. “El PP no puede quedar al margen de una realidad que la propia sociedad española acepta y valora, y sé que tendrá la capacidad de debate suficiente para estudiar fenómenos nuevos pero de indudable actualidad, como la adopción de menores, de acuerdo siempre con el máximo interés de éstos”.

12-oct-04	Botella se muestra en contra de que los gays adopten, para “proteger” a los menores	Ana Botella (concejal PP de Empleo y Servicios al Ciudadano, ayuntamiento Madrid)	Manifestó Sostuvo que Dijo Añadió que argumentó	Botella manifestó su “total respeto hacia los homosexuales” y sostuvo que “este país, y esta ciudad es absolutamente tolerante”. “Quien diga lo contrario miente. Yo no encuentro que exista discriminación ni en el mundo laboral ni en la vida social”, dijo, pero añadió que “no se puede tratar de manera igual lo que es diferente”. “Un hombre y una mujer es una cosa, dos hombres es otra cosa y dos mujeres es otra cosa, como supongo que un trío también será otra cosa”, argumentó.
1-oct-04	El Consejo de Ministros aprobará hoy la ampliación del matrimonio a las parejas homosexuales	Zapatero (presidente del Gobierno)	Defendió Argumentando que	Zapatero defendió el jueves la nueva regulación, argumentando que hay que erradicar la discriminación que sufre este colectivo que tiene las mismas obligaciones que el resto de los ciudadanos , y por el contrario, se le niegan algunos derechos.
30-jun-05	El Congreso aprueba los matrimonios entre personas del mismo sexo	Zapatero El presidente (Zapatero)	Ha destacado que Ha añadido que	José Luíz Rodríguez Zapatero ha destacado que con esta ley se da “estricto cumplimiento de un compromiso electoral” para construir “un país más decente porque una sociedad decente es la que no humilla a sus miembros”. El presidente ha añadido que la victoria de la reivindicación homosexual “nos hace mejores a todos”.

O matrimônio é uma outra realidade que parece ter várias faces. Enquanto para a Igreja é a “célula básica de la sociedad”³⁸ e evoca-se a tradição judaico-cristã para mantê-la como sendo uma instituição exclusivamente heterossexual, os representantes dos homossexuais e o governo oferecem a visão desta instituição como um salvo-conduto para que os primeiros possam ter acesso a uma realidade da qual até agora tinham sido banidos: adoção conjunta, herança, pensão de viuvez, autorização para intervenção cirúrgica, etc.

38

El Mundo, 11-dic-2004: *Los obispos lanzan una campaña en contra del matrimonio gay.*

O que temos aqui é um exemplo de como dependendo da formação discursiva na que se situe quem enuncia, são construídas visões diferentes de uma mesma realidade.

A Igreja e o Partido Popular partem do modelo heterossexual tido como padrão em relação à sexualidade, à conduta, à convivência e o homossexual, nessa perspectiva, é apresentado sempre como uma ameaça. Impõe-se a verdade de um heteroerotismo obrigatório, como algo que sempre esteve aí³⁹ e, como consequência, cria-se também um anti-homoerotismo necessário (SOARES, 2006).

Segundo KATZ, referenciado por Soares (2006), as categorias sexuais atuais eram desconhecidas pelos gregos, por exemplo, e suas origens são recentes, bem como sua história é cheia de conceitos variáveis e contestados:

A influência de Foucault está clara no amplamente lido “Sexual Matters: On Conceptualizing Sexuality in History”(1979), de Robert A. Padgug, que avisou: As categorias sexuais que são tão óbvias para nós, as que dividem a humanidade em heterossexuais e homossexuais, não parecem ter sido conhecidas pelos antigos gregos. Esse autor nos preveniu de que precisamos evitar projetar as nossas categorias atuais sobre as sociedades passadas, que organizavam as pessoas e a sexualidade seguindo linhas muito diferentes. (KATZ, apud SOARES, 2006).

Ainda segundo o autor, o discurso histórico sobre a heterossexualidade é uma invenção moderna. O termo heterossexualidade, que pretendia descrever um sexo-amor mais velho que Matusalém, é de origem bastante recente e tem uma história de definições variáveis e contestadas. (KATZ, apud SOARES, 2006)

Nas notícias coletadas há uma referência à necessidade de atenção muito especial à família por parte das vozes pertencentes aos diferentes lugares sociais. Quase todos eles, se não todos, falam em nome da família. Uns, a Igreja, o Partido Popular, afirmam ser ela um bem que temos de preservar e outros, como o governo, os representantes dos homossexuais, almejam-na como uma realidade a que se têm direito. Tanto o PP quanto a Igreja ou o Foro Español de la Familia evocam constantemente a concepção ocidental de família, caracterizada por três elementos que definem a moral cristã quanto à sexualidade: a monogamia, a procriação e a desqualificação de prazer (Foucault, 2004). Nós acrescentamos a estas características a da heterossexualidade.

³⁹ Como indica Spencer, referenciado por Soares (2006), as relações homossexuais, enquanto mais uma forma de expressão da sexualidade, estavam presentes nas sociedades pré-históricas e eram fundamentais em rituais de passagem masculina. Na China, na Índia da antiguidade, na Grécia antiga, no Império romano, no Império Islâmico, na Renascença os estudos antropológicos testemunham a presença desta forma de relação entre iguais.

De modo geral, quando se quer caracterizar a moral cristã quanto à sexualidade, e se quer opô-la à moral pagã, à moral grega ou romana, se propõe as seguintes características: em primeiro lugar, o cristianismo teria imposto às sociedades antigas a regra da monogamia; em segundo, o cristianismo teria atribuído como função exclusiva, como única função da sexualidade, a reprodução – somente fazer amor com a finalidade de ter filhos. Finalmente, em terceiro lugar – eu teria podido, aliás, começar por aqui -, há uma desqualificação geral do prazer sexual. O prazer é um mal – mal que precisa ser evitado e ao qual, conseqüentemente, é preciso atribuir a menor importância possível. Atribuir ao prazer sexual apenas a menor parcela possível de importância, apenas utilizar-se desse prazer, de qualquer forma a despeito dele mesmo, para fazer filhos, e não fazer esses filhos, ou seja, apenas praticar as relações sexuais e encontrar nelas o prazer no casamento, no casamento legítimo e monogâmico. Essas três características definiriam o cristianismo (FOUCAULT, 2004, p.63-64)

Do ponto de vista das posições de sujeito contrárias à aprovação da lei a relação homossexual parece não ter outra função que a do prazer sexual, já que não está orientada aos filhos, além do já-dito da promiscuidade relacionada com este coletivo Fica, portanto, inviabilizado qualquer vínculo com a moral proposta.

A Igreja parece deslocar as conseqüências dos “atos de sodomia”⁴⁰ à aprovação da lei do casamento homossexual. Se antes eram os atos sodomíticos os causantes das grandes calamidades, agora a causa destas é aprovação da lei e a abertura do casamento aos homossexuais.

3.4. As instituições representadas

A seguir, apresentaremos o discurso dos lugares sociais com maior presença nas notícias dos jornais que compõem nosso corpus de pesquisa. Cabe salientar neste ponto que para realizarmos esta tarefa subdividimos o total das notícias coletadas em grupos, em função das vozes presentes no corpo das mesmas. Desse modo, tínhamos o grupo de notícias em que estava presente o lugar social Igreja, o grupo de notícias do lugar social Governo espanhol etc. Esta tarefa facilitou nosso trabalho porque permitiu-nos trabalhar por separado o discurso de cada um dos lugares sociais. Nosso objetivo é identificar referências aos homossexuais, à homossexualidade, bem como à lei de casamento homossexual. Faremos um levantamento dos temas a respeito dos quais se posiciona cada um dos representantes e de como o faz. Para localizar as notícias nas que aparecem

⁴⁰ Segundo VAINFAS, referenciado por Soares (2006) a sodomia foi elevada ao cume dos pecados da luxúria, máximo vício contra a natureza em diversos estatutos sinodais dos séculos XIII e XIV, alternando com a bestialidade.

essas vozes, utilizamos as tabela criada em fase anterior de nosso trabalho, já mencionada. Assim, pois, procedemos a agrupar as vozes nas seguintes setores: Igreja, Governo, Partido Popular, Justiça, Homossexuais, Foro Español de la Família e Ciência. Procuramos a seguir todas as notícias nas quais estavam presentes cada uma das vozes e criamos uma tabela para cada grupo dos mencionados com as notícias nas que aparece algum representante de cada lugar social.

3.4.1. A Igreja

Visando a analisar o discurso dos representantes ligados à Igreja, identificamos em nosso *corpus* notícias nas quais essas vozes se inscreviam. Foram recortados os fragmentos atribuídos a esses representantes, levando em conta que nosso objetivo era identificar imagens de homossexuais, da homossexualidade, assim como referências à lei que estava sendo discutida. No jornal El Mundo, coletamos 28 notícias e no El País 92. Cabe lembrar que as vozes dos representantes da Igreja, como já dissemos inúmeras vezes, são recorrentes nos dois jornais ao longo de todo o período analisado (outubro 2004 até junho 2005). No entanto, no caso do jornal El Mundo sua presença é maior a partir do mês de março de 2005, conforme nos mostra o quadro a seguir:

Quadro 9: Presença do lugar social Igreja nas notícias do elmundo.es

El Mundo								
2004			2005					
Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
2	1	2	2	1	1	6	7	6

Vemos no quadro que os meses de abril (6 notícias), maio (7) e junho (6) acumulam um número maior de notícias do que as publicadas nos meses anteriores. Lembremos que o 21 de abril o projeto de lei foi aprovado no Congresso e a partir desse momento passou a ser discutido no Senado, onde o principal partido da oposição, o Partido Popular, de direita, tem maioria. Parece-nos muito significativo o fato de que se concentre nesse período uma elevada presença de vozes ligadas à Igreja tendo em vista a presença desta instituição na Espanha. É nesse momento que a lei está sendo discutida no Senado, com maioria da direita e que a disputa por “verdades” se acirra.

O jornal El País apresenta uma distribuição mais simétrica quanto ao número de notícias publicadas por mês, mas destaca-se o mês de junho como o mês com maior número de incidências:

Quadro 10: Presença do lugar social Igreja nas notícias do El País

El País								
2004			2005					
Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
12	11	9	9	3	4	8	12	24

Um outro aspecto que chama a atenção a respeito das vozes ligadas à Igreja (católica, como veremos mais adiante) que são incluídas na notícia, além da quantidade, é que muitos dos estamentos da Igreja estão representados nas notícias. O enunciador-jornalista ao referir-se à lei do casamento homossexual, dá voz a bispos, arcebispos, ao Papa, a cardeais, a padres etc. Todo aqueles que pertencem à Igreja têm algo a dizer a respeito da lei, dos homossexuais etc.

Nas notícias analisadas, os membros ligados à Igreja vão se posicionar a respeito de variados assuntos tais como o anteprojeto de lei, a adoção de crianças por homossexuais, a orientação homossexual, a importância do matrimônio formado por homem e mulher e até mesmo o custo econômico da reforma (aspecto este abordado também pelo PP) etc. E nessas notícias os membros ligados à Igreja argumentam sobre os tópicos mencionados recorrendo para tal a diferentes discursos. É interessante observar como as vozes de membros da Igreja se apóiam em diferentes discursos na defesa de sua visão do matrimônio, da homossexualidade, da adoção etc., além do discurso religioso. Esses discursos são do campo da antropologia, da psicologia, da biologia, da filosofia e, em menor medida, da religião. A este respeito, cabe observar que só se recorre ao discurso religioso em duas ocasiões no jornal El Mundo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 11: Ocorrências no elmundo.es de discurso religioso no discurso da Igreja

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento	Assunto
6-out-2004	<i>La Iglesia católica exige a Bono que sea coherente con su fé:</i>	El prelado (Gea Escolano)	Recordando que	(recordando que) San Pablo, por su parte, aseguró que en el Reino de Dios no entrarían "impuros", "idólatras", "adúlteros", "afeminados", "homosexuales", "ladrones", "avaros", "ultrajadores" ni "rapaces".	Declaraciones del ministro de Defensa, José Bono.

22-mai-05	<i>Benedicto XVI pide que la Iglesia sea 'comprendida' en España y se respete la 'libertad de conciencia'</i>	El mensaje	Reitera que	en el seno de la familia se desarrolla "la vocación de vida humana y cristiana" y donde "se comparten los gozos y expectativas en un clima de comprensión y ayuda recíproca" ⁴¹	Mensaje del Papa Benedicto XVI, leído por el Nuncio en Zaragoza.
		No se especifica	añade	Por eso, añade, el ser humano, "que nace, crece y se forma en la familia" es capaz de "emprender sin incertidumbre el camino del bien sin dejarse desorientar por modas o ideologías alienantes de la persona humana"	

Por sua vez, no jornal El País, o discurso religioso aparece na notícia publicada em 15 de novembro de 2004 e intitulada *Los obispos harán campaña también contra el aborto y las uniones gays*:

Quadro 12: Ocorrências no El País de discurso religioso no discurso da Igreja

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento	Assunto
15-nov-2004	<i>Los obispos harán campaña también contra el aborto y las uniones gays</i>	El cardenal de Madrid y presidente de la Conferencia Episcopal Española	lanzar un reto apocalíptico a sus fieles y contra los infieles	"Si, llegará el día ardiente como un horno, en el que los malvados y perversos serán la paja, en el que no quedará de ellos ni rastro; pero, en cambio, a los que honran el nombre de Dios los iluminará un sol de justicia que lleva la salud en las alas".	Movilizaciones de la Conferencia Episcopal contra la ampliación de los supuesto del aborto legal y contra los matrimonios de homosexuales

Ou seja, os membros ligados à Igreja para se posicionar a respeito dos homossexuais e de seu estilo de vida, para criticar o anteprojeto que o governo espanhol pretende aprovar ou para negar o direito dos homossexuais ao matrimônio recorrem na maioria das vezes a outros discursos que não o discurso religioso. Os discursos da antropologia, da psicologia, da biologia e da filosofia são trazidos a campo pelos membros da Igreja para defender a instituição do matrimônio como sendo formada por homem e mulher, para falar das conseqüências negativas que implicaria abrir essa instituição para pessoas do mesmo sexo (poligamia, epidemia de homossexualidade, destruição da família e da sociedade, etc), para falar a respeito da adoção de crianças

⁴¹

Em negrito no original.

por homossexuais, para criticar a conduta homossexual, para pedir aos servidores públicos que aleguem o direito à “objeción de conciencia”⁴² para não casar homossexuais, para justificar seu apoio à manifestação convocada para o 18 de junho (doravante 18-J) pelo Foro Espanhol da Família etc. Já o discurso religioso, como vimos nos parágrafos selecionados acima, é muito pouco recorrente por parte da Igreja.

Este discurso da religião é utilizado, como podemos ver nos exemplos acima, pelos representantes da Igreja para aconselhar aos fiéis e também sob a forma de ameaça, quer dizer, quando a Igreja quer mostrar as punições que sofrerão aqueles que não seguirem seus preceitos. Estas punições incluem a não entrada no reino de Deus e até mesmo o aniquilamento total por meio do fogo justiceiro (discurso constituinte católico, MAINGUENEAU, 2006).

A Igreja ao falar das conseqüências, todas elas negativas, da aprovação do casamento homossexual e da conseqüente equiparação de direitos dos homossexuais, recorre à crença de que a desobediência aos preceitos cristãos tem as suas conseqüências.

Como nos diz Foucault (2004):

No cristianismo mérito absoluto é precisamente ser obediente. A obediência deve conduzir ao estado de obediência. Manter-se obediente é a condição fundamental de todas as outras virtudes. Ser obediente em relação a quem? Obedecer ao pastor. Estamos aqui em um sistema de obediência generalizada, e a famosa humildade cristã é apenas a forma, de qualquer modo interiorizada, dessa obediência. Sou humilde: isso significa que aceitei as ordens de qualquer um, a partir do momento em que elas me forem dadas e que eu puder reconhecer nessa vontade do outro – eu, que sou o último dos homens – a própria vontade de Deus. (FOUCAULT, 2004, p. 69)

No caso concreto das notícias de nosso *corpus* o fato de não estar em acordo com os mandamentos e dogmas cristãos trará a destruição da família, da sociedade, prejuízos demográficos (PP), danos para as crianças, etc. Trata-se de uma penalização por meio do poder divino apresentada em forma de destruições como as de Sodoma e Gomorra, segundo nos mostra o Antigo Testamento⁴³. As conseqüências negativas não nos afetarão só nossa vida neste mundo, mas também na do além.

⁴² O dicionário da Real Academia Española define assim a “objeción de conciencia”: 1. Negativa a realizar actos o servicios invocando motivos éticos o religiosos, especialmente en el servicio militar.

⁴³ Segundo relatam os capítulos 18 e 19 do Gênesis, as cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas por Yahvé. O clero impulsou a crença de que a razão do castigo era a prática da homossexualidade. No entanto, o versículo não descreve nenhuma relação homossexual, mas um estupro.

A seguir, apresentaremos fragmentos de notícias nos quais podemos observar os discursos constituintes nos quais se apóiam os membros ligados à Igreja para falar a respeito desses diferentes temas. É importante destacar que em 7 das 23 notícias analisadas do jornal El Mundo, as vozes ligadas à Igreja recorrem a vários discursos constituintes na sua argumentação, como nos mostra o quadro a seguir:

Quadro 13: Discursos constituintes no discurso da Igreja

Data da notícia	Título	Discurso constituinte
11-DIC-04	Los obispos lanzan una campaña en contra del matrimonio gay	Antropologia, psicología e biología
26-DIC-04	La Iglesia mantiene que los gays 'no tienen derecho' a casarse y tacha de 'reprobable' su inclinación sexual	Filosofía e Biología
8- ENE- 05	El arzobispo de Pamplona vaticina una 'epidemia de homosexualidad'	Antropologia, psicología e biología
27-ENE-05	Rouco asegura que la Iglesia española no está 'bajo asedio' aunque haya 'algunos problemas'	Antropologia e psicología
3-MAY-05/2	El Vaticano considera que la adopción de niños parejas homosexuales es 'una tragedia'	Psicología e Filosofía
6-MAY-05	La Conferencia Episcopal exige a los católicos españoles una oposición 'clara e incisiva' al matrimonio gay	Antropologia e psicología
10-JUN-05	La Conferencia Episcopal apoya la manifestación del 18-j en Madrid contra el matrimonio homosexual	Antropologia e Biología

Na tentativa de exemplificar o conteúdo de quadro anterior, oferecemos a seguir os fragmentos referentes às três primeiras notícias das quais falamos nas seguintes tabelas⁴⁴:

⁴⁴

Os fragmentos das restantes notícias podem ser vistas no Anexo IV.

Quadro 14: Fragmentos de discursos constituintes no discurso da Igreja

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
11-dic-04	Los obispos lanzan una campaña en contra del matrimonio gay	el secretario general de la Conferencia Episcopal, Juan Antonio Martínez Camino	Ha manifestado	"Quien pretenda obnubilar esa distinción entre el matrimonio y otras formas de convivencia, y desgraciadamente se pretende obnubilar una distinción que es evidente para todo el que tenga ojos para ver, causa un grave daño a la razón y a la convivencia de los seres humanos", ha manifestado el secretario general de la Conferencia Episcopal, Juan Antonio Martínez Camino, al presentar la jornada.
		la Conferencia Episcopal	según la Conferencia Episcopal	Para ello han diseñado un díptico con el lema " Hombre y mujer los creó ", una frase del Génesis que, según la Conferencia Episcopal, pone de relieve "la base antropológica fundamental" del matrimonio porque "todo matrimonio adecuado a la razón y a la naturaleza del ser humano tiene esa característica fundamental" que garantiza "la supervivencia biológica, espiritual y moral de la Humanidad". ⁴⁵
		folleto	se señala que	En el folleto que servirá de base para la celebración del 26 de diciembre, fecha en la que desde hace cuatro años se celebra la jornada "Familia y Vida", se señala que "a través del padre y de la madre el niño adquiere su identidad personal y sexual como hombre o mujer".
26-dic-04	La Iglesia mantiene que los gays no tienen derecho a casarse y tacha de reprochable su inclinación sexual	Los obispos	Afirman que	los obispos afirman que " el comportamiento homosexual es siempre de por sí éticamente reprochable " y reitera que "a dos personas del mismo sexo no les asiste ningún derecho a mantener matrimonio entre ellas".

45

Em negrito no original.

		La Iglesia	Explica que	Explica, no obstante, que los homosexuales "tienen los mismos derechos que las demás personas" y subraya que "la inclinación homosexual, aunque no sea en sí misma pecaminosa, debe ser considerada como objetivamente desordenada, ya que es una tendencia, más o menos fuerte, hacia un comportamiento intrínsecamente malo desde el punto de vista moral ".
		No se especifica	Se asegura que	Sobre la adopción por parejas del mismo sexo se asegura que es "rechazable" porque no constituye un "referente adecuado", ya que la "figura del padre y de la madre es fundamental para la neta identificación sexual de la persona".
8-ene-05	El arzobispo de Pamplona vaticina una 'epidemia de homosexualidad'	Sebastián (arzobispo de Pamplona)	Para (Sebastián)	Para Sebastián, equiparar el matrimonio a las relaciones entre personas del mismo sexo implica que éste ha dejado de ser una "unión permanente" entre un hombre y una mujer, un lugar para la "multiplicación" de la vida y la "célula básica de nuestra sociedad", así como que el sexo de una persona es una "realidad indeterminada que cada uno puede dirigir y orientar como le parezca mejor".
		El arzobispo de Pamplona, obispo de Tudela y secretario de la Conferencia Episcopal, Fernando Sebastián	Ha asegurado que A su juicio	El arzobispo de Pamplona, obispo de Tudela y secretario de la Conferencia Episcopal, Fernando Sebastián, ha asegurado que es posible que dentro de poco se declare "una verdadera epidemia de homosexualidad, fuente de problemas psicológicos y de frustraciones dolorosas". A su juicio, "los homosexuales, si quieren, con ayudas bien dirigidas, pueden cambiar su situación" .
		El arzobispo de Pamplona, obispo de Tudela y secretario de la Conferencia Episcopal, Fernando Sebastián	Sostiene que	Sostiene que es necesario decir esto "con claridad" porque "si nos callamos y dejamos que se vaya normalizando eso de que da lo mismo ser homo que hetero es posible que nos encontremos dentro de poco con una verdadera epidemia de homosexualidad, fuente de problemas psicológicos y de frustraciones dolorosas ".

	El arzobispo de Pamplona, obispo de Tudela y secretario de la Conferencia Episcopal, Fernando Sebastián	Afirma que	Prescindiendo de consideraciones teológicas o religiosas, afirma que el cuerpo sexuado, masculino o femenino, no es pura genitalidad, sino que necesita desarrollar sentimientos y tendencias afectivas "congruentes" con la propia biología.
	El arzobispo de Pamplona, obispo de Tudela y secretario de la Conferencia Episcopal, Fernando Sebastián	Asegura que	Así, asegura que las tendencias propias del sexo contrario "se quiera o no" responden a "una personal mal configurada, psicológicamente mal resuelta". "Por eso, lo 'homo' no es igual que lo 'hetero', diga lo que se diga ", resuelve el arzobispo en la última de sus 'Cartas desde la fe'.
	El arzobispo		

Cabe lembrar que os comentários apresentados referem-se às notícias em que analisamos as vozes ligadas à Igreja. Desse modo, talvez não seria arriscado demais pensar que outras vozes ligadas ao governo, à direita, aos homossexuais, etc., possam também recorrer nas mesmas notícias aos mesmos ou até a outros discursos constituintes. Parece, portanto, uma característica própria dos discursos constituintes não aparecerem isolados, mas sim com outros discursos constituintes.

Os representantes da Igreja recorrem ao **discurso da antropologia** baseando-se em que “la problemática de los matrimonios homosexuales hay que discutirla desde el punto de vista antropológico”⁴⁶, em que “las razones que avalan estas proposiciones son de orden antropológico, social y jurídico”⁴⁷ ou alegando que

“estamos actualmente en un debate centrado en cuestiones antropológicas, las que hacen referencia a la vida humana, la dignidad de la vida humana y la existencia como persona desde la condición sexuada. Pero no estamos en un debate entre cuestiones religiosas y políticas”⁴⁸.

Para tanto, lançam mão deste discurso quando condenam o matrimônio homossexual, para se referir à lei e à denominação mais adequada para este tipo de união, na defesa do matrimônio formado por homem e mulher frente ao formado por pessoas do mesmo sexo, para falar das conseqüências da aprovação do código civil que permite a união legal de homossexuais e do próprio matrimônio entre gays.

⁴⁶ El País, 27-ene-05: *Rouco dice que la Iglesia española no está “bajo asedio” aunque existen “algunos problemas”*.

⁴⁷ El País, 2-oct-04: *Los obispos dicen que el Estado no puede legislar sobre “un derecho inexistente”*.

⁴⁸ El País, 15-dic-04: *Un obispo afirma que la educación sexual en las aulas se reduce a “exaltar la homosexualidad”*.

O **discurso da psicologia** entra em cena para defender as relações heterossexuais frente às homossexuais, o matrimônio formado por homem e mulher, para falar dos perigos que poderia trazer consigo a adoção de crianças por casais homossexuais, para afirmar que os homossexuais podem deixar de sê-lo com ajuda ou para falar dos homossexuais como pessoas “mal configuradas”. É importante chamar a atenção sobre este último aspecto porque a Igreja continua associando homossexualidade à doença. Para os representantes da Igreja, ignorando por completo a situação atual da ciência, os homossexuais são pessoas doentes que com a ajuda adequada podem deixar de sê-lo e, assim, sair dessa situação de anormalidade, de desvio para entrar na normalidade que definiria a heterossexualidade e a moral cristã. A Igreja ataca, também, a adoção por homossexuais, porque segundo seus representantes, “*si los gays adoptan niños en un 80% de las probabilidades éstos también lo serán*”⁴⁹. Vemos, portanto, que em ocasiões a Igreja recorre a estatísticas que dão suporte a “verdades”, mas sem indicar a fonte. Este argumento é também defendido por parte dos psicólogos convocados a expor no Senado suas opiniões sobre a adoção por homossexuais.

O **discurso da filosofia** aparece nas vozes ligadas à Igreja para falar do comportamento homossexual como algo “eticamente reprobable”⁵⁰, “intrínsecamente malo desde el punto de vista moral”⁵¹, na tentativa do governo de aprovar a lei de casamento homossexual que supõe um retorno ao “positivismo y relativismo y a la separación total entre la dimensión moral y la jurídica”⁵². Está presente na crítica à adoção de crianças por casais homossexuais, já que isto faz com que as crianças sofram “uma violência moral”⁵³. Finalmente, nos argumentos que descrevem a lei como “injusta y contraria a la razón”⁵⁴.

O **discurso da biologia** entra em cena na defesa do matrimônio heterossexual, já que garante a “supervivencia biológica”⁵⁵ e é apresentado como o mais adequado à

⁴⁹ El País, 19-oct-04: *El prelado de Ávila sostiene que solo en “golpes de Estado” hubo tantos cambios.*

⁵⁰ El Mundo, 26-dic-04: *La Iglesia mantiene que los gays ‘no tienen derecho’ a casarse y tacha de ‘reprobable’ su inclinación sexual.*

⁵¹ Idem.

⁵² El Mundo, 27-ene-05: *Rouco asegura que la Iglesia española no está ‘bajo asedio’ aunque haya ‘algunos problemas’.*

⁵³ El Mundo, 2-may-05: *El Vaticano considera que la adopción de niños por parejas homosexuales es ‘una tragedia’.*

⁵⁴ El Mundo, 10-jun-05: *La Conferencia Episcopal apoya la manifestación del 18-J en Madrid contra los matrimonios homosexuales.*

⁵⁵ El Mundo, 11-dic-04: *Los obispos lanzan una campaña en contra del matrimonio gay.*

razão e “a la naturaleza”⁵⁶. Também é requisitado ao afirmar que o corpo sexuado não é “pura genitalidad”, mas necessita desenvolver sentimentos e tendências afetivas “congruentes con la propia biología”⁵⁷.

Será que a Igreja não acredita nos argumentos que lhe oferece o discurso religioso à hora de se referir aos temas acima mencionados? A razão seria a consciência do descrédito pelo qual esta instituição passa nos dias atuais, devido à sua oposição a temas como o uso do preservativo, por exemplo? A Igreja lança mão de outros discursos que, sim, teriam crédito na sociedade: a psicologia, a antropologia, a biologia e até mesmo a filosofia e cria uma situação interessante, já que se apresenta no nosso *corpus* como a instituição que merece maior número de ocorrências de vozes nas notícias. Se o descrédito de que falamos é real, por que o enunciador-jornalista dá tanta representatividade em sua notícia às vozes ligadas à Igreja?

Pensemos na conjuntura histórica em que acontece a publicação das notícias que compõem nosso *corpus*. O partido socialista no governo propõe a aprovação da lei do matrimônio homossexual num momento no qual o principal partido da oposição ainda se recompõe do trauma que supôs a perda das eleições de 14-M⁵⁸ e tenta lutar contra a imagem negativa do partido gerada pela atuação do governo de José María Aznar com ocasião dos atentados do 11-M, do desastre ecológico que provocou o afundamento do petroleiro Prestige nas costas galegas etc. Nesse panorama parece razoável que o setor chamado a exercer a oposição mais forte à aprovação do projeto do governo socialista fosse a Igreja católica, religião majoritária na Espanha tradicionalmente.

É importante lembrar que, a pesar de que praticamente só foram trazidas para as notícias vozes pertencentes à Igreja Católica, na Espanha existem outras religiões embora minoritárias respeito a esta: a igreja evangélica, a ortodoxa, entre outras.

A respeito da religião, a Constituição Espanhola define, no seu artículo 16.3 que a Espanha é um país aconfessional, embora se mencione a Igreja Católica, tradicionalmente majoritária neste país⁵⁹.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ As últimas eleições na Espanha produziram-se no dia 14 de março de 2004, três dias após os atentados em Madri.

⁵⁹ http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/constitucion.tl.html. (Acesso em 29 de outubro de 2006)

Artículo 16.

3. Ninguna confesión tendrá carácter estatal. Los poderes públicos tendrán en cuenta las creencias religiosas de la sociedad española y mantendrán las consiguientes relaciones de cooperación con la Iglesia Católica y las demás confesiones.

A presença constante do setor eclesiástico católico em questões como a lei do casamento homossexual justifica-se pela presença dessa instituição na lei, e a presença na lei está ancorada na força que essa instituição tem na sociedade espanhola. A divulgação do anteprojeto de lei provocou que diferentes forças entrassem em embate. Nesse embate a força da Igreja revela-se como muito forte em relação às outras. De fato, as vozes da Igreja aparecem nos dois jornais objeto de análise como as que em mais ocasiões são levadas para a notícia pelo enunciador-jornalista.

3.4.2.- O Governo

Visando dar continuidade a nosso objetivo de analisar o discurso dos representantes dos diferentes lugares sociais presentes nas notícias do nosso *corpus*, passamos a comentar as vozes de representantes do governo espanhol. Percebemos que nem todos os membros do governo têm voz nas notícias, mas apenas uma pequena parte. Assim, as vozes dos representantes do governo espanhol presentes nas notícias no jornal El Mundo são: a do presidente do governo, José Luis Rodríguez Zapatero; a da vice-presidente e porta-voz do governo, Maria Teresa Fernández de la Vega; a do ministro da Justiça, Juan Fernando López Aguilar; a do ministro da Defesa, José Bono; e a de José Caldera, ministro de Trabalho e Assuntos Sociais⁶⁰. Acreditamos que seja muito significativo o fato de o ministro da Justiça espanhol possuir muito mais espaço do que o ministro de Assuntos Sociais, especialmente porque a lei que estava sendo discutida relaciona-se com direitos civis. Talvez o fato de que uma das primeiras polêmicas a respeito da lei tenha sido a da constitucionalidade do anteprojeto explique o protagonismo ao ministro da Justiça em detrimento do de Assuntos Sociais. Em várias ocasiões as vozes dos representantes do governo aparecem identificadas simplesmente como: “el Consejo de Estado”, “el gobierno”, “el partido socialista obrero español”, “fuentes del ministerio de asuntos sociales” ou “el PSOE y otras formaciones políticas”.

Ao longo das notícias coletadas e analisadas, os representantes do governo se posicionam a respeito de variados assuntos, tais como: o anteprojeto de lei, a

⁶⁰ No jornal El País, além dos citados, o enunciador-jornalista traz também para as notícias as vozes de José Blanco, secretario de Organização e Coordenação do PSOE, Elena Salgado, ministra de Saúde e J. Montilla, ministros de Justiça.

constitucionalidade ou não desta iniciativa governamental (vários setores apontam a inconstitucionalidade do anteprojeto, dentre eles, o CGPJ e o PP), a adoção de crianças por homossexuais, a possibilidade de aderir ao direito de “objeción de conciencia” etc. Cabe destacar neste ponto que o governo espanhol para defender a aprovação do anteprojeto de lei recorre a dois discursos: o jurídico e o da ciência. O primeiro se faz presente ao incluírem-se artículos da Constituição européia e da Constituição espanhola, que pregam que ninguém pode ser discriminado por razão (dentre outros motivos) de sua orientação sexual, e estabelecem a obrigação por parte dos poderes públicos de eliminar as barreiras de desigualdade e discriminação. A Constituição espanhola no seu Artigo 9 do Título Preliminar diz⁶¹:

Artículo 9.

1. Los ciudadanos y los poderes públicos están sujetos a la Constitución y al resto del ordenamiento jurídico.
2. Corresponde a los poderes públicos **promover las condiciones para que la libertad y la igualdad del individuo y de los grupos en que se integra sean reales y efectivas; remover los obstáculos que impidan o dificulten su plenitud** y facilitar la participación de todos los ciudadanos en la vida política, económica, cultural y social.
3. La Constitución garantiza **el principio de legalidad**, la jerarquía normativa, la publicidad de las normas, la irretroactividad de las disposiciones sancionadoras no favorables o restrictivas de derechos individuales, la seguridad jurídica, la responsabilidad y la interdicción de la arbitrariedad de los poderes públicos. (Grifos nossos)

Por sua vez, o artigo 10 afirma:

Artículo 10.

1. La dignidad de la persona, los derechos inviolables que le son inherentes, el libre desarrollo de la personalidad, el respeto a la Ley y a los derechos de los demás son fundamento del orden político y de la paz social.
2. Las normas relativas a los derechos fundamentales y a las libertades que la Constitución reconoce se interpretarán de conformidad con la Declaración Universal de Derechos Humanos y los Tratados y acuerdos internacionales sobre las mismas materias ratificados por España.

⁶¹ http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/constitucion.tl.html. (Acesso em 29 de outubro de 2006)

Por sua vez, a Constituição Européia afirma o seguinte no Título 3 da parte II, correspondente à Igualdade⁶²:

ARTÍCULO II-80

Igualdad ante la ley

Todas las personas son **iguales ante la ley**.

ARTÍCULO II-81

No discriminación

1. Se prohíbe toda discriminación, y en particular la ejercida **por razón de sexo**, raza, color, orígenes étnicos o sociales, características genéticas, lengua, religión o convicciones, opiniones políticas o de cualquier otro tipo, pertenencia a una minoría nacional, patrimonio, nacimiento, discapacidad, edad u orientación sexual.

2. Se prohíbe toda discriminación por razón de nacionalidad en el ámbito de aplicación de la Constitución y sin perjuicio de sus disposiciones particulares. (Grifos nossos)

A respeito da igualdade a Constituição Espanhola diz no seu artículo 14 do Capítulo Segundo (Derechos y Libertades)

Artículo 14.

Los españoles son iguales ante la Ley, sin que pueda prevalecer discriminación alguna por razón de nacimiento, raza, sexo, religión, opinión o cualquier otra condición o circunstancia personal o social.

Os membros pertencentes ao governo recorrem a esses artigos inúmeras vezes para justificar sua intenção de equiparar os direitos dos homossexuais. Conforme mostram os fragmentos a seguir⁶³:

⁶²

<http://www.constitucioneuropa.es/servlet/noxmlba9d.pdf?id=mae20031218Contenido%20M22771366611106759826975-EXTRACTO.pdf&mime=application/pdf> (Acesso em 29 de outubro de 2006)

⁶³ No anexo IV, os restantes fragmentos coletados.

Quadro 15: A Constituição Espanhola no discurso do governo espanhol

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
06-oct-2005	López Aguilar no pide al CGOJ su opinión sobre las bodas gays 'porque no es un órgano consultivo'	Juan Fernando López Aguilar, ministro de Justicia	Según	Según explicó, sólo puede declararse inconstitucional “aquello que contradice de manera frontal” sus preceptos y precisamente el reconocimiento del matrimonio a las personas del mismo sexo “cumple un mandato constitucional general, el de hacer que los poderes públicos remuevan barreras de desigualdad para que la libertad e igualdad sean cada vez más reales y efectivas”, concluyó.
17-mar-05	El congreso rechaza las enmiendas a la totalidad de PP y Unió al proyecto del matrimonio homosexual	El ministro de Justicia, Juan Fernando López Aguilar	Consideró que	Estas formaciones apostaron por regular las uniones homosexuales a través de fórmulas de parejas de hecho y sin permitirles la adopción , pero la mayoría apoyó la tesis defendida por el ministro de Justicia, Juan Fernando López Aguilar, quien consideró que permitir el matrimonio entre personas del mismo sexo es cumplir el mandato constitucional de <u>remover las barreras de desigualdad y discriminación</u> .
		Julio Villarrubia, portavoz socialista	Señaló que	En la misma línea de argumentación del ministro, señaló que la iniciativa responde al artículo 9.2 de la Constitución , que obliga a los poderes públicos a eliminar los obstáculos que impidan el ejercicio real de la igualdad.
17-mar-05	López Aguilar asegura que la ley del matrimonio homosexual obedece a un mandato constitucional	El ministro de Justicia, Juan Fernando López Aguilar	Ha afirmado que defendió	MADRID.- El ministro de Justicia, Juan Fernando López Aguilar, ha afirmado que el proyecto de ley que legaliza los matrimonios del mismo sexo obedece al mandato constitucional español y europeo de remover las barreras de desigualdad y discriminación , y defendió el derecho de estas parejas a la adopción.

		López Aguilar	Agregó Argumentó que	El proyecto de modificación del Código Civil es “muy escueto” sin embargo tiene una “enorme potencia simbólica política y social”, agregó López Aguilar, quien argumentó que con este cambio se “ensancha la libertad y se remueven las barreras de desigualdad”.
		López Aguilar	Tras recordar que Explicó que	Tras recordar que sólo Bélgica, Holanda, cinco provincias de Canadá y el estado de Massachussets (EEUU) permiten el matrimonio homosexual, explicó que al mandato de la Carta Magna española se une el de la Constitución europea, donde también se consagra el derecho a la igualdad y “de una forma más explícita se prohíbe toda discriminación por razón de orientación sexual”.
		López Aguilar	dijo	“Sin lugar a dudas – dijo – este mandato se abrirá paso en toda la Unión Europea. Es la hora en que, acogíendose a la invitación que nos señala la Constitución española y europea, España de un paso y lo haga además entre las primeras sociedades democráticas”.
		El titular de Justicia	Indicó rechazó	Prohibir la posibilidad de la adopción a este colectivo sería “inconstitucional”, indicó el titular de Justicia, quien rechazó la orientación sexual como factor para evaluar la idoneidad del sujeto en este cometido.
		López Aguilar	De acuerdo con	De acuerdo con López Aguilar, “se trata de una extensión de la libertad y de una consagración de la igualdad y de remoción de una barrera de desigualdad”, con lo que se cumple con el mandato de la Constitución a que los poderes públicos eliminen los obstáculos que lo pudieran impedir.

O governo também se apropria do discurso da ciência para defender a adoção de crianças por homossexuais, consequência imediata da equiparação de direitos, uma vez aprovada a lei de casamento homossexual. Assim, o governo, baseando-se em “mais de

50 estudos”⁶⁴ defende que as crianças que são educadas por um casal homossexual não apresentam diferenças com relação aos que crescem em famílias heterossexuais. O interessante neste ponto é que os representantes da Igreja também utilizam o discurso da ciência, mas neste caso o fazem para defender justamente o contrário, para se opor à adoção de crianças por homossexuais já que, segundo eles, isso seria prejudicial a elas. Assim, um mesmo discurso, o da ciência, é utilizado para se posicionar tanto a favor quanto contra a adoção.

Quadro 16: O discurso da Ciência no discurso do governo espanhol

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
1-oct-04	El Consejo de Ministros aprobará hoy la ampliación del matrimônio a las parejas homosexuales	El jefe del Ejecutivo (José Luis Rodríguez Zapatero)	Agregó que Recalcando que	Agregó que hay estudios (uno de ellos del Ruiz Gallardón) que demuestran que la evolución educativa y formativa de los niños es similar se trate de homosexuales o de heterossexuales, recalcando que “lo importante es que el niño adoptado viva en una buena familia que le dé condiciones para su desarrollo, y eso no lo determina la orientación sexual”.
1-oct.-04	El Gobierno aprueba el derecho al matrimonio de los homosexuales	La vicepresidenta primera del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega	ha manifestado (en la rueda de prensa posterior a la reunión) que	La vicepresidenta primera del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega, ha manifestado en la rueda de prensa posterior a la reunión que “mas de 50 estudios” coinciden en que los niños que crecen en casas con padres homosexuales no ofrecen diferencias respecto a los que lo hacen en familias heterossexuales. Además, subrayó que “ya hay miles de niños que viven con padres homosexuales”.

⁶⁴

El Mundo, 1-oct-04: *El Gobierno aprueba el derecho al matrimonio de los homosexuales.*

		Los estudios la también portavoz del Gobierno	No observan dijo	Tras referirse a los estudios que no observan diferencias respecto a los niños, la también portavoz del Gobierno dijo: “No hay pruebas de que los padres homosexuales eduquen peor a sus hijos; en la adopción debe primar el bienestar del niño con independencia de la orientación sexual de los padres”.
17-mar-05	El Congreso rechaza las enmiendas	El portavoz socialista, Julio Villarrubia Varios informes	Señaló que Defendió Descartan que	El portavoz socialista, Julio Villarrubia, señaló que la finalidad de este proyecto es luchar por la plena igualdad jurídica de las personas y defendió la adopción por parte de las parejas del mismo sexo tras esgrimir varios informes que descartan alteraciones en el desarrollo de la personalidad del niño.

3.4.3- O Partido Popular (PP)

Antes de começarmos a falar a respeito dos temas abordados pelos representantes do Partido Popular (PP), principal partido de oposição ao governo, cabe destacar o elevado número de vozes pertencentes a este lugar social presentes nas notícias dos dois jornais foco de análise. Assim, as notícias de nosso *corpus* contemplam desde a voz do presidente do partido até do prefeito de diversos municípios, passando pelo ex-presidente do governo, deputados, senadores, secretários, etc.

O Partido Popular em seu discurso apela freqüentemente à Tradição para defender o modelo de matrimônio constituído por um homem e uma mulher. Este partido opõe-se à adoção por homossexuais, baseando-se no interesse superior da criança, referido na Declaração de Direitos da Criança (1959) e argumentando que a adoção é prejudicial para as crianças, já que estas precisam da referência masculina e feminina durante sua criação. Assim, a lei é caracterizada na voz de seus representantes como uma “involución en las costumbres”⁶⁵ e um “ataque a los valores tradicionales”⁶⁶. Essas vozes enumeram as conseqüências negativas que produzirá a aprovação da lei e o

⁶⁵ El Mundo, 28-ene-05: *Un diario publica una entrevista en la que Botella dice que por contentar a los gays Zapatero traiciona al país.*

⁶⁶ Idem.

matrimônio de casais homossexuais. Dentre essas conseqüências, os representantes do PP citam: “la quiebra social”⁶⁷, o agravamento da crise demográfica⁶⁸ etc. A lei que pretende equiparar os direitos dos homossexuais recebe uma série de qualificações tais como innecesaria, precipitada, “errônea”⁶⁹, “disparatada”⁷⁰, “no es seria, ni razonable, ni constitucional”⁷¹, “genera conflictos”⁷², bem como a atitude do governo socialista ao propor a aprovação da lei: “un empeño, un desafío y una provocación”⁷³, “en contra del sentido común, de la democracia”⁷⁴, uma “irresponsabilidad”⁷⁵, “Zapatero ha traicionado al país por complacer a un lobby poderoso”⁷⁶. Os representantes do Partido Popular também defendem a possibilidade de que os servidores públicos encarregados de celebrar os casamentos de homossexuais se acolham ao direito de “objeción de conciencia” e justificam sua oposição à aprovação da lei baseando-se em critérios constitucionais, bem como no ditame do Consejo de Estado e do Consejo General del Poder Judicial (CGPJ). Chama a atenção neste ponto que do mesmo jeito que aconteceu no caso da utilização do discurso da ciência por parte dos representantes do governo e da Igreja (no primeiro caso para posicionar-se a favor da adoção de crianças por homossexuais e no segundo para se opor a ela), também aqui nos deparamos com que um mesmo discurso, no caso o discurso da Constituição espanhola, é utilizado pelo Partido Popular para se opor à aprovação da lei, enquanto que os representantes do governo lançam mão dele para defender tal aprovação. Existem, portanto, vários lugares discursivos que se utilizam dos mesmos discursos (da Ciência, da Constituição) em busca de um mesmo objetivo. Isto produz um efeito de homogeneidade, já que embora exista um embate entre várias forças, estas podem se agrupar em formações discursivas em função desses discursos utilizados para se posicionar a respeito da lei do casamento homossexual.

⁶⁷ El Mundo, 30-dic-05/2: *Acebes: ‘A lo mejor no entra en vigor porque el TC dice que es inconstitucional’.*

⁶⁸ El Mundo, 3-may-05: *Fraga asegura que el matrimonio gay ayudará a que España, pronto sea el país más envejecido del mundo.*

⁶⁹ El Mundo, 27-abr-05: *Los alcaldes de PP, ante la celebración de las bodas gays.*

⁷⁰ El Mundo, 30-dic-05/2.

⁷¹ Idem.

⁷² El Mundo, 27-abr-05: *Discrepancias entre los alcaldes del Partido Popular por la celebración de los matrimonios homosexuales.*

⁷³ El Mundo, 14-jun-05: *Rajoy mantiene la incógnita sobre su presencia en la manifestación contra los matrimonios gays.*

⁷⁴ El Mundo, 16-jun-05: *Acebes responde a Zapatero sobre la manifestación del sábado: ‘No haremos lo del PSOE el 13-M’.*

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ El Mundo, 28-ene-05/2

Um fato que chama a atenção ao analisarmos o discurso dos representantes do PP é que, ao contrário do que acontecia, por exemplo, no setor da Igreja que apresenta uma grande homogeneidade no seu discurso, entre as vozes do Partido Popular podemos escutar algumas vozes discordantes do discurso oficial desse partido, pelo menos no que diz respeito a alguns temas. É o caso, por exemplo, do prefeito de Vitória, Alfonso Alonso, que chamou de “miserables”⁷⁷ às pessoas que se manifestaram contra os matrimônios homossexuais no 18-J em Madri. Outro exemplo é o de Célia Villalobos, que votou a favor do anteprojeto de lei e, portanto, contra a política do partido, motivo pelo qual recebeu uma sanção econômica.

Um outro aspecto que julgamos relevante é que nas notícias do jornal El Mundo analisadas, pudemos observar que as vozes do PP se apropriam do dizer de outros lugares sociais em várias ocasiões para defender suas teses respeito a diferentes assuntos. Em um primeiro momento, tomam para si o dizer do Consejo do Estado, que não concorda com a denominação de “matrimônio” para as uniões homossexuais, e também o do Consejo General do Poder Judicial a respeito da suposta inconstitucionalidade do projeto de lei defendido pelo governo espanhol. Num segundo momento, os representantes do Partido Popular se apropriam do chamado da Igreja a exercer o direito de “objeción de conciencia” por parte do servidores públicos encarregados de celebrar os casamentos entre homossexuais. Nesse segundo caso, cabe lembrar que a Igreja toma para si o discurso da Constituição espanhola e da Constituição européia. Esta última no seu artículo II-70 da Parte 2 sobre as Libertades afirma o seguinte:

ARTÍCULO II-70

Libertad de pensamiento, de conciencia y de religión

1. Toda persona tiene derecho a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión. Este derecho implica la libertad de cambiar de religión o de convicciones, así como la libertad de manifestar su religión o sus convicciones individual o colectivamente, en público o en privado, a través del culto, la enseñanza, las prácticas y la observancia de los ritos.

2. Se reconoce el derecho a la objeción de conciencia de acuerdo con las leyes nacionales que regulen su ejercicio.

⁷⁷ El Mundo, 21-jun-05: Ana Pastor dice que no comparte la opinión del experto que consideró la homosexualidad una ‘patología’.

Já a Constituição Espanhola diz no artículo 30 da Seção Segunda (De los derechos y deberes de los ciudadanos) dentro do Capítulo Segundo (Derechos y Libertades):

Artículo 30.

1. Los españoles tienen el derecho y el deber de defender a España.
2. La Ley fijará las obligaciones militares de los españoles y regulará, con las debidas garantías, **la objeción de conciencia**, así como las demás causas de exención del servicio militar obligatorio, pudiendo imponer, en su caso, una prestación social sustitutoria.
3. Podrá establecerse un servicio civil para el cumplimiento de fines de interés general.
4. Mediante Ley podrán regularse los deberes de los ciudadanos en los casos de grave riesgo, catástrofe o calamidad pública.

Mais adiante, no artículo 52 do Capítulo Quarto (De las garantías de las libertades y derechos fundamentales) afirma o seguinte:

Artículo 53.

1. Los derechos y libertades reconocidos en el [Capítulo II del presente Título](#) vinculan a todos los poderes públicos. Sólo por [Ley](#), que en todo caso deberá respetar su contenido esencial, podrá regularse el ejercicio de tales derechos y libertades que se tutelarán de acuerdo con lo previsto en el [artículo 161,1 a](#)).
2. Cualquier ciudadano podrá recabar la tutela de las libertades y derechos reconocidos en el [artículo 14 y la Sección primera del Capítulo II](#) ante los Tribunales ordinarios por un procedimiento basado en los principios de preferencia y sumariedad y, en su caso, a través del recurso de amparo ante el Tribunal Constitucional. Este último recurso será aplicable a **la objeción de conciencia** reconocida en el [artículo 30](#).
3. El reconocimiento, el respeto y la protección de los principios reconocidos en el [Capítulo III](#), informará la legislación positiva, la práctica judicial y la actuación de los poderes públicos. Sólo podrán ser alegados ante la Jurisdicción ordinaria de acuerdo con lo que dispongan las Leyes que los desarrollen.

O artículo 14, citado no parágrafo anterior diz:

Artículo 14.

Los españoles son iguales ante la Ley, **sin que pueda prevalecer discriminación alguna por razón de** nacimiento, raza, **sexo**, religión, opinión o cualquier otra condición o circunstancia personal o social. (Grifos nossos)

Os homossexuais, por sua vez, se apóiam no discurso do Governo que, por sua vez, recorre ao discurso da Constituição Espanhola, para defenderem a legalidade da lei e a própria iniciativa do governo espanhol. Temos aqui pontos de vista semelhantes entre o Governo e os gays que se apóiam num mesmo discurso nos mesmos dizeres, mas resta pensar se esses mesmos dizeres que partem de lugares de sentido diferentes significam da mesma forma, já que sabemos que dependendo do lugar de onde se enuncia o sentido de um mesmo enunciado muda.

3.4.4.- A “Ciência”

As vozes ligadas à ciência são citadas nas notícias de nosso *corpus* a partir do momento em que a lei passa a ser discutida no Senado, ou seja, uma vez aprovada no Congresso dos Deputados. É nesse momento quando o Partido Popular, com maioria na Câmara, propõe que sejam chamados especialistas para falarem à Comissão de Justiça sobre os pros e os contras da adoção de crianças por casais homossexuais. A finalidade é que cada um exponha seu ponto de vista em relação ao projeto de lei que modifica o Código Civil e a Ley de Enjuiciamiento Civil em matéria de direito a contrair matrimônio e, em particular, sobre os efeitos que tem no desenvolvimento dos menores a convivência com casais homossexuais. Assim sendo, os diferentes partidos se fazem representar no Senado pelos seus candidatos. O Partido Popular sugere Aquilino Polaino, Catedrático de Psicopatologia da Universidade Complutense de Madri. A Izquierda Unida (IU) indica Angel Bao, psicólogo e técnico de “acogimiento” familiar e José Maria Gonzalo Casal, advogado e responsável por Berdindu. Maria del Mar González Rodríguez, professora de Psicologia Evolutiva da Universidade de Sevilha é proposta pelo Grupo Parlamentario Entesa Catalana de Progrés. Convergència e Unió (CIU) sugere Nuria Gispert Catalã, advogada e “exconsejera” de Justiça da Generalitat de Catalunha. Coalición Canária indica Fernando Chacón Fuentes, decano do Colégio de Psicólogos de Madri. Patricia Martínez Peroni e Mónica Fontana Abad, do departamento de Psicologia da Universidade San Pablo-CEU, são propostas pelo Grupo Popular. José Luis Iglesias, catedrático de Psicologia Evolutiva da Universidade Autônoma de Madri, informou aos senadores a pedido da Entesa Catalana de Progrés e a pedido do Grupo Parlamentario Socialista José Luis Pedreira Massa, doutor em Medicina especializado em paidopsiquiatria. As intervenções foram fechadas com a exposição, a pedido do Grupo Parlamentario Socialista, de Javier Pérez Royo, catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Sevilla.

Chama a atenção que nem todos os candidatos propostos pelos diversos partidos políticos, têm suas vozes incluídas nas notícias dos jornais, somente uma pequena parte. Assim, nas notícias do jornal El Mundo nos deparamos com a voz de Aquilino Polaino, Fernando Chacón e María del Mar González Rodríguez . No jornal El País quem fala é Aquilino Polaino, María del Mar González Rodríguez, Patricia Martínez Peroni, José María Gonzalo, Nuria Gispert e Enrique Rojas. Os demais, embora tenham feito seus depoimentos para os membros do Senado, não têm espaço nas notícias coletadas.

As vozes dos representantes da Ciência aparecem em nosso *corpus* num total de 6 notícias no jornal El Mundo e 10 no El País, sendo que a maioria foi publicada a partir do 20 de junho de 2006, data em que o catedrático de Psicopatologia proposto pelo Partido Popular, Aquilino Polaino, expõe suas “certezas” teóricas no Senado. Precisamente esse depoimento provocou vários outros vindos de diversos setores sociais (o Governo, psicólogos, membros do Partido Popular, os homossexuais etc.), criticando ou apoiando as teorias de Aquilino Polaino a respeito da homossexualidade e da adoção por homossexuais.

É interessante também sublinhar que as vozes dos diferentes lugares sociais remetem em suas falas a informes ou estudos psicológicos para defender suas teorias a respeito da adoção de crianças por homossexuais. Isto se verifica em notícias dos dois jornais. Como exemplo, temos o caso do jornal El Mundo nas seguintes notícias: *El Congreso aprueba el matrimonio entre personas del mismo sexo*, publicada em 21 de abril de 2005 e na intitulada *Asociaciones de homosexuales piden al Colegio de Psicólogos que expulse al experto citado por el PP*, publicada em 21 de junho do mesmo ano.

Quadro 17: Diferentes lugares sociais remetem a estudos e informes para justificar suas posições.

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
21-abr-05	El Congreso aprueba el matrimonio entre personas del mismo sexo	Varios informes	Acreditan que	Ayer, la Federación Estatal de Gays, Lesbianas y Transexuales envió al Congreso varios informes - entre ellos, uno de la Asociación Americana de Psicología y otro de la Academia Americana de Pediatría- que acreditan que la adopción de menores por parte de parejas homosexuales no perjudica a los pequeños.
21-jun-05	Asociaciones de homosexuales piden al Colegio de Psicólogos que expulse al experto citado por el PP	estudios	Se señala que	Al margen de la intervención de Polaino y de la otra experta citada por el PP, Patricia Martínez, de la Universidad San Pablo CEU, todos los especialistas que comparecieron en el Senado presentaron estudios en los que se señala que no hay evidencia empírica de que los niños criados por homosexuales presenten diferencias con respecto a los de parejas heterosexuales.

O que podemos observar a partir da leitura dos fragmentos em que aparece alguma voz relacionada à Ciência é que os posicionamentos das vozes a respeito da homossexualidade e da adoção por homossexuais são totalmente contrários. Assim, num dos extremos da polêmica, há a voz de Aquilino Polaino, quem argumenta para fundamentar sua oposição à adoção por homossexuais, que as crianças criadas por casais formados por pessoas do mesmo sexo tendem a ser homossexuais quando adultos, quer dizer, que existiria uma causalidade entre ser criado por homossexuais e ser homossexual, já que, segundo ele, “los modelos de exposición social a los que esté expuesto el niño o la niña a lo largo de su desarrollo psicoemotivo van a determinar en algunos y a condicionar en todos los casos el desarrollo emocional de la persona”⁷⁸. O catedrático de Psicopatología afirma ainda que o que configura a identidade pessoal da criança é o modelo de família a que esteja exposto, modelo que segundo ele deve ser o

78

El Mundo, 20-jun-05: *El Congreso aprueba el matrimonio entre personas del mismo sexo.*

formado por um homem e uma mulher. A respeito dos homossexuais, Polaino afirma, referindo-se ao perfil psicopatológico destes que foram educados por pais “hostis, alcoólatras, distantes”⁷⁹ e por mães “sobre protetoras” sobretudo, com os filhos homens”. Tanto Polaino quanto outros especialistas chamados ao Senado insistem em relacionar homossexualidade e doença.

Contra esses depoimentos se posicionam outros especialistas, bem como alguns membros de outros setores como o Partido Popular (alguns membros deste partido afirmam não compartilhar o ponto de vista do psicólogo), todos os membros do governo, os representantes dos homossexuais etc. Dentro do próprio campo da Ciência, inúmeras vozes de profissionais relutam em aceitar que determinados “modelos de família” (pais ausentes e mães superprotetoras, por exemplo) constituam uma espécie de “receita” que influencie a orientação sexual dos filhos. Segundo notícia publicada no jornal El País, com data de 2 de outubro de 2004, intitulada “*Un desarrollo sano para los niños*”, um relatório elaborado em 2002, pelo Colégio Oficial de Psicólogos de Madri e pela Universidade de Sevilha, após analisar 28 famílias homoparentais, concluiu que as únicas diferenças apreciáveis nos filhos criados por casais homossexuais são uma visão mais ampla sobre os gêneros e uma maior flexibilidade quanto à orientação sexual. O relatório conclui também que não há prevalência da homossexualidade entre os filhos dos homossexuais, os quais dispõem da estabilidade e variedade requeridas para propiciar um desenvolvimento sadio e harmônico.

Como já observamos quando analisamos o discurso de representantes da Igreja, ratifica-se nas notícias do nosso *corpus* a associação homossexualidade e doença. Mas neste caso este posicionamento é mantido por membros que falam como cientistas, o que é muito mais interessante. A Ciência tem avançado muito e, concretamente, tem feito isto em relação à homossexualidade, no entanto, há ainda vozes que insistem em manter essa relação da homossexualidade como doença, desvio ou anormalidade. Existe, portanto, uma repetição dos já-ditos sobre a homossexualidade nas notícias de nosso *corpus*.

Como exemplo dessa visão sobre a homossexualidade como doença basta lembrar o caso no Rio de Janeiro do deputado e pastor evangélico Edino Fonseca, quem em 2003 apresentou um projeto de lei que previa a criação de um programa, financiado com verbas públicas, de apoio à recuperação de homossexuais. Cabe ressaltar que

⁷⁹ El Mundo, 20-jun-05: *Un experto invitado por el PP al Senado dice que los gays son hijos de padres ‘hostiles’ y ‘alcohólicos’*.

embora tenha sido derrubado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, por 30 votos a seis, a proposta chegou a ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Um outro caso é o do psicólogo americano Floyd Godfrey – que se diz ex-gay – que “trata” os homossexuais em sua clínica no Arizona desde 2000.

A homossexualidade foi rejeitada como doença mental pela Associação Americana de Psiquiatria em 1973 e foi retirada da lista de doenças em 1992 pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Na atualidade, segundo Epstein (2006) mais que uma opção⁸⁰ entre hetero e homossexualidade, especialistas defendem a existência de um “continuum” de orientações possíveis determinadas por vários fatores tanto genéticos quanto ambientais. O autor acrescenta que, do ponto de vista científico, não há evidência de que abusos sofridos durante a infância ou o fato de ter pais ausentes ou uma mãe muito contraladora e superprotetora, argumentos defendidos por alguns psicólogos, sejam desencadeantes da homossexualidade. Segundo o autor, não é possível afirmar que a família produziu neles a tendência de se interessar por pessoas do mesmo sexo.

Algumas pesquisas sugerem que a genética tem função na constituição da sexualidade. Se os genes contribuem para que as pessoas se localizem, estatisticamente, numa das extremidades do *continuum* da orientação sexual, são muito baixas as possibilidades de um hetero eventualmente se interessar por alguém do mesmo sexo (ou vice-versa, no caso dos homossexuais). Mas se um indivíduo se situar em algum lugar entre esses dois extremos, o ambiente pode vir a ser uma influência determinante, sobretudo quando a pessoa é jovem. Pelo fato de a sociedade privilegiar relacionamentos entre homens e mulheres, na maioria dos casos o deslocamento se dará em direção à heterossexualidade. (EPSTEIN, 2006)

Já pensou ser discriminado por exibir alguma característica determinada biologicamente como a cor dos olhos, ainda que você se sinta bem com isso e não consiga imaginá-los de outra cor? Imagine também se dezenas de teóricos e grupos militantes escrevessem livros inteiros explicando como, por influência dos pais, para agradar aos amigos ou por causa das más companhias, você “escolheu” tê-los assim. Além de tentarem convencê-lo disso, exigem que você mude a cor deles. Soa angustiante? Ao que tudo indica, isso é o que vem acontecendo com boa parte de nós – não em relação à cor dos olhos, claro, mas quanto à preferência sexual. (HOUZEL, 2006)

⁸⁰ Os termos “opção” sexual e “preferência sexual”, usados rotineiramente, parecem-nos tendenciosos, pois sugerem que a orientação sexual é uma questão exclusivamente de escolha consciente, o que não é assim. Portanto, neste trabalho privilegiaremos o termo “orientação sexual”.

Segundo Houzel (2006), a única razão que explica a heterossexualidade como preferência normal da nossa espécie é o simples fato de ela ser encontrada na maioria da população. Para esta autora a preferência sexual é determinada biologicamente e ainda no útero. Para infelicidade de muitos religiosos, políticos e psicoterapeutas, não há nenhuma evidência de que fatores sociais influenciem a preferência sexual. Há uma coisa em comum nos que preferem se relacionar com homens (mulheres hetero e homens homo), que é diferente naqueles que se sentem atraídos por mulheres (homens hetero e mulheres homo): a maneira como o cérebro de um e outro reage aos feromônios, substâncias usadas por inúmeras espécies com a finalidade última de reproduzir-se (HOUZEL, 2006). Desde os anos 80, ainda segundo a autora, um número cada vez maior de estudos mostram que a preferência sexual está associada a diferenças no hipotálamo. Pesquisas recentes revelam que o hipotálamo do homo e do heterossexual do mesmo sexo têm características diversas. O que faz com que o hipotálamo responda diferentemente aos feromônios masculino e feminino parece ser uma combinação de herança genética com fatores hormonais durante a gestação.

Concordamos com a autora quando afirma:

Se o 100% da população tem preferência sexual inata e biologicamente determinada, somos todos iguais nesse quesito – mesmo que o cérebro da maioria responda a feromônios do sexo oposto. Tentar mudá-la é como insistir que uma pessoa troque a cor da pele, torne-se menos alta ou mude a cor dos olhos. É inútil, inviável e injusto. (HOUZEL, 2006, p. 51)

Seria bom, portanto, que aqueles que pretendem que os homossexuais deixem de sê-lo se somassem a essa forma de entender a homossexualidade, forma esta amparada pela ciência. Sem dúvida, numa sociedade que se diz moderna ou decente, segundo palavras do presidente do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, no sentido de não humilhar os seus membros, temos de acabar com teorias mais próprias do passado que do século XXI.

Foucault afirma na sua *História da sexualidade* (1984) que a verdade sobre o sexo é produzida fundamentalmente por meio de dois procedimentos: a *ars erótica* e a *scientia sexualis*. No primeiro caso, as questões relativas ao sexo são vistas como arte: a verdade é extraída do próprio prazer e o erotismo é encarado como prática e experiência. É o que acontece em países como China, Japão, Índia e Grécia antiga. Já a moderna *scientia sexualis* se apóia nos conceitos de normalidade e doença, ligados a procedimentos que exercem seu poder sobre os comportamentos humanos. Pelo menos

à primeira vista a sociedade ocidental não possui a *ars erótica*. É porque médicos, psiquiatras, pedagogos e sexólogos passaram a considerar os antigos prazeres como crimes ou doenças, aberrações, atentados ao pudor e à moral pública que começaram as tentativas de cura e de medicalização do sexo, produzindo no seio da comunidade homossexual graves e confusos sentimentos de culpa, de vergonha e rejeição de si relacionados ao desejo. Esta situação começou a mudar nos anos 60 no Ocidente provocando uma revolução sexual. A visibilidade gay, lésbica, bissexual e transexual ampliou-se; no fim do século XX surgiram em vários países reivindicações de homens e mulheres pelo direito de viver livremente outra forma de sexualidade que não a heterossexual-reprodutiva; o “consumo sexual” hoje corresponde às exigências do mercado (bares, saunas GLS, turismo gay, festivais de cinema etc.); a parada GLBT, realizada em muitas cidades, tem mais participantes a cada ano e leis que regulam a união de pessoas do mesmo sexo já são realidade em muitos países.

Tem havido, portanto, importantes mudanças a respeito da questão sexual e concretamente a respeito da homossexualidade, mas continuam o preconceito e as teorias obsoletas a respeito do tema, talvez porque nossa sociedade permaneça regida pela moral cristã fundamentada nos preceitos ditados pela Igreja Católica, que vêem qualquer prática sexual não orientada à procriação em termos de desvio, de perversão e de doença.

Isto é facilmente comprovável no nosso corpus de pesquisa, já que determinadas posições de sujeito continuam reproduzindo nos seus dizeres já-ditos a respeito da homossexualidade. A divulgação da aprovação do projeto de lei provocou um embate de formações discursivas diferentes, mas o sentido produzindo desse embate de forças, continua reproduzindo os já-ditos a respeito dos homossexuais, embora exista a brecha que representa o discurso do governo espanhol e dos representantes dos homossexuais. Acreditamos que a repetição dos já-ditos contribua para o efeito da homogeneidade constatado em outros lugares desta pesquisa.

3.4.5.- O Foro Español de la Familia

No jornal El Mundo dos representantes do Foro Español de la Familia têm suas vozes levadas para as notícias a partir do dia 21 de abril de 2005. Antes desta data não encontramos nenhuma ocorrência relacionada com eles. O jornal El País publica antes dessa data unicamente três notícias. É, portanto, uma data significativa, já que é nesse

dia 21 de abril de 2005 que o projeto de lei foi aprovado no Congresso dos Deputados, passando a ser discutido e votado no Senado, onde a maioria estava em mãos dos conservadores (Partido Popular). Mais uma vez, as vozes de representantes que se posicionam contra a lei de casamento homossexual são trazidas em massa para as notícias neste período tão importante no percurso percorrido pela lei desde a aprovação do anteprojeto em outubro de 2004 até a aprovação definitiva em junho de 2005. Os dois jornais publicaram a maior parte das notícias com vozes dos representantes do Foro Español de la Familia no mês de junho, mês no qual a organização ganha protagonismo pelo fato de convocar junto a outras organizações “familiares” como HazteOir, por exemplo, uma manifestação pública em Madri contra os matrimônios homossexuais. A manifestação foi apoiada pela Conferência Episcopal Española e pelo Partido Popular, bem como por centenas, segundo os próprios organizadores, de outras organizações familiares.

Ao fazer o levantamento das vozes relacionadas ao Foro Español de la Familia no jornal El Mundo, chamou nossa atenção que das ocorrências registradas, na metade delas o enunciador jornalista não atribui a fala a uma pessoa física e sim ao próprio Foro. Temos, portanto, um número significativo de ocorrências, a metade do total, de uma não-pessoa, de uma instituição que fala em nome de outra, a instituição familiar. Além do Foro, quem fala nas notícias são Benigno Blanco e Ángel Trascasa, vicepresidentes do Foro. O resto das ocorrências são atribuídas pelo enunciador-jornalista a “fuentes del Foro Español de la Familia” e ao “manifesto do Foro Español de la Familia”. Todas essas ocorrências foram recolhidas num total de 18 notícias no jornal El Mundo e em 21 notícias nos jornal El País.

As vozes ligadas ao Foro Español de la Familia, que se auto-apresenta como uma organização familiar “aconfesional” e “apolítica”⁸¹, falam dos perigos derivados da adoção de crianças por parte de casais homossexuais, advertindo da incidência da homossexualidade em crianças que crescem com casais homossexuais; criticam as iniciativas do governo, entre as que se inclui a reforma do Código Civil para permitir o matrimônio entre homossexuais. Estas iniciativas do governo (lei do casamento homossexual, ampliação da lei do divórcio, legalização da pesquisa com embriões humanos, reforma da lei de educação etc.) atentam, segundo o Foro Español de la

⁸¹ El Mundo, 10-jun-05: *La Conferencia Episcopal apoya la manifestación del 18-J en Madrid contra el matrimonio homosexual*; El Mundo, 16-jun-05: *Los organizadores de la marcha contra los matrimonios gays estiman que irán más de 500.000 personas*.

Familia “contra los fundamentos de la familia”⁸². Os representantes do Foro falam também de novas medidas a serem tomadas caso não sejam recebidos pelo presidente do governo, José Luis Rodríguez Zapatero, antes da data de aprovação definitiva da lei; e fazem comentários a respeito de etapas que vai percorrendo a lei. O maior número de ocorrências nas quais podemos ouvir a voz de um representante do Foro são aquelas nas quais se fala a respeito da manifestação convocada por esta organização familiar contra os matrimônios gays, no dia 18 de junho de 2005, em Madri. Algumas das denominações utilizadas pelo enunciador-jornalista para referir-se a esta convocação, cujo lema foi “*La familia sí importa. Por el derecho a una madre y a un padre. Por la libertad*”; são: *marcha contra los matrimonios gays / contra la ley de matrimonios homosexuales / contra la ley para permitir el matrimonio entre homosexuales* fonte. Na tentativa de anular a iniciativa do governo, o Foro Español de la Familia apresenta 500.000 sinaturas em “defensa del matrimonio hetero y la infancia”⁸³, solicita ao governo que retire o projeto de lei, pede aos partidos contrários à reforma um recurso de inconstitucionalidade e requisita ao governo que este faça um referendun para saber a opinião dos espanhóis a respeito da proposta governamental.

O (suposto) direito da criança a ter um pai e uma mãe, quer dizer, a ser educado no seio de uma família heteroparental, além de fazer parte do lema da manifestação organizada pelo Foro Español de la Familia, está presente também nos dizeres dos membros dessa organização ao longo das notícias que conformam nosso corpus. Estes exigem do governo que regule a adoção de crianças de modo a garantir à criança o (suposto) direito de ser educado por um casal heterossexual e descrevem a reforma do Código Civil pretendida pelo governo como um atentado contra esse mesmo direito. Em outra ocasião, os membros do Foro vaticinam que as crianças vão ficar desprotegidas caso seja aprovada a citada lei e pedem que o governo faça um referendun para conhecer a opinião dos espanhóis a respeito.

Como já vimos quando nos referimos aos dizeres dos representantes da Igreja e do Partido Popular, mais uma vez se invocam os direitos da criança, no caso o (suposto) de ter de serem educados por casais heterossexuais, como argumento para se opor à lei que pretender aprovar o governo espanhol. Além da família, da sociedade como um todo, são as crianças, portanto, o alvo principal do sofrimento causado pela ruptura dos preceitos morais cristãos que supõe abrir o casamento aos homossexuais.

⁸² EL Mundo, 18-jun-05: *Pancartas, música y confeti contra los matrimonios entre homosexuales.*

⁸³ El País, 21-abr-05: *500.000 firmas para frenar la iniciativa.*

Os direitos das crianças que vigoram na Espanha estão recolhidos na Constituição Espanhola (1978), na Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 e na Convenção dos Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, mediante resolução 44/25, de 1989 e ratificada pela Espanha em 6 de dezembro de 1990⁸⁴.

A Constituição Espanhola declara em seus artigos 12 e 39:

"Los españoles son mayores de edad a los dieciocho años."

"1. Los poderes públicos aseguran la protección social, económica y jurídica de la familia.

2. Los poderes públicos aseguran asimismo, la protección integral de los hijos, iguales éstos ante la ley con independencia de su filiación, y de las madres, cualquiera que sea su estado civil. La ley posibilitará la investigación de la paternidad.

3. Los padres deben prestar asistencia de todo orden a los hijos habidos dentro o fuera del matrimonio, durante su minoría de edad y en los demás casos en los que legalmente proceda.

4. Los niños gozarán de la protección prevista en los acuerdos internacionales que velan por sus derechos."

Como podemos observar, dos quatro itens que compreendem o artigo 39 da Constituição Espanhola deduzem-se quatro questões relevantes para a proteção da família, tantas vezes invocada pelos representantes do Foro, da Conferencia Episcopal e mesmo do Partido Popular: a) a proteção da família em sentido geral, b) a proteção dos filhos e as mães, c) os deveres de assistência dos pais com os filhos e d) a proteção da infância de conformidade com os acordos internacionais. Mas em nenhum deles se menciona o suposto direito da criança a ser educada por um casal heterossexual.

A Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989, trata o tema da adoção de crianças nos artigos 3, 20 e 21 da Parte I do Preâmbulo⁸⁵, mas nada fala a respeito do direito da criança a ter pais heterossexuais.

A Declaração dos Direitos da Criança⁸⁶, aprovada em 1959 pelas Nações Unidas também nada especifica a respeito de adoção e quando se refere ao tema da educação da criança declara no seu Princípio 6:

⁸⁴ Esta informação foi extraída do site: http://209.85.135.104/search?q=cache:A2_0AuPJ3cJ.www.mae.es/ga/MenuPpal/Asuntos/Derechos%2BHumanos/+Consituci%C3%B3n+espa%C3%B1ola+522derechos+del+ni%C3%B1o%22&hl=pt-BR&gl+br&ct=clnk&cd=5&lr=lang_es Derechos de los niños. Segundo este *site*, além da Convenção citada, existem vários Protocolos Facultativos relativos à participação de crianças em conflitos armados (2002), ratificado pela Espanha em 2002; e à venda de crianças, à prostituição infantil e à utilização de crianças em pornografia (2002), ratificado em 2001.

⁸⁵ http://www.unhcr.ch/spanish/html/menu3/b/k2crc_sp.htm

El niño, para el pleno y armonioso desarrollo de su personalidad, necesita amor y comprensión. Siempre que sea posible, deberá crecer al amparo y bajo la responsabilidad de sus padres y, en todo caso, en un ambiente de afecto y de seguridad moral y material; salvo circunstancias excepcionales, no deberá separarse al niño de corta edad de su madre. La sociedad y las autoridades públicas tendrán la obligación de cuidar especialmente a los niños sin familia o que carezcan de medios adecuados de subsistencia. Para el mantenimiento de los hijos de familias numerosas conviene conceder subsidios estatales o de otra índole.

Já, o Princípio 7 diz que a criança tem direito a receber educação gratuita e obrigatória pelo menos nas etapas elementares. Será uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita em condições de igualdade de oportunidades desenvolver suas aptidões e seu juízo individual, seu sentido de responsabilidade moral e social e chegar a ser um membro útil da sociedade. Acrescenta-se que o interesse superior da criança deve ser o princípio reitor de quem tem a responsabilidade de sua educação e orientação e que a citada responsabilidade incumbe em primeiro término a seus pais.

O Princípio 10 acrescenta ao anterior que a criança deve ser educada em um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal, e com plena consciência de que deve consagrar suas energias y aptidões ao serviço de seus semelhantes. Portanto, nada se diz nesse três textos a respeito desse pretendido direito das crianças de ser educado no seio de uma família heterossexual. Assim como também não se impossibilita a adoção por casais homoparentais.

Vejamos o caso da proteção à família, tantas vezes invocada pelos membros representantes da Conferência Episcopal, do Partido Popular e do Foro Español de la Familia. Os textos citados acima sim recolhem esse direito à proteção da família, mas que família é essa? É a mesma invocada pelos representantes acima citados? Que família é essa que o Partido Popular, a Conferência Episcopal e o Foro tanto querem proteger? Os homossexuais afirmam que eles também formam famílias. Quem é responsável pela afirmação de que a família não importa para que o lema da organização familiar convocante da manifestação do 18-J exiba como lema “La familia sí importa”? O conceito de família defendido pelo Foro, pela Conferência e pelo PP por estar ameaçado pela lei que o governo pretende aprovar, bem como por outras iniciativas que o executivo pretende implementar como o direito ao divórcio unilateral depois de três meses de casamento, é aquele constituído por um pai, uma mãe e as

crianças que houver. Quer dizer, o modelo ditado pela moral cristã. Ficam de fora, portanto, dessa proteção que os poderes públicos devem garantir, as famílias onde só há um pai ou uma mãe, aquelas nas quais não existe nem pai nem mãe e as crianças são educadas por avôs, tios ou outros parentes, as famílias com crianças em adoção e, por suposto, as famílias formadas por homossexuais em todas as suas possibilidades e variantes.

Segundo Álvarez (2003)⁸⁷, embora seja um fato sociologicamente constatável que existe uma estreita relação entre família e matrimônio, no entanto, o que se desprende da regulamentação constitucional espanhola é que o que realmente identifica uma família é a existência de vínculos paterno filiais ou, pelo menos, um núcleo de convivência parental, e não o estado civil dos pais. O fato de estarem casados ou não, portanto, não significa que estejamos falando de uma família. Isto leva o autor a rejeitar por estarem afastadas da Constituição, aquelas posições doutrinárias que viam o matrimônio como a única forma de constituição da relação familiar. No caso concreto de nosso *corpus*, essa posição seria a mantida pelo Foro Español de la Familia, pelo Partido Popular e pela Conferência Episcopal Espanhola (assim como pelos demais representantes da Igreja: o Papa, distintos cardeais estrangeiros etc.). Para Álvarez (2003) também seriam discutíveis aquelas outras teorias para as quais, embora aceitando que existem famílias não resultantes do matrimônio, a família originada pela relação matrimonial tem de ter constitucionalmente um trato preferente. O autor acrescenta ainda que a proteção jurídico constitucional da família enquadra-se dentro do catálogo dos denominados direitos sociais e como tais sua chegada aos textos constitucionais e às declarações internacionais está temporalmente localizadas no século XX⁸⁸.

A seguir mostramos as seqüências discursivas encontradas no nosso corpus nas quais aparece a voz de algum representante do Foro Español de la Familia:

⁸⁷ Esta informação foi extraída do site:

<http://www.congreso.es/constitucion/constitucion/indice/sinopsis/sinopsis.jsp?art=39&tipo=2>

⁸⁸ O autor cita como precedente na história constitucional espanhola o artigo 43 da Constituição republicana de 1931. E acrescenta ainda que essa proteção aparece também regulada nas constituições européias de nossa órbita jurídico-política: artigo 36 da Constituição portuguesa de 1976; artigo 6 da Lei Fundamental de Bonn de 1949; artigo 29 da Constituição italiana de 1948 ou os parágrafos nonos e décimos do Preâmbulo da Constituição francesa de 1958. Também, nas Declarações Internacionais: artigo 24 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, artigo 10.3 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e a Declaração dos direitos da criança, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959.

Quadro 18: A voz do Foro Español de la Familia nas noticias de noso corpus

Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
21-abr-05	El Congreso aprueba el matrimonio entre personas del mismo sexo	el Foro Español de la Familia	Ha asegurado que	Sin embargo, el Foro Español de la Familia ha asegurado que la incidencia de homosexualidad en los niños que crecen con parejas de homosexuales está por encima del 30%, "cifra muy superior a la media".
8-JUN-2005	Diputados del PP mantienen la presión en la calle y acudirán a la marcha contra el matrimonio gay	El Foro de la Familia	espera	El Foro de la Familia espera reunir en Madrid más de 500.000 personas bajo el lema ' La familia sí importa '
10-jun-05	La Conferencia Episcopal apoya la manifestación del 18-J en Madrid contra el matrimonio homosexual	El Foro de la Familia	subraya	El Foro de la Familia, que subraya su carácter “aconfesional” y “apolítico” , ha conseguido para la manifestación el respaldo de más de 150 asociaciones y entidades, a las que se une ahora el visto bueno de la Conferencia Episcopal y de numerosos episcopados. No obstante, el cardenal de Sevilla, Carlos Amigo Vallejo, ha anunciado que no asistirá a la marcha.
16-jun-05/2	Los organizadores de la marcha contra los matrimonios gays estiman que irán más de 500.000 personas	Vicepresidente (Foro Español de la Familia), Benigno Blanco	Reiteró que	El convocante de la manifestación del sábado es el Foro Español de la Familia, cuyo vicepresidente, Benigno Blando, reiteró que se trata de una plataforma “civil, no confesional ni partidista” . Relató que los manifestantes de otras provincias españolas llegarán a Madrid repartidos en 600 autobuses, cuatro trenes procedentes de Cataluña, Valencia y Galicia y algún otro tren de Andalucía, además de los tres aviones fletados al efecto procedentes de Canarias, Baleares y Melilla.

	17-jun-05	Los gays piden amparo a la Fiscalía para que no haya lemas 'vejatorios' en la manifestación del sábado	manifiesto	Insta al Gobierno a	Los objetivos de la marcha están recogidos en un manifiesto que insta al Gobierno a retirar el proyecto de ley que permite el matrimonio entre personas del mismo sexo y a regular la adopción de forma que garantice “el derecho de un niño a tener una madre y un padre”.
	18-jun-05/2	Pancartas, música y confeti contra los matrimonios entre homosexuales	Cristina López Schlichting, periodista	Tras leer un manifiesto en contra de las iniciativas del Gobierno Refiriéndose a	Una vez finalizado el trayecto, los representantes del FEF y Cristina López Schlichting se dirigirán a los asistentes. Concretamente, la periodista cerrará la manifestación tras leer un manifiesto en contra de las iniciativas el Gobierno “que atentan contra los fundamentos de la familia como espacio ecológico de la vida y fuente de la solidaridad más eficaz”, refiriéndose a la “equiparación de las uniones de personas del mismo sexo con el matrimonio, permitiendo además la adopción conjunta”, que “suponen un atentado contra la institución matrimonial y contra el derecho del menor a una madre y un padre”.
	23-jun-05/2				Para el Foro, la familia es “ un hombre, una mujer, unos niños y todo el parentesco de consanguinidad que se configura alrededor”, por lo que “lo que no es un familia es la unión de homosexuales, porque le falta esa apertura a la vida”.

3.4.6.- Os representantes dos gays

Antes de referirmo-nos ao discurso dos representantes dos homossexuais, gostaríamos de fazer uma série de considerações a respeito da presença das vozes desse coletivo no nosso corpus. Nos dois jornais foco de nossa pesquisa, a presença de vozes de homossexuais, principais beneficiários da lei em debate, é reduzida, é menor do que a dos outros setores: Igreja, governo, Partido Popular etc. Um outro aspecto interessante é a forma como os homossexuais que falam nessas notícias são apresentados pelo enunciador-jornalista, o que marca, a nosso entender, um tratamento diferenciado com respeito às vozes de outros setores. Assim, temos um grupo de homossexuais cujas vozes são trazidas para a notícia e que são apresentados pelo nome, sobrenome e o cargo. No jornal El Mundo: Beatriz Gimeno, presidenta da Federación Estatal de Gays, Lesbianas y Transexuales (FELGT), Boti García, ex presidenta de (COGAM⁸⁹), Arnaldo Gancedo, presidente de COGAM, Carlos Biendicho, presidente da Plataforma Popular Gay, Txema Madrazo, presidente de HEGOAK⁹⁰, Francisco Javier Gómez, coordenador do grupo de Gays y Lesbianas do PP, Pedro Zerolo, concejal socialista na Prefeitura de Madrid e Felipe del Baño, deputado do PP nas Cortes Valencianas. No El País, além dos mencionados: M. Angel Sánchez, presidente da Fundación Triángulo, S. Rubio, do Coletivo Gays y Lesbianas Colegas-Andalucía, P. Pujol, presidente da Asociación de Famílias Lesbianas y Gays, Enric Vilá, de la Asociación Cristiana de Lesbianas y Gays de Cataluña, Carla Antonelli, da FELGT y Ximo Cádiz, secretario da FELGT.

Trata-se, como se pode observar, de representantes de associações ou organismos em defesa dos interesses de diferentes coletivos. O tratamento dado a estas vozes pelo enunciador-jornalista coincide com o dado às vozes pertencentes aos demais setores (Igreja, Governo, Partido Popular etc.), dos quais nos são fornecidos o nome, o sobrenome e o cargo que ocupam dentro do correspondente partido, associação ou coletivo que representam. No entanto, cabe ressaltar que em algumas notícias do nosso corpus os homossexuais que falam não o fazem em representação de nenhum coletivo, são pessoas comuns, e nesse caso o enunciador-jornalista só nos indica o nome, a idade e, em alguns casos, o vínculo afetivo que une essa pessoa à que a acompanha no momento em que se

⁸⁹ Colectivo de lesbianas, gays, transexuales y bisexuales de Madrid.

⁹⁰ Asociación de gays, lesbianas, transexuales y bisexuales de Euskadi.

produz a entrevista. Diferentemente do que acontece com as vozes de outros setores, estes homossexuais não têm informada a profissão nem nenhum outro dado diferente aos mencionados. Este grupo de homossexuais é visto pelo enunciador-jornalista, reproduzindo uma situação costumeira no nosso dia-a-dia, em função exclusivamente de sua sexualidade. O que estiver além disso, da sexualidade do homossexual, (emprego, orientação política etc.) simplesmente não é relevante. Em nosso trabalho privilegiamos o discurso dos representantes dos homossexuais, levando em conta que a quantidade de ocorrências de vozes de “homossexuais comuns” é muito reduzida nos dois jornais.

Continuando com nosso objetivo de identificar as imagens construídas a respeito dos homossexuais ao longo do período analisado (outubro 2004 – junho 2005) nos jornais El Mundo e El País, analisamos as notícias nas quais estava presente alguma voz ligada aos homossexuais e conferimos que estas vozes estão presentes no jornal elmundo.es em vinte e uma notícias, distribuídas do seguinte modo:

Quadro 19: Ocorrências de vozes ligadas aos homossexuais nas notícias do elmundo.es

El Mundo								
2004			2005					
Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
2	0	0	0	2	0	5	1	11

O que podemos observar a partir desse quadro é que a maior parte das ocorrências de vozes de representantes de homossexuais encontra-se no mês de junho. Esse é o mês no qual ocorrem as polêmicas declarações do experto em psicopatologia, Aquilino Polaino, no Senado; bem como a mobilização organizada contra o matrimônio homossexual (18-J) pelo Foro Español de la Familia e outras associações “familiares” como HazteOir.

No jornal El País, as vozes dos homossexuais aparecem em 39 notícias distribuídas da seguinte forma:

Quadro 20: Ocorrências de vozes ligadas aos homossexuais nas notícias do EL País

El País								
2004			2005					
Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
2	1	6	4	1	2	6	8	9

Como podemos observar, os meses de abril, maio e junho apresentam, junto ao mês de dezembro, a maior quantidade de notícias publicadas com presença de vozes de homossexuais.

Interessa-nos saber sobre que falam os homossexuais e como o fazem. Vimos que os membros ligados à Igreja, por exemplo, se posicionaram ao longo do período analisado a respeito de vários assuntos: o anteprojeto de lei, a adoção de crianças por homossexuais, a orientação homossexual, a relevância do matrimônio heterossexual na sociedade e as conseqüências que provocaria admitir dentro dessa instituição os casamentos homossexuais, a possibilidade de aderir o direito de “objeción de conciencia” por parte dos servidores públicos para não terem de realizar os casamentos entre pessoas do mesmo sexo etc. Portanto, interessa agora conhecer os temas sobre os que falaram as vozes ligadas aos homossexuais nas notícias publicadas nos jornais El Mundo e El País, visando a identificar as imagens que sobre eles foram criadas.

As vozes dos representantes dos homossexuais são trazidas para as notícias de nosso *corpus* indicando posicionamentos a respeito de diferentes temas. Assim, expressam sua satisfação diante das diferentes etapas percorridas pela lei desde a aprovação do anteprojeto de lei no Congresso dos deputados em outubro de 2004 até a aprovação definitiva da lei em junho de 2005. Posicionam-se acerca do chamado dos diferentes estamentos eclesiais (Vaticano, Conferencia Episcopal Española, etc.) a exercer o direito de “objeción de conciencia” por parte dos servidores públicos e até mesmo dos juizes. Criticam as declarações de diferentes políticos anunciando sua intenção de votar contra a aprovação da lei, bem como as de membros de outros setores diante do que os homossexuais chamam de “insultos para miles de ciudadanos cuyo gran error es amar de manera distinta a la mayoría”⁹¹. Mostram sua oposição à mobilização do 18-J organizada pelo Foro Español de la Familia contra o casamento entre homossexuais, criticando pelo seu apoio à Igreja e ao Partido Popular. Opõem-se às declarações de Aquilino Polaino, especialista em psicopatologia da Universidade Complutense de Madrid no Senado a respeito da homossexualidade e da adoção por homossexuais, quem insistiu em associar a orientação homossexual com uma doença, bem como se opôs a adoção por homossexuais pela alta incidência de homossexualidade que, segundo ele, se observava nas crianças educadas por

⁹¹ El País, 28-abr-05: “*Miles de gays murieron en campos como Auschwitz*”.

casais homossexuais. Reagem contra o que eles mesmos denominam setores mais reacionários e conservadores da judicatura, da Igreja e do Partido Popular para defender a mesma denominação para as uniões homossexuais, baseando-se em que “si formamos parejas que se quieren, se ayudan y sacan a sus hijos adelante como los demás, lo lógico en términos jurídicos es que el nombre legal sea el mismo”⁹².

Cabe lembrar que aos representantes dos homossexuais cabe como espaço de fala nas notícias dos dois jornais o último parágrafo da maioria das notícias, o que demonstra um trato desigual com respeito às outras vozes por parte do enunciador-jornalista. O homossexual tem voz, mas é quase sempre o último a falar. O que ele tem a dizer é menos importante? Resulta, a nosso entender, muito significativo que na notícia publicada no jornal *El País*, de 22 de abril de 2005, intitulada *El Congreso aprueba el matrimonio homosexual*, os principais beneficiários desta conquista em favor dos direitos civis simplesmente não apareçam.

O discurso dos representantes dos homossexuais está marcado por léxico próprio dos movimentos que lutam a favor dos direitos dos oprimidos: *igualdade, dignidade, justiça, visibilidade, diversidade, pluralidade social, discriminação, homofobia, direitos humanos, direitos sociais, ódio, intolerância etc.*

Dentro do grupo de representantes dos homossexuais, chamou nossa atenção a presença de duas vozes, concretamente a de Pedro Zerolo, secretário socialista na Prefeitura de Madrid e a de Felipe del Baño, deputado do PP nas Cortes Valencianas. Os dois são homossexuais, mas ao mesmo tempo ocupam cargos dentro de partidos políticos. Isto contrasta com a maioria das vozes presentes nas notícias, as quais unicamente estão vinculadas a uma única instituição, sem que se destaque sua orientação sexual. Quer dizer, os representantes dos demais setores são apresentados simplesmente pela sua função ou cargo, como se não tivessem orientação sexual, como dando por compreendido que um membro do PP, por exemplo, é heterossexual por definição sem caber outra possibilidade. Há, portanto, uma brecha aqui. Estes personagens que estão sendo apresentados como homossexuais e como membros de partidos políticos estão significando duplamente em função dessa dupla identificação. A homossexualidade destas duas pessoas deixa de ser o único traço definidor de suas personalidades, como acontece geralmente com os

⁹²

El País, 1-dic-05: *López Aguilar replica que el texto solo sufrirá cambios técnicos.*

homossexuais na vida real, e entra em jogo um outro aspecto: sua filiação política, sua religião etc. Há, portanto, políticos homossexuais, religiosos homossexuais, atores homossexuais como há políticos heterossexuais, religiosos heterossexuais e atores heterossexuais etc.

Estes exemplos são muito interessantes, já que, são os únicos casos nos quais homossexuais podem falar de outro lugar que não o da sua orientação sexual. A ruptura provocada pelo acontecimento da divulgação da aprovação do projeto de lei por parte do governo espanhol, no que diz respeito à forma sujeito dominante e à transformação do homossexual em bom sujeito frente aos períodos anteriores, possibilita agora que o homossexual possa ocupar lugares diferentes.

Como dissemos acima, nas notícias de nosso corpus encontramos vozes de homossexuais identificados com muitos poucos dados, excluindo-lhes a profissão, a orientação política etc., diferente do que se faz com os membros de outros setores sociais.

Foucault (1988) oferece-nos uma possível explicação para isto e confirma o fato de que a imprensa tenta manter o *status quo* do homossexual na sociedade como alguém que só é visto em função da sua sexualidade, não interessando outros aspectos de sua biografia (emprego, orientação política etc.) Esta é uma forma de manter os pré-construídos sobre os homossexuais.

O homossexual do s.XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ele é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consustancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia – menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e feminino. (FOUCAULT, 1988, p.43)

O homossexual é identificado como sendo só o seu sexo, suas práticas sexuais, sua conduta e nada mais além disso.

Um outro aspecto que podemos observar a partir do levantamento das notícias em que estão presentes os homossexuais é que estes não falam ou não são trazidos para a notícia para se posicionar a respeito do fato de ser homossexual, da adoção de crianças e de outros temas que lhes afetam diretamente, mas a respeito dos quais se posicionam os membros de outros setores sociais (a Igreja, o Partido Popular, os psicólogos, etc.). Chama a atenção, portanto, que os homossexuais não falam de si mesmos, mas são falados. As imagens dos homossexuais que se constroem nas notícias são imagens criadas a partir do que dizem os representantes da Igreja, do Partido Popular, os psicólogos citados no Senado etc. a respeito do que significa ser homossexual, da orientação e da conduta homossexual, e a partir do que os homossexuais falam a respeito dos temas listados acima, mas não sobre si próprios.

Um outro aspecto que interessa salientar neste ponto é que enquanto os representantes da Igreja ou do Partido Popular, por exemplo, lançam mão de discursos de procedência diversa (filosofia, psicologia, religião, psicologia, direito...) para defender suas teses a respeito dos diferentes temas, as vozes ligadas aos homossexuais recorrem unicamente ao discurso jurídico ou o que chamaremos de discurso dos direitos sociais. Poderia considerar-se um só? Discurso jurídico? Vejamos os exemplos que encontramos:

Quadro 21: Os direitos sociais no discurso dos homossexuais

	Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
	1-oct-04	El defensor madrileño del Menor pide una moratoria para que las parejas gays puedan adoptar	La Federación Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales	Calificó la jornada de	La Federación Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales , calificó la jornada de “día histórico para la la lucha por la dignidad y la igualdad” de estos colectivos al arranque de la regulación del matrimonio entre personas del mismo sexo.
	2-10-05	Cientos de homosexuales celebran en Madrid la aprobación de su derecho al matrimonio	La ex presidenta de COGAM, Boti García	En palabras de	Los homosexuales han alcanzado en este su día histórico una meta que no es, en palabras de la ex presidenta del COGAM, Boti García, “un fin”, sino que sigue siendo “el camino de una lucha por la igualdad de derechos”
	21-04-05	El Pleno del Congreso apoyará hoy el proyecto de ley sobre el matrimonio entre homosexuales	Beatriz Gimeno, presidenta de la Federación Estatal de Lesbianas, Gays y Transexuales.	Ha dicho	“Será un día histórico para todos los ciudadanos que creen en la igualdad, la justicia y el estado de derecho”, ha dicho Beatriz Gimeno, presidenta de la Federación Estatal de Lesbianas, Gays y Transexuales.
			la FELGT,	Expresa su rechazo absoluto ante	Por su parte, la FELGT, Federación Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales, expresa su rechazo absoluto ante este “nuevo ataque del Vaticano aa la igualdad y la dignidad para gays y lesbianas”.
			Beatriz Gimeno, presidenta de la FELGT	Responde al Vaticano que	Beatriz Gimeno, presidenta de la FELGT responde al Vaticano que “no existe objeción de conciencia para los funcionarios a la hora de aplicar las normas civiles, las leyes que emanan de la soberanía popular representada en el Parlamento”. “Con esta declaración el Vaticano trata, una vez más, de imponer su doctrina moral al poder político y expresa su falta de respeto por el colectivo homosexual y por el sistema democrático”.

	30-06-05	De 'paso histórico' hacia la libertad a una agresión a la familia	La presidenta de la Federación Estatal de Lesbianas y Gays (FELGT), Beatriz Gimeno Gimeno	señaló entre lágrimas que A su juicio Mostró su esperanza en que recordó	La presidenta de la Federación Estatal de Lesbianas y Gays (FELGT), Beatriz Gimeno , señaló entre lágrimas que siente "protagonista" de un cambio histórico, tras la aprobación de la ley que permite el matrimonio entre personas del mismo sexo. A su juicio, tienen que estar "satisfechos todos aquellos que son amantes de la libertad y e la igualdad", y mostró su esperanza en que un "avance" como el que se ha producido "se extienda por toda Europa, ya que un continente no puede seguir permitiendo la discriminación". "Llevamos años luchando por que se nos reconozca la igualdad", recordó Gimeno.
			El presidente de la Plataforma Popular Gay, Carlos Biendicho Biendicho	Felicitó al presidente Afirmó A su juicio Señaló que Señaló	El presidente de la Plataforma Popular Gay , Carlos Biendicho, felicitó hoy al presidente del Gobierno, José Luis Rodríguez Zapatero, "por haber cumplido sus promesas" con la aprobación de matrimonios homosexuales, una media con la que España "gana en libertad, democracia y respeto", afirmó. A su juicio, ahora es necesario un esfuerzo para terminar con la homofobia existente, como lo demuestra el Foro de la Familia". Asimismo, Biendicho señaló que el PP "debía haber dado libertad de voto a sus diputados para votar hoy la ley en el Congreso" ya que, señaló, "esto hubiera evitado que muchos hayan votado contra su conciencia".

Temos, pois, que enquanto a Igreja e o Partido Popular (PP), por exemplo, utilizam como argumentos para defender suas teses discursos constituintes como o da filosofia, o da psicologia, o da religião e outros como o da antropologia ou o direito; as vozes ligadas aos homossexuais não utilizam nenhum desses discursos. Cabe pensar que o ponto de partida de cada lugar (Igreja, Governo, Partido Popular,...) permite ou condiciona o uso desses discursos. A modo de exemplo: a Igreja parte da consideração da homossexualidade como desequilíbrio psicológico ou biológico. Portanto, é lógico que utilize o discurso da psicologia ou da biologia para defender suas teses. Os homossexuais, por sua vez, não considerando a homossexualidade enquanto doença, não precisam lançar mão de nenhuma disciplina do tipo das acima mencionadas. Os representantes dos homossexuais só se apropriam do discurso jurídico e do que chamamos discurso dos direitos sociais para falar, enquanto outros setores sociais têm de se apropriar de uma variedade mais ampla de discurso para defender suas teses.

3.4.7.- A Justiça

As vozes dos representantes da Justiça aparecem no nosso corpus ao longo de praticamente todo o período coletado. No entanto, o jornal El País publicou um número maior de notícias nas que aparecem as vozes deste setor social (25 no total). O jornal El mundo publicou apenas 12. Conseqüentemente, o número de vozes é também maior no primeiro jornal mencionado. Chama a atenção que ao contrário do que acontece nas notícias do jornal El Mundo, nas quais unicamente nos deparamos com vozes pertencentes ao Conselho General do Poder Judicial (CGPJ), no jornal El País, além dessas vozes, encontramos as vozes de membros da Associação Profissional da Magistratura (APM), de Juizes para a Democracia (JpD) e da Francisco de Vitória (PV). Para as notícias do jornal El País também são trazidas vozes do presidente da Associação de Advogados da Família, Luis Zarraluqui, e do presidente do Tribunal Superior de Justiça da Comunidade Valenciana.

Nas notícias, nos deparamos com a polêmica surgida entre o CGPJ e o governo. Os membros do CGPJ e das associações de juizes e magistrados mencionados posicionam-se a favor ou contra a petição deste organismo de envio do anteprojeto de lei por parte do governo espanhol com a finalidade de emitir um relatório a respeito do mesmo. O governo

espanhol opõe-se por considerar que o CGPJ não é um órgão consultivo do Executivo, além de que a reforma do Código Civil prevista no anteprojeto não afeta questões sobre as que a Lei Orgânica do Poder Judicial (LOPJ) estabelece que é preceptivo o ditame do Conselho. A leitura das notícias deixa muito evidente para o leitor o fato de que os posicionamentos contrários ou favoráveis a respeito desse tema estão baseados na filiação política dos membros do CGPJ. Assim, o embate estabelece-se entre os membros do Conselho propostos pelo Partido Popular, que constituem maioria dentro deste organismo, e os membros da minoria progressista propostos pelo Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE). Os membros da maioria conservadora baseiam sua oposição ao anteprojeto argumentando que abrir o matrimônio aos casais homossexuais “desnaturaliza” e “adultera” o conteúdo esta instituição, já que, segundo eles, o matrimônio é uma união heterossexual orientada à procriação, do que os homossexuais estariam excluídos. Este setor do CGPJ argumenta também a suposta inconstitucionalidade do projeto baseando-se no artículo 32 da Constituição Espanhola, o qual reconhece o direito de contrair matrimônio ao homem e à mulher. Para justificar sua oposição à denominação de matrimônio para as uniões homossexuais, afirma também que nomear assim este tipo de uniões seria o mesmo que chamar de matrimônio à união de uma pessoa e um animal⁹³. A princípio, o CGPJ não se oporia à regulação das uniões homossexuais, desde que essa união recebesse outro nome diferente ao de matrimônio. Os membros do CGPJ contrários ao anteprojeto apontam como possível consequência da aprovação do mesmo a poligamia e pedem, caso seja aprovado, que se exclua o direito de adoção, baseando-se no interesse superior da criança, recolhido nos tratados internacionais e também na “inestabilidad psicológica” dos casais homossexuais.

Assistimos, portanto, a um duplo embate. O primeiro é o que se estabelece no interior do próprio CGPJ entre os membros que apóiam a decisão do governo e os membros contrários a ela. O segundo é o que se estabelece entre o governo e os membros do CGPJ contrários à aprovação do anteprojeto baseando-se nos critérios mencionados acima: suposta inconstitucionalidade, denominação diferente da de matrimônio etc. Critérios estes nos quais se apóia o Partido Popular, a Igreja e o Foro Espanhol da Família.

⁹³ El Mundo, 15-ene-05: *EL CGPJ pide que se paralice la reforma que permitirá los matrimonios entre homosexuales.*

O único aspecto no qual todos os membros representantes da Justiça parecem estar de acordo é com o fato de que o juiz não pode se negar a officiar matrimônios entre homossexuais como solicitou a Igreja católica. Segundo informações extraídas de nosso corpus, o fato de os juizes negarem-se a celebrar estes matrimônios constituiria delito.

Antes de fechar este capítulo, gostaríamos de fazer algumas considerações que julgamos importantes. Existe em nosso *corpus* de pesquisa, segundo temos visto nessa apresentação do discurso dos diferentes lugares sociais, um embate constituído entre diferentes forças. Nesse embate os lugares sociais com maior representatividade nas notícias de nosso *corpus* são a Igreja, o governo espanhol, o PP, o Foro Español de la Familia, a justiça, a ciência e os homossexuais. No embate entre as diferentes forças estabelecem-se dois bandos em oposição. O primeiro está constituído basicamente pela Igreja, o PP, o Foro Español de la Familia e o setor conservador do Consejo General del Poder Judicial. Este grupo de vozes apresenta argumentos contrários à aprovação da lei de casamento homossexual e defende os preceitos da moral cristã que dita a Igreja católica. O segundo grupo defende a aprovação da lei e está representado basicamente pelos seguintes lugares sociais: o governo espanhol, os representantes dos homossexuais e o setor progressista do Consejo General del Poder Judicial. A cada bando haveria que acrescentar ainda as vozes de representantes da ciência que, como vimos no subitem correspondente, apresentam posicionamentos opostos, sobretudo no que se refere ao tema da adoção de crianças por homossexuais.

Com relação ao primeiro grupo, o discurso da Igreja, lugar social com maior representatividade quanto ao número de vozes em nosso *corpus*, caracteriza-se pela manutenção dos já-ditos a respeito da homossexualidade, sobretudo no que diz respeito à relação feita pelos seus representantes entre homossexualidade e doença. A essa manutenção dos já-ditos contribui também de maneira importante o discurso do PP e das vozes da ciência contrárias à adoção de crianças por homossexuais. Outro aspecto que cabe destacar é a utilização de diferentes discursos constituintes nas suas argumentações.

Os diferentes lugares sociais, embora possam ser classificados em dois grupos em embate, utilizam os mesmos discursos para se posicionar a favor ou contra a aprovação da lei de casamento homossexual. Dentre estes discursos ocupam lugar de destaque o discurso jurídico e o discurso da ciência. Todos os lugares sociais remetem ao discurso da ciência

para se posicionar a respeito da adoção de crianças por homossexuais. O discurso jurídico é utilizado pelos representantes dos homossexuais, pelo governo, pelo PP e pelo Foro Español de la Familia. Assim, há uma presença constante de referências a textos como o da Constituição Espanhola, da Constituição Européia ou da Declaração dos Direitos da Criança. Acreditamos que o fato de os diferentes lugares sociais apoiarem-se nos mesmos discursos para se posicionar a respeito dos diferentes temas contribui de maneira decisiva para criar o efeito de homogeneidade surgido do embate constatado nas notícias de nosso *corpus*.

Antes de entrar no capítulo das Considerações finais, gostaríamos de fazer algumas considerações a respeito da tensão opinar/informar que caracteriza o gênero notícia. Para tanto, analisaremos duas notícias de nosso *corpus*.

3.5. Objetividade em questão. Análise de duas notícias

A seguir analisamos duas notícias publicadas no jornal El País e no El Mundo com motivo da manifestação convocada pelo Foro Español de la Família, no dia 18 de junho de 2005⁹⁴. Escolhemos estas duas notícias porque nos parece um exemplo claro de que a pretendida objetividade informativa não se cumpre conforme se quer fazer crer. Além do mais, serviu-nos de critério de escolha para esta análise o fato de terem sido ambas publicadas no mês de junho, o qual nos dois jornais se apresenta como o mês de maior quantidade de notícias publicadas a respeito da lei de casamento homossexual. O mês de junho é também o mês no qual foi identificada uma maior incidência de vozes do Foro Español de la Familia e da Igreja nas notícias.

Nos quadros a seguir, mostramos as ocorrências de discurso relatado:

⁹⁴ Ver notícias completas no Anexo

Quadro 22: Ocorrências de discurso relatado na notícia do elmundo.es

El mundo.es	Data	Título	Responsable pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
	19-jun-05	Una multitud pide que se retire la ley del matrimonio homosexual	Una multitud de manifestantes	Pidió ayer en Madrid al Gobierno que	(1) Una multitud de manifestantes, encabezada por miembros del PP y una veintena de obispos, pidió ayer en Madrid al Gobierno que retire la ley que autoriza los matrimonios homosexuales. La marcha, convocada por el Foro de la Familia, terminó con un manifiesto leído por la periodista Cristina López Schlichting, quien calificó estas uniones como un atentado contra la “institución familiar”
			la periodista Cristina López Schlichting	calificó estas uniones como	
			El Foro Español de la Familia	ha exigido	(2) El Foro Español de la Familia ha exigido ya, durante el transcurso de la marcha, una reunión urgente con el presidente del Gobierno, José Luís Rodríguez Zapatero, en vista del éxito de convocatoria.
			Schlichting	Ha cifrado	(3) Schlichting ha cifrado en millón y medio el número de personas participantes en la marcha.
			La Delegación del Gobierno	Asegura que	(4) La Delegación del Gobierno asegura que han sido 166.000 los manifestantes.
			El Manifiesto	dice que	(5) El Manifiesto dice que el Gobierno español promueve iniciativas que atentan contra los fundamentos de la familia.
				se plantea (impersonal)	(6) También se plantea en este texto una regulación sobre la adopción que garantice el “derecho del niño a tener una madre y un padre”.
			el Foro de la Familia	expresa	(7) En este texto, el Foro de la Familia expresa su “honda preocupación” por cuestiones como “la banalización legal del compromiso matrimonial mediante el divorcio unilateral y sin causa desde los tres meses de la boda; el progresivo menoscabo del derecho a la vida; la limitación del derecho de los padres a decidir sobre la educación de sus hijos; y la exclusión de las expresiones y convicciones morales y religiosas de la vida pública.
			Los manifestantes	han coreado gritos	(8) Los manifestantes han coreado gritos como ‘La familia es fuerte’ o ‘Solidaridad’ y otros portan pancartas con citas de Juan Pablo II como ‘Dios es solidaridad’, o ‘Solidaridad es compartir hasta lo necesario para sobrevivir’.

		Isabel Rubio Arévalo	aspas	(9) Isabel Rubio Arévalo tiene 77 años y ha llegado a Madrid procedente de Carbonero el Mayor en uno de los ocho autobuses que han partido desde la provincia de Segovia. “Quiero un matrimonio verdadero, católico y apostólico, como ha sido siempre en España”.
		Joaquín	Aspas Según dice Para él	(10) Como ella, Joaquín, un madrileño de 65 años, ha acudido a la manifestación “para apoyar a la familia”. Según dice, no tiene nada contra los gays y ni siquiera le importa que adopten pero que se llame matrimonio, para él, es una ofensa.
		Teresa	No está de acuerdo con Cuenta que Les pregunta si	(11) Teresa de 65 años, casada un madre de tres hijos, ha llegado a Madrid desde Valencia con otras 5000 personas en un tren sin aire acondicionado. No está de acuerdo con el matrimonio de los gays pero sí con que se registren como parejas de hecho. Cuenta que dos de sus hijas viven en EEUU y que allí la gente les pregunta si en España “están locos o qué”.
		Los manifestantes	cantan	(12) Los manifestantes han compuesto un ‘rap’ que cantan al presidente del Gobierno: “Zapatero mentiroso, de la Iglesia eres moroso, mentiroso Zapatero, la familia es lo primero”.
		la vicepresidenta primera del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega	Había expresado Pidió que	(13) Horas antes de la manifestación, la vicepresidenta primera del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega, había expresado el respeto del Ejecutivo al derecho de manifestación de quienes decidieran asistir a la convocatoria del Foro de la Familia pero pidió que quede claro que “los que se manifiestan hoy lo hacen para exigir que un derecho se le niegue a otros”.

Quadro 23: Ocorrências de discurso relatado na notícia do El País

El Paí s	Data	Título	Responsable pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
	18-jun-06	La marcha contra las bodas gays reúne en Madrid a	la Conferencia Episcopal	expresó	(14) Aunque la Conferencia Episcopal expresó esta semana su apoyo explícito a la marcha, algunos de sus miembros más importantes se han desmarcado de la protesta.

		No se especifica	se ha instado a (impersonal)	(15) En la Puerta del Sol ha tomado la palabra el presidente del Foro, José Gabaldón, y el vicepresidente, Benigno Blanco. La periodista de la COPE Cristina López Schlichting ha sido la encargada de leer un manifiesto. En él, se ha instado al Gobierno a retirar la ley que permite el matrimonio entre personas del mismo sexo y a regular la adopción de forma que garantice ‘el derecho de un niño a tener una madre y un padre’
		La vicepresidenta del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega	ha reiterado ha pedido que	(16) La vicepresidenta del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega, ha reiterado hoy el respeto del Ejecutivo al derecho de manifestación de quienes asistan hoy a la convocatoria del Foro de la Familia, pero ha pedido que quede claro que “los que se manifiestan hoy lo hacen para exigir que un derecho se le niegue a otros”.
		Gimeno (Beatriz Gimeno, presidenta de la FELGT) La presidenta del colectivo de gays y	ha subrayado que ha recordado ha destacado que	(17) Gimeno ha subrayado durante el acto que “la familia sí importa, y las nuestras también”, y ha recordado las décadas de luchas de los colectivos gays para que los hijos de padres y madres de orientación homosexual tengan los mismos derechos que los hijos de familias heterosexuales. La presidenta del colectivo de gays y lesbianas ha destacado que “lo que nos parece preocupante es que la jerarquía de la Iglesia católica y el PP se hayan prestado a posar en esa foto <i>revival</i> en blanco y negro del nacionalcatolicismo, de una época felizmente superada por todos”.
		Gimeno	pidió	(18) Gimeno pidió ayer a la Fiscalía General del Estado que actúe de oficio en el caso de que los manifestantes contra la regulación del matrimonio gay profieran o enarboleden pancartas y lemas ofensivos para los homosexuales.

Nas duas notícias nos deparamos com que existem algumas diferenças quanto às vozes que foram chamadas pelo enunciador-jornalista. As escolhas que cada jornal faz no que se refere às vozes levadas para a notícia refletem a visão particular que cada jornal tem do mundo e concretamente da sociedade espanhola. Acreditamos que este é já um primeiro fator que bota por terra a pretendida objetividade do gênero notícia. Na notícia do El País

aparece a voz da Conferência Episcopal (não-pessoa), da vice-presidenta do Governo, María Teresa Fernández de la Vega e a da presidenta da Federación Estatal de Lesbianas, Gays y Transexuales, Beatriz Gimeno. Na notícia do El Mundo o enunciador-jornalista dá voz à vice-presidenta do governo, à jornalista Cristina López Schlichting, ao Foro Español de la Familia, à Delegação do Governo, a Isabel Rubio Arévalo, a Joaquín e a Teresa (também manifestantes). Cabe destacar que em várias ocasiões é atribuída a voz nesta notícia aos manifestantes (fragmento 1, 8 e 12), à gente (11), quer dizer, à voz do grupo, o que acreditamos confere mais força ao dito. É a voz da “multitud de manifestantes” quem pede ao governo espanhol que retire a lei que autoriza os casamentos homossexuais na notícia do El Mundo. No entanto, no jornal El País esta ação é expressa através da estrutura impessoal “se ha instado” (fragmento 15), que ao não atribuir a ação a uma pessoa concreta ou a um grupo faz com que o significado do verbo perca força⁹⁵. Na notícia do EL Mundo também aparece a voz de uma não-pessoa: o manifesto (5), a quem se lhe atribui a ação de “dizer”.

Um outro aspecto que cabe destacar é a quantidade de vezes que o jornalista do El Mundo recorre às quantificações, o que mostra o grande peso argumentativo dos números. Assim, fala de uma “multitud de manifestantes”, contabilizando-os (166.000), fala da temperatura (“30 grados”), de “ocho autobuses”, das “500 personas” que chegaram a Madri desde Valencia etc. Acreditamos que todos esses dados numéricos são utilizados pelo jornalista para mostrar a importância do evento que está descrevendo. A relevância da manifestação do 18-J foi tanta que fez com que uma multidão de pessoas se deslocassem de diferentes pontos da Espanha, superando empecilhos como a distância ou a idade (77 e 65 anos têm as pessoas entrevistadas) e ainda tivessem que suportar uma temperatura asfíxiante.

O jornalista do El Mundo se esforça por (re)criar na notícia o “ambiente festivo” ou “lúdico” em que, segundo ele, transcorreu a manifestação. Assim se refere a um ambiente com “globos, pancartas e banderas españolas”, afirma que os “asistentes han coreado gritos” e até “han compuesto un rap”. Acreditamos que este dado seja relevante porque o jornalista parece querer convencer o leitor de que embora os assistentes à manifestação, fossem “familias enteras, ancianos y niños” vindos de muitos lugares da Espanha, baixo um

⁹⁵ D.R.A.E: Instar: intr. Apretar o urgir la pronta ejecución de una cosa.

calor asfixiante, a relevância do evento dava forças a todos para fazer suas reivindicações num ambiente de festividade.

Esse jornalista da notícia do El Mundo identifica textos religiosos, já que reconhece entre os gritos da multidão, citações de Juan Pablo II (“Dios es solidaridad”, “Solidaridad es compartir hasta lo necesario para sobrevivir”).

Todos estes dados que acabamos de oferecer compõem uma imagem do enunciador-jornalista do El Mundo como alguém que compartilha das idéias defendidas na manifestação do 18-J ou pelo menos simpatiza com elas. Já o enunciador-jornalista da notícia do El Pais se mostra mais “objetivo”, como alguém que enxerga o evento relatado à distância. Parece significativo neste sentido, por exemplo, o fato de que inclua na notícia a voz da representante dos homossexuais, Beatriz Gimeno, coisa que não acontece na notícia do El Mundo. Esta voz cria uma brecha no discurso dos manifestantes, que se referem constantemente à família (heterossexual), afirmando que as famílias que formam os homossexuais também são famílias: “la familia sí importa, y las nuestras también”. Temos, pois um exemplo, de como dependendo do lugar de sentido em que se situe o sujeito que fala, muda a visão de uma mesma realidade.

Acreditamos que estas duas notícias possam servir de exemplo para mostrar como a imprensa, e concretamente o gênero notícia, embora se apresente como espaço qualificado no qual a opinião está ausente, ou seja, como espaço no interior do qual é possível “informar objetivamente”, participa dos processos sociais que ela quer objetivar.

A seguir, no capítulo das Considerações finais tecemos algumas outras considerações a respeito da participação da imprensa nos processos sociais e concretamente do processo de equiparação de direitos.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Espanha continua sendo um país marcado pela educação cristã católica no qual a Igreja ainda dita os dogmas de moral relativos à família e às relações sexuais. A força desta instituição é visível na menção feita a ela na própria Constituição Espanhola. O acontecimento histórico e discursivo da divulgação da aprovação do anteprojeto de lei do casamento homossexual constitui uma ruptura da hegemonia da Igreja Católica, já que modifica o modelo de família heterossexual e orientado à procriação defendida por esta instituição. Ao mesmo tempo, modifica o aparelho jurídico ao criar uma nova norma e possibilita a aparição de novos discursos por parte dos homossexuais ao modificar os saberes de sua formação discursiva.

O enunciador-jornalista para tratar o tema da aprovação da lei do casamento homossexual traz para as notícias as vozes da Igreja, do governo espanhol, do PP, do Foro Español de la Familia, da Justiça, da Ciência e dos representantes dos homossexuais, dentre outras. No embate que se produz entre essas forças, o espaço ocupado pelo homossexual é o da terceira pessoa, já que os homossexuais não falam de si mesmos: são falados. As imagens sobre eles são construídas a partir do que é dito sobre eles desde outros lugares sociais, tendo um papel muito importante neste item o discurso da ciência, invocado por quase todos os lugares sociais para argumentar seus posicionamentos.

O discurso da Igreja, do PP, do Foro Español da Família, ao se opor ao matrimônio homossexual por não estar orientado à procriação, parece resgatar as teses populacionais em vigor até meados do século XVIII, as quais relacionavam diretamente desenvolvimento econômico, riqueza e aumento da população. Segundo essas teses, quanto maior fosse a população do país, maior seria a sua riqueza, já que “um país deveria ser povoado se quisesse ser rico e poderoso” (FOUCAULT, 2003, p.28)

No que se refere especificamente ao discurso da Igreja, cabe ressaltar que, a pesar de as vozes pertencentes a este lugar social afirmarem que a problemática do casamento homossexual tem de ser discutida desde o ponto de vista antropológico, a análise de nosso *corpus* revelou que, dentre os discursos nos quais as vozes pertencentes à Igreja se apóiam, o discurso antropológico tem um peso muito menor que, por exemplo, o discurso da psicologia e da biologia, nos quais sim muito frequentemente se apóiam essas vozes.

O homossexual, anteriormente silenciado, com o acontecimento histórico e discursivo da divulgação do anteprojeto de lei por parte do governo espanhol passa a falar, mas isto não quer dizer que as vozes dominantes entrem em silêncio. O que se produz é um embate entre formações discursivas e nesse embate é ao representante dos homossexuais a quem é dada voz (em número muito menor que as outras vozes), não ao homossexual advogado, ao homossexual professor etc. Quer dizer, a presença do homossexual na sociedade continua estando restrita à sua orientação sexual. É a orientação sexual do homossexual que define sua participação na sociedade. O homossexual só pode falar desse lugar de representante do coletivo homossexual, ficando de fora outros lugares que ele ocupa: professor, advogado, pai etc. O homossexual continua situando-se ao mesmo tempo dentro e fora dessa sociedade.

Pedro Zerolo, no PSOE e Felipe del Baño, no PP, constituem as únicas vozes homossexuais às quais lhes é permitido falar de outro lugar diferente ao da orientação sexual. Eles se posicionam nas notícias de nosso corpus do lugar do homossexual, mas também do lugar do político, coisa que não acontece com as demais vozes homossexuais.

Os representantes dos homossexuais e os membros do governo e Izquierda Unida contribuem a criar novos saberes sobre os homossexuais e nesse sentido constituem uma ruptura na dinâmica de perpetuação dos já-ditos sobre os homossexuais. Quer dizer, em nosso *corpus* convivem as representações dos homossexuais como vítimas, doentes etc., com as representações dos homossexuais como membros da sociedade que têm os mesmos direitos que os heterossexuais. A construção de sentidos para a homossexualidade, nos jornais eletrônicos El País e elmundo.es, está ancorada basicamente na manutenção dos já-ditos, embora exista espaço para novos saberes.

Quanto aos efeitos de sentido gerados a respeito da homossexualidade, o tratamento dado pela mídia aos homossexuais nos mostra claramente que o preconceito se mantém ainda muito forte na sociedade, ao repetir conceitos e esquemas do passado, e ao dar voz, como já apontamos, quase exclusivamente aos representantes dos homossexuais, não aos homossexuais professores, advogados, pais etc. As únicas ocasiões em que é dada voz ao homossexual comum é para reforçar estereótipos negativos como o de vítima, como

acontece na notícia intitulada *Un homosexual denuncia a un cura de Jaén por negarle la comunión*, publicada no El País o 1 de fevereiro de 2005⁹⁶.

O discurso jornalístico tem papel importante nessa construção de sentido entre homossexualidade e doença, pois difunde, sob uma pretensa ilusão de neutralidade e veracidade etc., os discursos da Igreja, do PP, do Foro Español de la Familia etc., que sustentaram a relação citada, bem como as ameaças que pairam sobre a sociedade como consequência da aprovação da lei.

Consideramos a imprensa como um dos elementos que participam do processo de equiparação de direitos, no sentido de constituir uma das unidades responsáveis pelo discurso de transmissão de conhecimentos a respeito da homossexualidade. Neste sentido, a imprensa reproduz um embate entre diferentes formações discursivas, especialmente na área da política, da psicologia, da justiça, da religião etc. Este embate ultrapassa o terreno dos direitos civis ao focar a atenção da discussão nas repercussões que a decisão do governo espanhol teria para a noção de matrimônio, família e sociedade, aspectos estes constantemente invocados pelas vozes em conflito.

Quanto à opção ideológica que define a cada um dos jornais eletrônicos foco de análise, cabe salientar que existe uma grande homogeneidade no tratamento do tema em debate por parte dos dois jornais. Esta homogeneidade é produzida através de uma série de procedimentos que passamos a descrever. Os dois jornais privilegiam os mesmos lugares sociais, havendo poucas diferenças quanto às vozes levadas para as notícias em cada um deles. Os dois jornais também dão o mesmo tratamento às vozes dos homossexuais, colocando-as na maioria das vezes no último parágrafo do corpo da notícia, contribuindo, desse modo, a manter a imagem de escassa representatividade dos homossexuais na sociedade.

Outro aspecto que contribui para essa homogeneidade a que nos referimos é o fato de que os dois jornais privilegiam as vozes dos mesmos lugares sociais, concretamente da Igreja, do Partido Popular e do governo, sendo a Igreja o lugar social representado por um número maior de vozes. Isto mostra que os dois jornais, embora inicialmente possam ser

⁹⁶ Esta mesma notícia é também recolhida pelo jornal elmundo.es com o título *Un párroco se niega a viva voz a dar la comunión a un feligrés gay*.

caracterizados por defenderem posicionamentos ideológicos diferentes, apresentam uma visão de mundo e concretamente da sociedade espanhola muito semelhante.

Contribui também ao efeito de homogeneidade o fato de que todos os lugares sociais se apresentam como sendo muito homogêneos no que diz respeito aos posicionamentos defendidos, havendo poucos momentos de ruptura. No caso do PP esta ruptura está representada pelo prefeito de Vitória, Alfonso Alonso, que chamou de “miserables” às pessoas que se manifestaram contra os matrimônios homossexuais no 18-J em Madri. O outro caso é o de Celia Villalobos, que votou a favor da aprovação do anteprojeto de lei e, portanto, contra a política de seu partido.

Cabe destacar também que os diferentes lugares sociais se apóiam nos mesmos discursos para se posicionar. Especialmente no discurso da ciência e no discurso jurídico, como já vimos.

O *corpus* que serviu de ponto de partida para esta pesquisa tem se mostrado muito rico, pelo qual somos conscientes de que outras hipóteses e vertentes seriam possíveis, como estudar os efeitos de sentido gerados a partir da imbricação dos diferentes códigos – escrito (incluindo aqui os recursos tipográficos e de titulação), gráfico e iconográfico – dos que os jornais eletrônicos analisados se apropriam para a representação dos fatos. Outra possibilidade seria acompanhar os temas relacionados aos homossexuais nos jornais eletrônicos espanhóis El País e elmundo.es visando conferir se novos sentidos a respeito da homossexualidade são criados a partir da equiparação legal de direitos dos homossexuais.

A sociedade ainda apresenta resistências a modelos considerados “diferentes” daquilo que se considera “normal”. O discurso dominante ainda determina as regras de quem e o que deve ou não ser aceito, quem tem direito a falar e quem deve ser silenciado.

O movimento homossexual tem percorrido um longo caminho deste Stonewall até hoje e leis como a aprovada na Espanha têm ajudado a conseguir em alguns países os direitos e a proteção legal almejada pelos homossexuais. No entanto, resta muito por fazer até conseguir a eliminação total do preconceito, até mesmo nos países onde já existe equiparação de direitos. Acreditamos que leis como a aprovada na Espanha são o ponto de partida para conseguir a equiparação legal e efetiva dos direitos das minorias em geral e dos homossexuais em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos, nº 19. Campinas, Unicamp, 1990, pp. 25-42.

_____. *Palavras incertas – As não-coincidências do dizer*. Campinas, SP. Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. (Voloshinov, 1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo. HUCITEC, 1979.

BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP, Unicamp, 2004.

CAZARIN, Ercília Ana. “A migração do discurso de Lula para uma nova posição-sujeito”. Online: disponível na Internet via: www.geocities.com/7gt_ad/ercilia.doc.

CHARAUDEAU, p. “Lê contrat de communication de l’information médiatique”. In: *Le français dans le monde: Médias, faits e effets*. Paris, Hachette, número especial, juillet, 1994.

DAHER, ROCHA, SANT’ANNA. “Greve no ABC”. 2004 (no prelo)

EPSTEIN, Robert. “Ser ou não ser”. In: *Viver. Mente e Cérebro*. Revista de Psicologia, Psicanálise, Neurociências e Conhecimentos. Ano XIV, nº165. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 40-46.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. “A paixão de “trabalhar com” Foucault”. In: *Caminhos Investigativos. Novos olhares na pesquisa em educação*. Costa, Marisa V. (Org.). Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

_____. “Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar”. In: *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Costa, Marisa Vorrager (org.). Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4ª ed., 1969/2005.

_____. *Ética, Sexualidade, política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

_____. *Vigilar y castigar – nacimiento de la prisión*. México: Siglo XXI, 1975/2000.

GREGOLIM, M. DO R. *Foucault e Pêcheux na AD. Diálogos & Duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

HOUZEL, Suzana Herculano. “O cérebro homossexual”. In: *Viver. Mente e Cérebro*. Revista de Psicologia, Psicanálise, Neurociências e Conhecimentos. Ano XIV, nº165. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 46-52.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literario*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Analisando discursos constituintes*. Universidade de Paris XII. Revista do GELNE, vol. 2, n 2, 2000.

_____. Self-constituting discourses. 1999. Online: disponível na Internet via <http://perso.wanadoo.fr/dominique.maigneau/conclusion1.html>

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória) In: Orlandi, Eni (org). *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campina, SP: Pontes, 2001.

NAVARRO-BARBOSA, P. “O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História”. In: *Foucault e dos domínios da Linguagem: discurso, poder e subjetividade*.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro, Caravansaral, 2003.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP, Pontes, 2001.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas, Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes, 1990.

KOMAVLI de SÁNCHEZ, Beatriz Adriana S. *A construção da criminalização no jornal: Uma abordagem discursiva*. Tese de dissertação. Rio de Janeiro, UERJ, 2006.

SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul*. São Paulo: Educ, 2004.

SILVA, Tomás Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SIMÕES JR, Almerido C. ‘... E havia um lampião na esquina’ – Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil de fim da ditadura. (1978-1980). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

SOARES, *A Homossexualidade e a AIDS no Imaginário de Revistas Semanais (1985-1990)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2006.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade: Uma história*. Rio de Janeiro, Record, 1996.

VIVONI, Renata L. Moutinho. *Interlocução seletiva: análise de provas para seleção de docentes – A construção do perfil do profissional professor*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomás Tadeu da(org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Anexos.

LIBRO DE ESTILO – EL PAÍS (----). Madrid.

<http://www.aimc.es/aimc.php> (Acesso: 22 jul. 2005)

http://www.ojodinteractiva.ojd.es/actas/acta_elmundo_200506.pdf (Acesso: 22 jul. 2005)

<http://www.noticiasdot.com/publicaciones/2004/0704/0707/noticias070704-15.htm>

Anexo I: Mapa “El mundo no es de color rosa”

Accessível em:

http://www.es.amnesty.org/fileadmin/user_upload/documentos/mapa_lgbt.pdf

Anexo II: Quadros de títulos de notícias.

Jornal EL PAÍS:

Quadro I: Lugar social representado: Os homossexuais

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	01/02/05	Sociedad	Un homosexual denuncia a un cura de Jaén por negarle la comunión ¹
	02/02/05	Sociedad	Un gay denuncia a un cura de Jaén por negarle la comunión
	28/04/05	Sociedad	"Miles de gays murieron en campos como Auschwitz"
	20/05/05	Sociedad	Gays y lesbianas celebran un congreso para analizar los "históricos avances" de sus derechos
	20/05/05	Sociedad	Los gays cristianos reivindican su lugar en la Iglesia católica
	17/06/05	Sociedad	"La igualdad es completa o no es igualdad" afirman los colectivos homosexuales
	19/06/05	Sociedad	Los colectivos gays acusan al PP y a la Iglesia de manifestarse a favor de la discriminación
	19/06/05	Sociedad	"El PP y la Iglesia están divididos, pero la sociedad, no", dicen los gays

Quadro II: Lugar social representado: o Governo da Espanha:

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	01/10/04	Sociedad	Zapatero afirma que con la ley del matrimonio los gays dejan de ser ciudadanos "de segunda"
	02/10/04	Sociedad	El Gobierno afirma que el matrimonio gay "acaba con siglos de discriminación"
	06/10/04	Sociedad	Caldera dice que no envía la ley del matrimonio al CGPJ por su "urgencia"
	14/10/04	España	El ministro de Justicia recuerda al Consejo que no puede pronunciarse sobre el proyecto de bodas gay
	21/10/04	Sociedad	El PSOE descarta equiparar las parejas de hecho a los matrimonios
	07/11/04	España	El presidente le dice a la Iglesia que el Gobierno no admite interferencias
	23/11/04	Sociedad	El PSOE acepta hablar, pero "desde la verdad de las cosas"
	29/11/04	Sociedad	El PSOE ofrece diálogo a la Conferencia Episcopal, pero le pide que no caiga en la "agitación preventiva"
	18/12/04	Sociedad	López Aguilar replica que el texto sólo sufrirá cambios técnicos
	19/12/04	Sociedad	De la Vega insiste en que los matrimonios entre gays son constitucionales
	19/12/04	Sociedad	Fernández de la Vega subraya la constitucionalidad de las uniones gays
	02/03/05	Sociedad	El Gobierno y los obispos se muestran dispuestos a mantener un "diálogo fluido y abierto"


¹ Grifos nossos.

15/03/05	España	Zapatero: " Después de ocho años de derechas hemos tenido un año de derechos "
21/04/05	Sociedad	Zapatero: " Si el nuevo Papa dice algo, estoy preparado para respetarlo "
24/04/05	España	El presidente defiende su gestión y asegura que tiene más apoyo que hace un año
25/04/05	España	El presidente alardea de un Gobierno firme capaz de "aguantar las presiones"
26/04/05	Sociedad	El Gobierno advierte de que no cabe la objeción de conciencia frente al matrimonio gay
27/04/05	Sociedad	Justicia afirma que negarse a celebrar bodas gays será un "incumplimiento flagrante" de la ley
07/05/05	Sociedad	El PSOE considera inconstitucional la petición de la Iglesia a sus fieles de "desobedecer la ley"
11/05/05	España	Zapatero se compromete a llevar al Parlamento un hipotético proceso de paz con ETA* ²
17/06/05	Sociedad	El Gobierno espera aprobar la nueva ley el 30 de junio
	Sociedad	Zapatero califica de sorprendente el apoyo del PP a la marcha
18/06/05	Sociedad	El Gobierno recuerda que "no se quita ningún derecho a nadie"
19/06/05	Sociedad	De la Vega afirma que la marcha sólo busca negar un derecho a los gays
20/06/05	Sociedad	El Gobierno elude pronunciarse sobre la marcha contra las bodas homosexuales

Quadro III: Lugar social representado: a Igreja:

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	02/10/04	Sociedad	Los obispos dicen que el Estado no puede legislar sobre "un derecho inexistente"
	01/10/04	Sociedad	Los obispos consideran que los homosexuales "no tienen derecho" a casarse
	05/10/04	Sociedad	El cardenal Rouco niega al Estado capacidad para regular los matrimonios gay
	07/10/04	Sociedad	El Papa critica las bodas que no están "destinadas a la fecundidad"
	11/10/04	Sociedad	El arzobispo de Toledo equipara la mayoría que apoya las bodas gays y la que respaldó a Hitler
	18/10/04	Sociedad	El obispo de Vitoria acusa al Gobierno de anteponer los votos a la familia
	19/10/04	Sociedad	El prelado de Ávila sostiene que sólo en "golpes de Estado" hubo tantos cambios
	25/10/04	Sociedad	El Vaticano reitera su rechazo a la guerra preventiva, el terrorismo y la pena muerte *
	26/10/04	Sociedad	El Vaticano condena en su catecismo social el condón, la homosexualidad y la clonación
	17/11/04	Sociedad	El obispo de Girona dice que no quiere ser "recadero" de la Conferencia Episcopal

² As notícias marcadas com asterisco embora nao tenham referência direta no título à problemática suscitada pela lei, contem sim referência a ela no corpo da notícia, motivo pelo qual decidimos mantê-las no nosso corpus.

	Sociedad	Los obispos catalanes opinan que la adopción por los gays causará "daños graves" a los niños
20/11/04	Sociedad	El Arzobispo de Valladolid considera exagerado hablar de persecución a la Iglesia católica
22/11/04	Sociedad	Rouco niega que los obispos busquen la confrontación y ofrece diálogo al Gobierno
23/11/04	Sociedad	Rouco ofrece diálogo al Gobierno si el legislador se atiene al "orden moral"
30/11/04	Sociedad	Los obispos consideran "gravemente falso" sostener que el preservativo evita el sida
15/12/04	Sociedad	Un obispo afirma que la educación sexual en las aulas se reduce a "exaltar la homosexualidad"
16/12/04	Sociedad	El obispo de Castellón dice que los homosexuales "no promueven el bien común"
24/12/04	Sociedad	El obispo de Mondoñedo compara la práctica homosexual con el crimen
26/12/04	Sociedad	Los obispos llaman a una oposición "clara e incisiva" a las uniones gays
31/12/04	Sociedad	El obispo de Mondoñedo afirma que el matrimonio entre gays abre la puerta a la poligamia
08/01/05	Sociedad	El vicepresidente de los obispos carga contra la "epidemia de homosexualidad"
11/01/05	Sociedad	El Papa reitera sus críticas a la ley que permitirá los matrimonios entre personas del mismo sexo
24/01/05	Sociedad	El Papa crea que en España se difunde un laicismo que lleva a "restringir la libertad religiosa"
25/01/05	Sociedad	El Papa ataca el "laicismo" del Gobierno que "ignora y cercena" la libertad religiosa
27/01/05	Sociedad	Rouco dice que la Iglesia española no está "bajo asedio" aunque existen "algunos problemas"
08/03/05	Sociedad	El nuevo presidente de la Conferencia Episcopal expresa su deseo de diálogo con el Gobierno
19/03/05	Sociedad	Blázquez afirma que nadie puede ser discriminado por su orientación sexual
22/04/05	Sociedad	El Vaticano pide a los funcionarios que no casen a los gays "aunque pierdan su trabajo"
23/04/05	Sociedad	El Vaticano pide a los funcionarios españoles que no casen a los gays
30/04/05	Sociedad	El Vaticano acusa a España de "totalitaria" por negar la objeción en el matrimonio gay
03/05/05	Sociedad	El Vaticano insiste en reclamar la objeción de conciencia para bodas gays
06/05/04	Sociedad	Los obispos niegan el "carácter de una verdadera ley" a la regulación del matrimonio homosexual
07/05/05	Sociedad	Los obispos piden a los parlamentarios que voten contra las bodas homosexuales
10/05/05	Sociedad	El episcopado dice que la ley de matrimonios gays acabará ante el Constitucional 
16/05/05	Sociedad	Rouco dice que la familia pasa "los momentos más difíciles de la historia"
22/05/05		Benedicto XVI espera que la Iglesia católica sea "comprendida" y "aceptada" en España
23/05/05	Sociedad	Los obispos piden el fin de las "ofensas y desprecios" al matrimonio

30/05/05	Sociedad	Rouco ve en peligro " derechos fundamentales " de la persona
30/05/05	España	El arzobispo de Toledo niega que apoyara el diálogo con ETA *
30/05/05	España	El vicepresidente de la Conferencia Episcopal pide a Dios que aliente las iniciativas de diálogo
01/06/05	Sociedad	Los obispos llaman a manifestarse contra la ley que legaliza el matrimonio gay
07/06/05	Sociedad	El obispo de Calahorra rezará para que Zapatero rectifique sobre el matrimonio gay
	Sociedad	El Papa dice que las uniones gays son expresión de una "libertad anárquica"
09/06/05	Sociedad	La Conferencia Episcopal respalda la marcha contra las bodas gays porque la causa es " justa "
16/06/05	Sociedad	La Iglesia, contra el matrimonio gay porque " es un desafío único en la historia de la humanidad "
17/06/05	Sociedad	Los obispos dicen que no se ha vivido "nada igual en 2000 años" como las bodas gays
20/06/05	Sociedad	La Conferencia Episcopal afirma que la protesta del sábado sólo es "el comienzo"

Quadro IV: lugar social representado: a Justiça:

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	02/10/04	Sociedad	La mayoría del Poder Judicial critica que Justicia no le permita informar sobre la futura ley
	06/10/04	Sociedad	El Poder Judicial pide al Gobierno que le remita el anteproyecto de ley del matrimonio homosexual
	07/10/04	Sociedad	El Poder Judicial requiere al Gobierno la ley del matrimonio gay
	17/01/05	Sociedad	El CGPJ considera de dudosa constitucionalidad permitir los matrimonios entre homosexuales
	18/01/05	Sociedad	La mayoría del Poder Judicial duda de la constitucionalidad del matrimonio gay
	19/01/05	Sociedad	El Poder Judicial compara la boda gay con la unión de "un hombre y un animal"
	27/01/05	Sociedad	La mayoría del Poder Judicial afirma que las bodas gays abren camino a la "poligamia"
	27/04/05	Sociedad	Carles: " Obedecer la ley antes que la conciencia lleva a Auschwitz "
	12/05/05	Sociedad	Requero, vocal del Poder Judicial, sugiere al Rey que no sancione la ley de bodas gays

Quadro V: lugar social representado: o PP.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	02/10/04	España	El regidor pide a su partido que "estudie" la adopción por homosexuales ³
	12/10/04	Sociedad	Botella se muestra en contra de que los gays adopten, para " proteger " a los menores
	15/12/04	Sociedad	Fraga dice que ser gay es una "anomalía" de los cromosomas

³ "El regidor" é Alberto Ruiz-Gallardón, prefeito de Madri.

29/12/05	Sociedad	Fraga, sobre los homosexuales: " Algo les pasa para ser como son. Les estoy defendiendo "
20/01/05	Sociedad	Rajoy dice que los gays no quieren el matrimonio y que el Gobierno lo regula para "parecer moderno"
21/01/05	Sociedad	Rajoy afirma que el matrimonio homosexual responde a "la manía del Gobierno de parecer moderno"
09/03/05	Sociedad	PP y PNV rechazan llamar matrimonio a las uniones gays
27/04	Sociedad	Rajoy: " Que nadie se dedique a amenazar "
28/04/05	Sociedad	Ana Botella dice que Zapatero legisla para complacer al "poderoso 'lobby' gay"
06/05/05	Sociedad	Aznar dice que la "minoría" gay no puede "imponer sus criterios a los demás"
14/05/05	España	Fraga entrega fármacos en hospitales de Buenos Aires y niega que la visita sea para pedir votos
19/05/05	España	Concejales del PP impiden que dimita el alcalde que llamó "tarados" a los gays
24/05/05	Sociedad	PP y CiU proponen en el Senado que jueces y alcaldes puedan negarse a casar gays
04/06/05	España	Fraga dice que Galicia corre el riesgo de acabar como Euskadi si cambia de Gobierno *
14/06/05	Sociedad	El PP pide a sus votantes y militantes que se manifiesten contra las bodas gays
17/06/05	Sociedad	" La legalización es una estrategia internacional del 'lobby' homosexual "
19/06/05	Sociedad	Rajoy dice que es "mentira" que el PP esté contra los homosexuales
21/06/05	Sociedad	El alcalde de Vitoria, del PP, crea "miserable" manifestarse contra los gays
30/06/05	Sociedad	Rajoy anuncia que el PP estudia un recurso al Constitucional

Quadro VI: lugar social representado: o Izquierda Unida (IU).

JORNAL	DATA	SECAO	TÍTULO
EL PAÍS	06/11/04	Sociedad	IU insta al Gobierno a que no ceda ante "las intromisiones intolerables" de la Iglesia
	07/11/04	Sociedad	IU critica que la Iglesia pague con fondos públicos su campaña contra la eutanasia *
	07/05/05	Sociedad	Llamazares: " La Iglesia se sitúa fuera de la democracia "

Quadro VII: lugar social representado: o Foro Español de la Familia.

JORNAL	DATA	SECAO	TÍTULO
EL PAÍS	24/06/05	Sociedad	El Foro de la Familia pide "respeto a la libertad de expresión" de Polaino *

Quadro VIII: títulos de notícias que nos trazem outras vozes.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL PAÍS	18/10/04	Sociedad	Más del 70% de los españoles creo que la Iglesia debe autofinanciarse *
	19/10/04	Sociedad	El 72% de los españoles quiere que la Iglesia católica no reciba dinero público *
	01/11/04		El Sindicato de Estudiantes pide a Educación que no ceda al "chantaje" de la Iglesia *
	22/11/04	Sociedad	Los propagandistas católicos aclaman a Buttiglione como a un "héroe de la fe" *
	02/12/04	Sociedad	Asociaciones cristianas de Mallorca critican con dureza a las autoridades eclesíásticas *
	18/12/04	Sociedad	El Consejo de Estado pide que la unión gay se regule fuera de la "institución del matrimonio"
	20/12/04	Sociedad	3.000 católicos se concentran en Sevilla para demostrar que son " una realidad " *
	29/12/04	Sociedad	Los Verdes piden el procesamiento de los obispos por incitar al odio contra los gays
	22/01/05	Sociedad	Peces-Barba dice que los ponentes constitucionales abrieron la puerta a las bodas gays
	28/01/05	Sociedad	Los genes influyen en la orientación sexual masculina, según un estudio
	05/02/05	Sociedad	La Real Academia acepta llamar "matrimonio" a las bodas gays
	21/04/05	Sociedad	Los representantes de cuatro confesiones se unen para pedir la protección del matrimonio heterosexual
	04/06/05		Peces-Barba dice que los acuerdos España-Vaticano no tiene "ninguna justificación". *
	09/06/05		Una asociación premiada por Aguirre afirma que es corriente que los padres gays abusen de sus hijos
	11/06/05	Sociedad	Grupos de católicos de base anuncian que no obedecerán a los obispos por las bodas gays
	19/06/05	Sociedad	Dos de cada tres españoles apoyan el matrimonio homosexual
	20/06/05	Sociedad	El psicólogo citado por el PP en el Senado califica la homosexualidad de "patología"
	21/06/05	Sociedad	El PP lleva un experto al Senado que afirma que ser gay es una enfermedad
	23/06/05	Sociedad	El PP se desmarca ahora del experto que dijo que ser gay es una patología
	23/06/05		Polaino ya había hecho públicas sus tesis antes de ir al Senado

Jornal EL MUNDO:

Quadro IX: lugar social representado: os homossexuais.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUNDO	04/06/05	España	La Federación de Gays responde al ataque de Fraga tachando de 'asqueroso' el currículum del político
	17/06/05	España	Los gays piden amparo a la Fiscalía para que no haya lemas 'vejatorios' en la manifestación del sábado
	21/06/05	España	Asociaciones de homosexuales piden al Colegio de Psicólogos que expulse al experto citado por el PP
	24/06/05	España	Ezker Batua y una asociación de gays se querellan contra Polaino por sus declaraciones 'homóforas'

Quadro X: lugar social representado: o Governo da Espanha.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUNDO	06/10/04	España	López Aguilar no pide al CGPJ su opinión sobre las bodas gays 'porque no es un órgano consultivo'
	14/10/04	España	López Aguilar crea que el CGPJ se extralimita al opinar sobre los matrimonios entre homosexuales
	17/12/04	España	El Gobierno destaca el aval constitucional del Consejo de Estado a los matrimonios homosexuales
	19/01/05	España	El Gobierno tacha de 'inadmisibles' las opiniones del CGPJ sobre el matrimonio homosexual
	25/01/05	Sociedad	Bono recuerda al Vaticano que 'la fe no pertenece al Estado'
	26/01/04	España	El Gobierno se reúne con el nuncio del Vaticano para expresarle su 'extrañeza' por la crítica del Papa
	09/03/05	España	El Gobierno y la Iglesia se muestran dispuestos a dialogar con 'claridad', 'amabilidad' y 'sin interferencias'
	17/03/05	España	López Aguilar asegura que la ley del matrimonio homosexual obedece a un mandato constitucional
	23/04/05	España	Fernández de la Vega afirma que la objeción de conciencia no exime a los funcionarios de officiar bodas
	24/04/05	España	Zapatero pide al PP que mire a los homosexuales a la cara y les diga que son 'españoles de segunda'
	26/04/05	España	López Aguilar recuerda que todos los poderes públicos están obligados a cumplir la ley
	28/04/05	España	El PSOE podría hacer 'algún cambio' en la ley del matrimonio homosexual para lograr un mayor 'consenso'
	06/05/05	Sociedad	El PSOE pide a la Conferencia Episcopal que 'rectifique' porque es 'inconstitucional' desobedecer la ley
	11/05/05	España	López Aguilar dice que quien intenta que el Rey no firme el matrimonio gay no le hace 'un buen servicio'
18/06/05	España	De la Vega advierte que 'los que se manifiestan hoy lo hacen para exigir que se niegue un derecho'	

Quadro XI: lugar social representado: Igreja.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUND O	09/03/05	España	El Gobierno y la Iglesia se muestran dispuestos a dialogar con 'claridad', 'amabilidad' y 'sin interferencias'
	06/10/04	Sociedad	El Papa critica veladamente la decisión del Gobierno español de permitir el matrimonio homosexual
	06/10/04	España	La Iglesia católica exige a José Bono que sea coherente con su fe
	22/11/04	Sociedad	Rouco Varela ofrece diálogo al Gobierno sobre los problemas que afectan a la ' sociedad y a la Iglesia '
	26/12/04	Sociedad	La Iglesia mantiene que los gays 'no tienen derecho' a casarse y tacha de 'reprobable' su inclinación sexual
	08/01/05	Sociedad	El arzobispo de Pamplona vaticina una 'epidemia de homosexualidad'
	25/01/05	Sociedad	El Papa denuncia que el laicismo del Gobierno de Zapatero 'promueve el desprecio hacia lo religioso'
	28/01/05	España	Rouco asegura que la Iglesia española no está 'bajo asedio' aunque haya 'algunos problemas'
	22/04/05	España	El Vaticano llama a los empleados municipales a negarse a celebrar matrimonios entre homosexuales
	25/04/05	España	El Camarlengo criticó el matrimonio homosexual ante López Aguilar tras la cena en la Embajada española
	27/04/05	España	El cardenal Amigo reconoce que las bodas gays suponen un 'problema' serio entre Iglesia y Gobierno
	03/05/05	Sociedad	El Vaticano considera que la adopción de niños por parejas homosexuales es 'una tragedia'
	06/05/05	Sociedad	La Conferencia Episcopal emitirá hoy una nota sobre el reconocimiento a los matrimonios homosexuales
	06/05/05	Sociedad	La Conferencia Episcopal exige a los católicos españoles una oposición 'clara e incisiva' al matrimonio gay
	11/05/05	España	La Iglesia estima que el Rey no debe sancionar la ley del matrimonio gay
	22/05/05	Sociedad	Benedicto XVI pide que la Iglesia sea 'comprendida' en España y se respete la 'libertad de conciencia'
	07/06/05	Sociedad	El cardenal de Sevilla anuncia que no asistirá a la manifestación contra el matrimonio de homosexuales
	15/06/05	España	El arzobispo de Granada confirma su asistencia a la manifestación contra el matrimonio homosexual
18/06/05	España	Rouco Varela: ' La familia quedaría absolutamente desprotegida con la ley del matrimonio homosexual '	

Quadro XII: lugar social representado: a Justiça.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUND O	07/10/04	España	El CGPJ pide al Gobierno que le remita el anteproyecto de ley que permitirá el matrimonio entre gays
	15/01/05	España	El CGPJ pide que se paralice la reforma que permitirá los matrimonios entre homosexuales
	18/01/05	España	La Comisión de Estudios del CGPJ avala el informe contrario a los matrimonios homosexuales
	19/01/05	España	El CGPJ retirará la referencia a las uniones con animales en su informe sobre el matrimonio homosexual

	08/05/05	Sociedad	Los jueces advierten a la Iglesia de que están obligados a cumplir la ley del matrimonio homosexual
--	----------	----------	---

Quadro XIII: lugar social representado: PP.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUND O	30/12/04	España	Acebes: ' A lo mejor no entra en vigor porque el TC dice antes que es inconstitucional '
	26/04/05	España	El alcalde de Ávila elogia la 'hombría' del regidor 'popular' de Valladolid por no casar a gays
	27/04/05	España	El diputado del PP en las Cortes valencianas Felipe del Baño reconoce su homosexualidad
	28/04/05	España	Un diario publica una entrevista en la que Botella dice que por contentar a los gays Zapatero traiciona al país
	03/05/04	España	Fraga asegura que el matrimonio gay ayudará a que España 'pronto sea el país más envejecido del mundo'
	16/06/05	España	Acebes responde a Zapatero sobre la manifestación del sábado: 'No haremos lo del PSOE el 13-M'
	21/06/05		Ana Pastor dice que no comparte la opinión del experto que consideró la homosexualidad una 'patología'
	30/06/05	España	Rajoy: ' El PP estudia presentar un recurso ante el Constitucional '

Quadro XIV: lugar social representado: Izquierda Unida.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUNDO	06/11/05	Sociedad	IU critica que la Iglesia pague con fondos públicos campañas contra la eutanasia y los matrimonios gays

Quadro XV: lugar representado: o Foro Español de la Familia.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUND O	16/06/05	España	Los organizadores de la marcha contra los matrimonios gays estiman que irán más de 500.000 personas
	23/06/05	España	El Foro de la Familia anuncia más movilizaciones si Zapatero no les recibe antes del 30 de junio
	28/06/05	España	El Foro de la Familia pide un referéndum sobre las bodas gays

Quadro XVI: títulos de noticias que nos trazem outras vozes.

JORNAL	DATA	SEÇÃO	TÍTULO
EL MUND O	01/10/04	Sociedad	El defensor madrileño del Menor pide una moratoria para que las parejas gay puedan adoptar
	27/11/04	España	Jordi Pujol defiende la familia tradicional frente a la que puedan formar los homosexuales
	26/04/05	España	Francisco Vázquez: ' Garantizo que se cumplirá la ley, pero yo no voy a votar a favor en el Senado '
	12/05/05	España	La Zarzuela descarta que el Rey se niegue a sancionar el matrimonio entre personas del mismo sexo
	13/05/05	España	Don Juan Carlos, sobre el matrimonio gay: ' Soy el Rey de España y no el de Bélgica '

16/06/05	España	'Por la libertad. Ven el sábado al Carnaval de Carlinhos con tu bandera arco iris. Pásalo'
20/06/05	España	Un experto invitado por el PP al Senado dice que los gays son hijos de padres 'hostiles' y 'alcohólicos'
20/06/05	España	Una multitud pide que se retire la ley del matrimonio homosexual
21/06/05	España	Dirigentes del PP discrepan del experto citado por su partido que tachó de enfermos a los gays
30/06/05	España	De ' paso histórico ' hacia la libertad a una agresión a la familia

ANEXO III

A) AGRUPANDO AS VOZES EL PAIS

Representantes da Igreja

Inocente García, responsable de Familia de la CEE⁴

Antonio Maria Rouco Varela, presidente CEE

Juan Pablo II

Antonio Cañizares, arzobispo de Toledo

Miguel Asurmendi, obispo de Vitoria

Jesús García Burillo, obispo de Ávila

Jesús Catalá, obispo de Alcalá de Henares

Renato Martino, presidente del Consejo Pontificio Justicia y Paz, Vaticano

J. A. Martínez Camino, portavoz de la CEE

F. Perales, rector parroquia Sant Ot de Barcelona

J. M. Uriarte, obispo San Sebastián

Stanislaw Rylko, obispo polaco

Carles Soler Perdigó, obispo de Girona

B. Rodríguez Plaza, arzobispo de Valladolid

C. Valenti, portavoz de Movimiento Cristianos profesionales de Mallorca

Xavier Delgado, Acción Católica Obrera

J. A. Reig Pla, obispo Segorbe-Castellón

J. Gea Escolano, obispo de Mondoñedo-Ferrol

Fernando Sebastián, arzobispo de Pamplona

Jaume Pujols, arzobispo de Tarragona

Jesús Sanz, obispo de Jaca

Demetrio Fernández, obispo Tarazona

D. García Dobao, párroco Guarromán (Jaén)

Ricardo Blázquez, presidente CEE

A. López Trujillo, presid. Consejo Pontificio para la Familia

A. López Portillo, presidente del Pontificio Consejo para la Familia

Ricardo María Carles, cardenal arzobispo emérito Barcelona

Alberto Aza, CEE

Ratzinger, cardenal

Papa Benedicto XVI

Elías Yanes, arzobispo Zaragoza

J. Centeno, Somos Iglesia⁵

Fidel Herráez, obispo auxiliar del cardenal Rouco

Antonio Dorado, obispo

Juan José Omella, obispo de Calahorra

Carlos Amigo Vallejo, cardenal obispo Sevilla

Tommaso Stenico, teólogo y jefe de la Oficina Catequística del Dicasterio Vaticano para el Clero

J. Martínez, arzobispo de Granada

S. García Aracil, arzobispo Mérida

C. Benavente, prelado Coria-Cáceres

A. Rdez. Magro, prelado de Plasencia

Ptv. Prelado de Orihuela-Alicante

J. Carrea, obispo auxiliar Barcelona

Portavoz del obispado Bilbao

Manuel Ureña, arzobispo Zaragoza

⁴ Conferencia Episcopal Española

⁵ La Corriente "Somos Iglesia" nace en Austria-Alemania en 1995.

Representantes do Governo

José Luís R. Zapatero - presidente Gobierno
 M. T. Fernández de la Vega, vicepresidente 1º Gobierno
 J. F. López Aguilar, ministro Justicia
 A. Valcarce, secretaria de Estado de Servicios Sociales, Familias y Discapacidad
 J. Caldera, ministro de Trabajo y Asuntos Sociales
 J. Blanco, secretario de Organización y Coordinación del PSOE
 Elena Salgado, ministra de Sanidad
 José Bono, Ministro de Defensa
 J. Montilla, ministro de Industria

Representantes do Partido Popular (PP)

Ana Torme, ptv. parlamentaria adjunta PP
 Alberto Ruiz Gallardón, alcalde de Madrid PP
 Ana Botella, concejal Empleo y Servicios al Ciudadano del ayuntamiento de Madrid
 Manuel Cobo, vicealcalde de Madrid
 Mario Mingo, portavoz PP Comisión Sanidad Congreso
 M. Fraga Iribarne, presidente de la Xunta de Galicia
 M. Angel Acebes, secretario general del PP
 Mariano Rajoy, presidente Partido Popular
 E. Zaplana, portavoz del PP en el Congreso
 J. León de la Riva, alcalde Valladolid PP
 M. A. García Nieto, alcalde Ávila
 L. F. Caldentey, alcalde Pontons PP
 Catalina Cirer, alcaldesa Palma (PP)
 Fco. De la Torre, alcalde Málaga (PP)
 Alfonso Alonso, alcalde Vitoria (PP)
 Mario Amilivia, alcalde León (PP)
 F. Vandrell, portavoz del PP en el Parlamento catalán
 J. Piqué, presidente del PP de Cataluña
 Rita Barberá, alcaldesa de Valencia (PP)
 J. M. Aznar, ex presidente del Gobierno PP
 Rosa Vindel, senadora PP
 Agustín Conde, portavoz popular
 J. Luis Baltar, presidente del PP de A Coruña
 A. Conde, portavoz del PP en la Comisión
 Javier Arenas, presidente del PP de Andalucía
 Esperanza Aguirre, presidenta de la Comunidad Madrid
 Mercedes Coloma, senadora PP
 Pio García Escudero, portavoz del PP en el Senado
 Ana Pastor, ex ministra Sanidad PP
 Celia Villalobos, PP
 J. M. Lasalle, diputado PP por Cantabria
 Francisco. Villar, jefe gabinete de Rajoy
 Felipe del Baño, diputado PP Cortes Valencia
 M. Castañeda, Director general de Coordinación Territorial del Ayuntamiento de Madrid

Representantes dos homossexuais

Beatriz Gimeno , presidenta FELGT⁶
 Jordi Petit, veterano militante gay
 M. Ángel Sánchez, presidente de la Fundación Triángulo
 Arnaldo Gancedo, presidente de COGAM
 Juan Diego Fuentes, homosexual
 Ángel García, pareja de Juan Diego Fuentes

⁶ Federaci3n Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales

S. Rubio, Colectivo Gays y Lesbianas Colegas-Andalucía
 P. Pujol, presidente Asociación de Familias Lesbianas y Gays
 Enric Vilá, Associació Cristiana de Lesbianes y Gays de Catalunya
 Carla Antonelli, FELGT
 Ximo Cádiz, secretario de la FELGT
 Felipe del Baño, diputado PP en las Cortes Valencianas
 Pedro Zerolo, concejal PSOE en el ayuntamiento de Madrid

Representantes da Justiça

José Manuel Suárez Robledano – portavoz de APM⁷
 Edmundo Rodríguez. Achúlegui - portavoz de JpD⁸
 Manuel Torres-Vela - presidente de FV⁹
 Enrique López, portavoz del CGPJ
 J. L. Requero, miembro de la Comisión de Estudios e Informes del CGPJ
 F. Salinas, vocal del CGPJ propuesto por el PSOE¹⁰
 J. A. López Tena, vocal CGPJ propuesto CIU
 Enrique López, portavoz del CGPJ, propuesto por PP
 Javier Laorden, vocal CGPJ, propuesto por PP
 Adolfo Prego vocal CGPJ, propuesto por PP
 M. Comas, minoría progresista CGPJ, propuesta por PSOE
 Félix Pantoja, vocal CGPJ propuesto por Izquierda Unida (IU)
 Luis Aguilar, vocal minoría progresista CGPJ, propuesto por el PSOE
 Luis Zarraluqui, presidente de la Asociación Abogados de la Familia
 Francisco José Hernando, presidente del CGPJ
 Ángeles García, vocal CPGJ, propuesta por el PSOE
 J.L. de la Riva, presidente del Tribunal Superior de Justicia de la Comunidad Valenciana
 Edmundo Rodríguez, portavoz de Jueces para la Democracia

Representantes do Foro Español de la Familia

J. Gabaldón, presidente del Foro Español de la Familia María Luengo, portavoz del Foro Español de la Familia
 B. Blanco, vicepresidente del FEF
 Ignacio García, portavoz del FEF
 Julián Contreras, presidente de CONCAPA (FEF)

Representantes da “Ciencia”

Aquilino Polaina, director del Departamento de Psiquiatría de la Universidad Complutense de Madrid.
 Patricia Martínez Peroni, del departamento de Psicología de la Universidad San Pablo-CEU
 María del Mar González, Universidad de Sevilla

B) AGRUPANDO AS VOZES EL MUNDO

Representantes da Igreja:

Juan Antonio Martínez Camino, secretario General de la Conferencia Episcopal Española (CEE)
 Fernando Sebastián, arzobispo de Pamplona, obispo de Tudela e secretario da CEE.
 Antonio María Rouco Varela, presidente da CEE e arzobispo de Madrid.
 Ricardo Blázquez, Presidente da CEE
 Alfonso López TRujillo, cardenal colombiano y presidente del Pontificio Consejo para la familia del Vaticano.
 Javier Martínez, arzobispo de Granada
 Juan Pablo II

⁷ Asociación Profesional de la Magistratura

⁸ Jueces para la Democracia

⁹ Asociación de Jueces y Magistrados Francisco de Vitoria

¹⁰ CGPJ: Consejo General del Poder Judicial

Benédicto XVI

J. Gea Escolano, obispo de Mondoñedo-Ferrol.
 D. García Dobao, párroco de Guarromán (Jaén)
 J. Mantero, párroco de Valverde del Camino (Huelva)
 E. Martínez Somalo, camarlengo en el Vaticano
 C. Amigo Vallejo, arzobispo de Sevilla
 Ricardo María Carles, cardenal emérito de Barcelona
 J. A. Reig, obispo de Segorbe-Castellón
 J.J. Omella, obispo de Calahorra, presidente de la Comisión Episcopal de Pastoral Social
 J. Martínez, arzobispo de Granada
 Antonio Cañizares, arzobispo de Toledo y Vicepresidente de la CEE
 Demetrio Fernández, obispo de Tarazona
 J. Sanz, obispo de Huesca y Jaca
 Tadeusz Kondruxiewicz, arzobispo de Moscú.

Representantes do Governo

José Luis Rodríguez Zapatero, presidente del Gobierno
 María Teresa Fernández de la Vega, vicepresidenta primera y portavoz del Gobierno
 Juan Fernando López Aguilar, Ministro de Justicia
 José Bono, Ministro de Defensa
 José Caldera, Ministro de Trabajo y Asuntos Sociales
 Luis Calvo, subsecretario de Asuntos Sociales

Representantes do Partido Popular

I. González., diputado del PP en el Congreso
 Eduardo Zaplana, portavoz del PP en el Congreso
 Ana Torme, portavoz parlamentaria adjunta
 Angel Acebes, secretario general del PP
 Alberto Ruiz-Gallardón, alcalde de Madrid ¿??
 M. A. García Nieto, alcalde de Ávila
 J. León de la Riva, alcalde de Valladolid
 Lluís Fernando Caldentey, alcalde de Pontons (Barcelona)
 Josep Piqué, presidente del PP de Cataluña
 Mariano Rajoy, presidente del PP
 Felipe del Baño, diputado del PP por las Cortes Valencianas
 A. Castro, diputada
 Mario Amilibia, alcalde de León
 M. Domínguez, teniente de alcalde de Valencia
 Josefa Luzardo, alcaldesa de las Palmas
 L. R. Rodríguez Comendador, alcalde de Almería
 Francisco de la Torre, alcalde de Málaga
 P. Rodríguez, alcalde de Huelva
 J. M. Molina, alcalde de Toledo
 M. A. Cámara, alcalde de Murcia
 Corina Porro, alcaldesa de Vigo
 J. Torres Hurtado, alcalde de Granada
 Catalina Cirer, alcaldesa de Palma de Mallorca
 Alfonso Alonso, alcalde de Vitoria
 Gabino de Lorenzo, alcalde de Oviedo
 Julio Revuelta, alcalde de Logroño,
 E. Redondo, alcaldesa de Soria
 C. Gomis, concejal de Elda
 Y. Barcina, alcaldesa de Pamplona
 Ana Botella, concejal de Empleo y Servicios Sociales en el Ayuntamiento de Madrid
 Pio García Escudero, portavoz en el Senado
 Manuel Fraga Iribarne, presidente de la Xunta de Galicia
 R. Vindel, senadora
 J. E. Azpiroz, portavoz Comisión de Trabajo
 A. Pintado, portavoz adjunto en Medio Ambiente
 E. Nasarre, portavoz Comisión Educación
 A. Pintado, diputado por Huesca
 C. A. Biendicho, presidente Plataforma Popular Gay

A. Conde, senador
 J. María Aznar, ex presidente del Gobierno
 Francisco Granados, secretario General el PP en Madrid
 Ana Pastor, ex ministra de Sanidad
 Esperanza Aguirre
 Ana Pastor

Representantes dos homossexuais

Arnaldo Gancedo, presidente de COGAM
 Ana y Reme
 Marta
 Álvaro, José, Daniel y Jorge
 Boti García, ex presidenta de COGAM
 Juan Diego y Ángel
 Beatriz Gimeno, presidenta de la FELGT
 Txema Gonzalo, presidente de HEGOAK
 Carlos Biendicho, presidente de la Plataforma Popular Gay
 Mamen Fernández
 Felipe del Baño, diputado del Partido Popular en las Cortes Valencianas
 Pedro Zero, concejal del PSOE en el ayuntamiento de Madrid

Representantes da Justicia

Enrique López, portavoz
 M. Comas, vocal
 J.C. Campo, vocal minoría progresista
 Francisco José Hernando, presidente
 J. Pablo González, vocal
 J. I. Requero, vocal

Representantes do Foro Español de la Familia

Benigno Blanco, vicepresidente
 Ángel Trascasa, vicepresidente

Representantes da “Ciencia”:

Aquilino Polaino,
 Fernando Chacón,
 María del Mar González Rodríguez

ANEXO IV.- Fragmentos de notícias nos quais “fala” algum representante da Igreja.

Periódico	Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
elmundo.es	27-ene-05	Rouco asegura que la Iglesia española no está ‘bajo asedio’ aunque haya ‘algunos problemas’	No se especifica El arzobispo	Señaló que Para el arzobispo	Respecto a los matrimonios entre homosexuales, señaló que “es un problema que va más allá de las relaciones institucionales Gobierno-Iglesia”. Para el arzobispo, el matrimonio entre homosexuales “ es una problemática que se vive en toda Europa ” y es necesario discutirlo desde “el punto de vista antropológico”. ¹¹
			El cardenal	Añadió que Consideró necesario que	El cardenal añadió que lo que se vive es una vuelta “al positivismo y relativismo y a la separación total entre la dimensión moral y la jurídica”, por lo que consideró necesario que “los cristianos asuman la responsabilidad social de lo que significa ser cristianos, evitando vivirlo sólo en el interior de sus casas sin efectos en lo que les rodea”.
	3-may-05/2	El Vaticano considera que la adopción de niños por parejas homosexuales es ‘una tragedia’	López Trujillo (cardenal colombiano)	Afirmó	“Algunos dicen que los niños adoptados por parejas del mismo sexo son felices. Tal vez sea así, mientras tienen uno o dos años. Pero cuando crecen y son capaces de pensar por sí mismos, qué tragedia cuando al preguntarles se ven obligados a responder: ‘ Mis papás son dos hombres, o dos mujeres ’. Su personalidad y su equilibrio se ponen en peligro”, afirmó López Trujillo en una entrevista a la agencia de noticias del Vaticano, FIDES.
			El cardenal colombiano	En opinión de	En opinión del cardenal colombiano, la adopción por parte de parejas de gays y lesbianas “destruye el futuro de los niños y les hace sufrir una violencia moral ”.
	6-may-05	La Conferencia Episcopal exige a los católicos españoles una oposición ‘clara e incisiva’ al matrimonio gay	Los obispos	Califican (la nueva definición de matrimonio) como	Con el título ‘ Acerca de la objeción de conciencia ante una ley radicalmente injusta que corrompe la institución del matrimonio ’, los obispos califican la nueva definición de matrimonio, que incluye a parejas del mismo sexo, como “una auténtica subversión de los principios básicos de la sociedad”.

¹¹ Em negrito no original.

		Esta institución	según	Según esta institución, “no es verdad que esta normativa amplíe ningún derecho” sino que corrompe “la institución del matrimonio” y constituye un “perjuicio” a “los niños entregados en adopción a esos falsos matrimonios”.
10-jun-05	La Conferencia Episcopal apoya la manifestación del 18-J en Madrid contra el matrimonio gay	El arzobispo	Señaló que	El arzobispo señaló que, tanto él como diversas instancias del Magisterio de la Iglesia, han manifestado “reiteradamente” su disconformidad con ese “inicuo y burlón proyecto de ley que discrimina a los matrimonios verdaderos , destruye un bien social sagrado y ofende a la inteligencia”.
		No se especifica	A su juicio	A su juicio, el proyecto de ley ignora “el bien precioso que es el matrimonio para cualquier sociedad”, por lo que su eventual puesta en práctica causará “un daño inmenso y será fuente de destrucción y de sufrimientos sin fin en la sociedad española”.
		No se especifica	En su opinión	En su opinión, la causa que da lugar a la manifestación es “no sólo justa, sino de una gravedad extrema” porque en este asunto “están en juego derechos y verdades fundamentales sobre el hombre y la mujer y sobre la vida , que conocen también muchas personas de otras tradiciones religiosas o que no son miembros de la Iglesia”.
		No se especifica	Agrega	Esas raíces, agrega, “tienen mucho que ver con una aceptación de la primacía de los intereses económicos y políticos sobre las cuestiones del significado de la vida y del bien moral”, aceptación que “viene destruyendo la dignidad de la mujer y del matrimonio y daña irremediabilmente la vida familiar, laboral, y social”.

Anexo V.- Fragmentos de discurso dos representantes do Governo.

Periódico	Data	Título	Responsável pelo dito	Marca introdutória de DR	Fragmento
elmundo.es	24-abr-05	Zapatero pide al PP que mire a los homosexuales a la cara y les diga que son 'españoles de segunda'	No se especifica	aspas	“Hemos dado un avance sustancial en algo que constituye una piedra angular en nuestro proyecto político para el bienestar, para el futuro de España: hemos luchado y avanzado en la igualda de derechos entre los españoles, entre las mujeres y entre los hombres, como un principio esencial de una sociedad, madura, justa y avanzada”.
	26-abr-05	López Aguilar recuerda que todos los poderes públicos están obligados a cumplir la ley	El ministro	Hizo hincapié en que	El ministro hizo hincapié en que el artículo 9 de la Constitución vincula a todos los ciudadanos, y especialmente a los titulares de poderes públicos, con el resto del ordenamiento jurídico.
	6-may-05	El PSOE pide a la Conferencia Episcopal que 'rectifique' porque es 'inconstitucional' desobedecer la ley	El secretario general del Grupo Socialista, Diego López Garrido	Ha exigido a la Conferencia Episcopal que Según recalcó	MADRID.- El secretario general del Grupo Socialista, Diego López Garrido, ha exigido a la Conferencia Episcopal que “rectifique” la petición que ha hecho a los católicos para que se opongán de manera clara al matrimonio entre homosexuales, ya que, según recalcó, es “inconstitucional” solicitar “desobedecer la ley”.
			López Garrido	Calificó de Según dijo	López Garrido calificó de “totalmente inaceptable” las declaraciones de la Conferencia Episcopal, ya que, según dijo, “se arroga facultades y potestades que son sólo competencia del pode legislativo” y crea una “objección de conciencia que no está reconocida en la Constitución”.
			No se especifica	Señaló	“Me parece totalmente inaceptable porque lo que está planteando es algo directamente inconstitucional , que se desobedezca la ley y por tanto que se desobedezca el principio de legalidad que es un elemento vertebral de la Constitución Española”, señaló.

ANEXO VI.- Noticias comentadas

A)

EL País 18 junio 2005 5

EL MATRIMONIO HOMOSEXUAL

La marcha contra las bodas gays reúne en Madrid a familias, obispos y líderes del PP

El Foro de la Familia asegura que un millón y medio de personas han secundado la protesta contra el proyecto del Gobierno

ELPAIS.es / AGENCIAS - Madrid

ELPAIS.es - Sociedad - 18-06-2005

La manifestación en defensa de la familia y contra los matrimonios entre personas del mismo sexo ha culminado su recorrido en la Puerta del Sol con la lectura de un comunicado en el que se ha exigido al Gobierno que retire la ley que regula estos matrimonios y la posibilidad de adopción. El Foro de la Familia, organización que convocaba el acto, ha dicho que la participación ha llegado al millón y medio de personas.

La dirección del PP, que el lunes pasado apoyó la protesta, ha estado representada por **Ángel Acebes**, secretario general, **Eduardo Zaplana**, portavoz en el Congreso, **Ana Pastor**, responsable de asuntos de educación y familia, y **Miguel Arias Cañete**, también miembro de la dirección popular. Además, por iniciativa propia, han participado en la marcha **Jaime Mayor Oreja**, portavoz del PP en el Parlamento Europeo, **Ana Botella**, concejal del Ayuntamiento de Madrid, y **Federico Trillo** y otros diputados del primer partido de la oposición.

Además de políticos, un total de 18 obispos han acudido al acto de rechazo al proyecto de ley que permite las bodas gays y la adopción para estas parejas. Aunque la Conferencia Episcopal Española (CEE) expresó esta semana su apoyo explícito a la marcha, algunos de sus miembros más importantes se han desmarcado de la protesta. Este es el caso de su presidente, el obispo de Bilbao, Ricardo Blázquez, y del arzobispo de Sevilla, Carlos Amigo. No han faltado a la cita el cardenal y arzobispo de Madrid, Antonio María Rouco Varela, y el actual vicepresidente de la Conferencia Episcopal, Antonio Cañizares.

El acto ha dado comienzo a las 18.00 en la Plaza de Cibeles, adonde han ido llegando cientos de personas, en su mayoría familias, portando banderas de España de diferentes tamaños. La marcha, que ha discurrido sin incidentes y en medio de un ambiente festivo, ha estado encabezada por una pancarta con el lema *La familia sí importa*, sujeta por representantes del Foro de la Familia, muchos de ellos con sus hijos. Tras una segunda pancarta, ligeramente distanciada de la primera, con el lema *Por la libertad y la familia*, se han situado dirigentes del PP, encabezados por Ángel Acebes. Unos 20 obispos han marchado entre estas dos primeras pancartas.

En la Puerta del Sol ha tomado la palabra el presidente del Foro, José Gabaldón, y el vicepresidente, Benigno Blanco. La periodista de la COPE Cristina López Schlichting ha sido la encargada de leer un manifiesto. En él, se ha instado al Gobierno a retirar la ley que permite el matrimonio entre personas del mismo sexo y a regular la adopción de forma que garantice "el derecho de un niño a tener una madre y un padre".

La vicepresidenta primera del Gobierno, María Teresa Fernández de la Vega, ha reiterado hoy el respeto del Ejecutivo al derecho de manifestación de quienes asistan hoy a la convocatoria del Foro de la Familia, pero ha pedido que quede claro que "los que se manifiestan hoy lo hacen para exigir que un derecho se le niegue a otros".

Manifiesto del colectivo gay

Horas antes de la manifestación, concretamente a las 12.00 horas, la Federación Estatal de Lesbianas, Gays y Transexuales (FELGT) ha leído un manifiesto a los medios de comunicación ante el monumento a la Constitución (en la confluencia del Paseo de la Castellana y la calle Vitrubio) en defensa de la ley y para animar a los ciudadanos a participar el 2 de julio en la marcha del *Orgullo gay*.

Gimeno ha subrayado durante el acto que "la familia sí importa, y las nuestras también", y ha recordado las décadas de luchas de los colectivos gays para que los hijos de padres y madres de orientación homosexual tengan los mismos derechos que los hijos de familias heterosexuales. La presidenta del colectivo de gays y lesbianas ha destacado que "lo que nos parece preocupante es que la jerarquía de la Iglesia católica y el PP se hayan prestado a posar en esa foto *revival* en blanco y negro del nacionalcatolicismo, de una época felizmente superada por todos".

Gimeno pidió ayer a la Fiscalía General del Estado que actúe de oficio en el caso de que los manifestantes contra la regulación del matrimonio gay profieran o enarboleden pancartas y lemas ofensivos hacia los homosexuales.

Carnaval de Carlinhos Brown

Un multitud -300.000 personas, según el Ayuntamiento de Madrid y un millón según los organizadores- ha vivido esta tarde la magia del carnaval de Brasil con el cantante Carlinhos Brown en una fiesta que, durante cuatro horas, ha recorrido dos kilómetros del Paseo de la Castellana, desde la Plaza de Castilla a Nuevos Ministerios. Los participantes han recibido con gritos, aplausos y banderas de Brasil al popular músico bahiano, quien ha definido este evento como "una manifestación de alegría, paz, amor, fraternidad, libertad y respeto a la diferencia". Brown también hizo un llamamiento a favor de la erradicación de la pobreza.

Sin cesar de bailar, el músico ha querido insistir en un mensaje de tolerancia en un día en el que se han visto muchas banderas del arco iris, representativas de los colectivos de homosexuales.

"No cabe un alfiler"

"No cabe un alfiler". "No pongamos cifras a esta manifestación masiva, tranquila, de familias unidas y alegres. Una manifestación en defensa del matrimonio de toda la vida, no contra los homosexuales". Expresiones como éstas han trufado la cobertura que ha dado esta tarde Telemadrid del arranque de la manifestación contra los matrimonios gays convocada por el Foro de la Familia y apoyada por la Iglesia católica y el PP.

En un claro ejemplo de parcialidad informativa, el periodista José Antonio Ovies ha hecho suyos los postulados de los organizadores de la marcha y ha descrito la protesta como una "manifestación alegre, donde se han juntado niños y abuelos, de todas las edades y de todos los sexos [...] Los niños felices jugando con sus globos en un día soleado en Madrid".

Después de subrayar que la reforma aprobada por el Congreso ha sido posible gracias al apoyo recibido por el PSOE de "los grupos nacionalistas e independentistas", Ovies ha

recordado que han sido "numerosísimas" las firmas llegadas al Parlamento en contra de "la equiparación del matrimonio entre un hombre y una mujer con el de homosexuales". Sin entrar en cifras sobre la asistencia a la marcha, Ovies ha insistido reiteradamente en que la participación ciudadana estaba siendo "masiva". Su entusiasmo ha llegado a tal nivel que se ha permitido comentarios como: "Si me lo permiten, [la protesta] no da más de sí [...] las calles de Madrid están llenas".

B)

El Mundo 19 junio

MASIVA MANIFESTACIÓN EN MADRID

Una multitud pide que se retire la ley del matrimonio homosexual

El Foro de la Familia, organizador de la marcha, pide una reunión urgente con Zapatero en vista de lo que califican una convocatoria de éxito

MARTA ARROYO | AGENCIAS

MADRID.- Una multitud de manifestantes, encabezada por miembros del **PP** y una veintena de **obispos**, pidió ayer en Madrid al Gobierno que retire la ley que autoriza los matrimonios homosexuales. La marcha, convocada por el Foro de la Familia, terminó con un **manifiesto** leído por la periodista Cristina López Schlichting, quien calificó estas uniones como un atentado contra la "institución familiar".

La marcha se ha desarrollado en un ambiente lúdico con globos, pancartas y banderas españolas. El secretario general del PP, **Ángel Acebes**, y el portavoz 'popular' en el Congreso, **Eduardo Zaplana**, encabezan la representación de su partido.

El **Foro Español de la Familia** ha exigido ya, durante el transcurso de la marcha, una reunión urgente con el presidente del Gobierno, José Luis Rodríguez Zapatero, en vista del éxito de convocatoria.

Schlichting ha cifrado en millón y medio el número de personas participantes en la marcha. La Delegación del Gobierno asegura que han sido 166.000 los manifestantes. El Manifiesto dice que el Gobierno español promueve iniciativas que atentan contra los fundamentos de la familia.

También se plantea en este texto una regulación sobre la adopción que garantice el "derecho del niño a tener una madre y un padre".

Otros puntos del Manifiesto piden una **política integral de protección a la familia**; el respeto y el apoyo a la **libertad de los padres** para decidir sobre la educación de sus hijos; un **ordenamiento jurídico** que garantice el respeto a la vida humana en su integridad; una valoración positiva del **hecho religioso en libertad**.

En este texto, el Foro de la Familia expresa su "honda preocupación" por cuestiones como la "banalización legal del compromiso matrimonial mediante el divorcio unilateral y sin causa desde los tres meses de la boda; el progresivo menoscabo del derecho a la vida; la limitación del derecho de los padres a decidir sobre la educación de sus hijos; y la exclusión de las expresiones y convicciones morales y religiosas de la vida pública.

El pasado mes de abril, el Congreso de los Diputados dio luz verde a la ley que permitirá que las parejas del mismo sexo se casen en España. La norma se tramita en el Senado en estos momentos y se espera que el próximo 30 de junio se produzca su aprobación definitiva.

'La familia sí importa'

La marcha contra los matrimonios entre homosexuales ha estado encabezada por la pancarta **'La familia sí importa'**, secundada por dirigentes y representantes de asociaciones familiares y sus familias. Tras el lema **'Por el derecho a una madre y a un padre'**, se han situado destacados dirigentes del PP como el secretario general del PP, **Ángel Acebes**, el eurodiputado **Jaime Mayor Oreja**, los ex ministros **Federico Trillo**, **Ana Pastor** y **Miguel Arias Cañete** y el portavoz parlamentario **Vicente Martínez Pujalte**. También han estado el ex alcalde de Madrid **José María Álvarez del Manzano**, el ex director general de la Policía **Juan Cotino** y el sociólogo **Amando de Miguel**.

Los representantes de las asociaciones familiares han llevado una tercera pancarta con el lema **'Por la libertad'**. El cardenal y arzobispo de Madrid, Antonio María Rouco Varela, ha sido recibido con una gran ovación a su llegada a la manifestación. Ha acudido acompañado por tres obispos auxiliares, se ha situado entre la segunda y la primera pancarta, acompañado de miembros del arzobispado y también del Arzobispo de Granada, Francisco Javier Martínez, y ha sido saludado por varios fieles.

Aunque ningún miembro de la jerarquía católica se ha situado en primera línea de ninguna de las pancartas, han asistido a la manifestación el arzobispo de Toledo y vicepresidente de la Conferencia Episcopal, **Antonio Cañizares**, el arzobispos de Granada, **Javier Martínez**; los arzobispos de Castellón, **Juan Antonio Reig**; Jaca, **Rafael Higuero**, así como el portavoz episcopal, **Juan Antonio Martínez Camino**.

También han acudido otros representantes católicos entre los que se encuentran el fundador del Camino Neocatecumenal, **Kiko Argüello**; el presidente de la Universidad Católica de Murcia, **José Luis Mendoza**, y el presidente de la Fundación San Pablo CEU, **Alfonso Coronel de Palma**.

Desde primeras horas de la tarde, los alrededores de la Plaza de Cibeles han comenzado a llenarse de personas dispuestas a sumarse a la manifestación del Foro Español de la Familia. En un ambiente festivo y con más de 30 grados de temperatura, muchas personas han acudido con carteles y pancartas con los más diversos lemas, como por ejemplo **'La familia es lo que importa'**, **'Zapatero se te ve el plumero'**, **'Cómo se nota que el niño no vota'**, y **'Obispos sed valientes, no estáis solos'**.

Lemas y pancartas

Los asistentes han coreado gritos como 'La familia es fuerte' o 'Solidaridad' y otros portan pancartas con citas de Juan Pablo II como 'Dios es solidaridad', o 'Solidaridad es compartir hasta lo necesario para sobrevivir'.

La pancarta que más ha abundado es la que, con la bandera española de fondo, lleva impreso el siguiente lema: **'Matrimonio verdadero = Hombre y Mujer'**. Quienes han recorrido el trayecto entre Cibeles y Sol han sido familias enteras, ancianos y niños. Isabel Rubio Arévalo tiene 77 años y ha llegado a Madrid procedente de Carbonero el Mayor en uno de los ocho autobuses que han partido desde la provincia de Segovia. "Quiero un matrimonio verdadero, católico y apostólico, como ha sido siempre España", señala.

Como ella, Joaquín, un madrileño de 65 años, ha acudido a la manifestación "para apoyar a la familia". Según dice, no tiene nada contra los gays y ni siquiera le importa que adopten pero que se llame matrimonio, para él, es una ofensa.

Teresa, de 65 años, casada y madre de tres hijos, ha llegado a Madrid desde Valencia con otras 500 personas en un tren sin aire acondicionado. No está de acuerdo con el matrimonio de los gays pero sí con que se registren como parejas de hecho. Cuenta que dos de sus hijas viven en EEUU y que allí la gente les pregunta si en España "están locos o qué".

Los manifestantes han compuesto un 'rap' que cantan al presidente del Gobierno: "Zapatero mentiroso, de la Iglesia eres moroso, mentiroso Zapatero, la familia es lo primero".

Ya había finalizado la lectura del comunicado en la Puerta del Sol y cientos de manifestantes seguían parados en Cibeles.

Horas antes de la manifestación, la vicepresidenta primera del Gobierno, [María Teresa Fernández de la Vega](#), había expresado el respeto del Ejecutivo al derecho de manifestación de quienes decidieran asistir a la convocatoria del Foro de la Familia

pero pidió que quede claro que "los que se manifiestan hoy lo hacen para exigir que un derecho se le niegue a otros".